

REVISTA

Dado(s) de África(s)



Vol. 3 n° 06

2022

Revista Dados de África(s)

Volume 03, n. 06, jul – dez 2022.

Revista Dados de África(s)

Núcleo de Estudos Africanos – NEA

Periódico mantido pelos discentes do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus II, Alagoinhas. Grupo de Pesquisa África do Século XX – História do Tempo Presente (UNEB/UNILAB)

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. Todos os direitos reservados ao Núcleo de Estudos Africanos e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África da UNEB. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados.

Editores gerais:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende

Editoração eletrônica:

Dr. Rogério Sávio Link (UNIR)

Revisão linguística:

Prof. Dr. Márcio dos Santos Rodrigues
Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende

Design da capa:

Dr. Rogério Sávio Link (UNIR)

Sítio de internet:

<https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas>

Ficha Catalográfica — Biblioteca do Campus II/UNEB – Bibliotecária: Maria Ednalva Lima Meyer (CRB: 5/504)

Núcleo de Estudos Africanos — NEA

Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África
Departamento de Educação, Campus II Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3 – CEP 48.040-210 Alagoinhas — BA
Caixa Postal: 59 – Telefax.: (75) 3422-1139
Endereço eletrônico: estudosafricanosuneb@gmail.com

Dados de África (s): Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em
Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do Estado da Bahia – v3, n. 06.; il.
Semestral ISSN 2675-7699 online

© 2022 do Núcleo de Estudos Africanos da UNEB

Revista Dados de África (s), periódico pertencente aos discentes do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas, ISSN 2675-7699 online, v. 3, n. 6, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas>

Editores:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende

Conselho científico:

1. Afonso Manhice – Moçambique
(manhiceafonso@gmail.com)
2. Alberto Oliveira Pinto – Universidade de Lisboa – Portugal
(alberto.o.pinto@gmail.com)
3. Álvaro Campelo – Universidade do Porto – Portugal
(campelo@ufp.edu.pt)
4. Alyxandra Gomes Nunes – UNEB/DCH-V
(alyxandragomes@gmail.com)
5. Denise Barros – USP
(yadene@gmail.com)
6. Ineildes Calheiro dos Santos – UNEB/UFBA
(ildafrica@yahoo.com.br)
7. Isabel Cristina Martins Guillen – PPGH/UFPE
(icmg59@gmail.com)
8. Ivaldo Marciano de França Lima - UNEB/DEDC II
(ivaldomarciano@gmail.com)
9. Jean Michel Tali – Universidade/Howard EUA
(talilda@yahoo.com)
10. Jose Ricardo Moreno Pinho – UNEB/DEDC II
(ricardomoreno@hotmail.com)
11. Júlio Claudio da Silva – PPGH/UFAM
(julio3oclps@gmail.com)
12. Leonice de Lima Mançur Lins - UNEB/DEDC II
(leonicelins@yahoo.com.br)
13. Mahfouz Ag Adnane – Casa das Áfricas (SP)
(tidjefene@gmail.com)
14. Marcos Carvalho Lopes - UNILAB – Campus dos Malês
(marcosclopes@gmail.com)
15. Mônica Lima – (PPGH da UFRJ)
(monicalimaesouza@gmail.com)
16. Patrício Batsikama – ISPT- Angola
(cipriano23327@ufp.edu.pt)
17. Pedro Acosta Leyva - UNILAB – Campus dos Malês
(leyva@unilab.edu.br)
18. Rodrigo Castro Rezende - UFF – Campos dos Goytacazes
(rodcastrorez@gmail.com)
19. Silvio Correia – PPGH/UFSC
(silviomscorrea@gmail.com)
20. Tomé Morais – Moçambique
(tapedromor7@yahoo.com.br)
21. Yuri Manuel Francisco Agostinho- ISAART- Angola
(yanessanguifada@gmail.com)

Comitê editorial executivo:

1. Euclides V. Silva Afonso – UNILAB – Campus dos Malês/UNEB
(euclidesvictorinosilvaafonso@gmail.com)
2. Ineildes Calheiro dos Santos– UNEB/UFBA
(ildafrica@yahoo.com.br)
3. Ivaldo Marciano de França Lima – (UNEB DEDC II)
(ivaldomarciano@gmail.com)
4. José Fernando de Matos – UNEB
(matossizanga@gmail.com)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
(UNEB/DEDC II)

Docentes:

Alexandre Antônio Timbane (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Alyxandra Gomes Nunes (Doutora) DCH V UNEB;
Antônio Vilas Boas (Mestre) DEDC XIV UNEB;
Detoubab Ndiaye (Doutor) DEDC II UNEB;
Iêda Fátima da Silva (Doutor) DEDC II UNEB;
Ivaldo Marciano de França Lima (Doutor) DEDC II UNEB;
José Ricardo Moreno Pinho (Doutor) DEDC II UNEB;
Joselito Brito de Almeida (Mestre) DEDC II UNEB;
Marcos Carvalho Lopes (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Pedro Acosta Leyva (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês.

Apoio:

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Reitora: Profa. Dra. Adriana Marmori Lima
Vice-Reitora: Dayse Lago de Miranda
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski
Diretor do DEDC II: Dr. Aldrin Armstrong Silva Castellucci



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | Nº. 06 | Ano 2022

EDITORIAL – DADO(S) DE ÁFRICA(S): INSISTINDO EM EXISTIR, APESAR DOS PESARES!

Rodrigo Castro Rezende

Após longos seis anos de ataques à educação brasileira, o final do ano de 2022, com as eleições presidenciais, abre uma nova perspectiva em que se almeja novamente um futuro melhor para os nossos estudantes. A eleição de Lula, com a chamada “Frente Ampla”, entretanto, destinará cargos, inclusive de ministérios, a atores que têm como escopo o identitarismo, o que recairá fortemente nos Estudos Africanos, como já acontece há muito tempo, ou seja, uma África pensada pelas lentes de setores dos movimentos sociais brasileiros, que desconsidera as práticas, costumes, hábitos, usos e outras dimensões da vasta multiplicidade cultural dos povos desse continente.

É no sentido de respeitar as histórias dos povos da África, um continente inventado (mas que tem em seus homens e mulheres protagonistas das suas histórias), que a revista Dado(s) de África(s) tem se firmado no cenário nacional com produções de nossos estudantes. Conscientizando que em vez de tomar os povos desse continente como meros objetos de estudo para fins dogmáticos, tem-se debruçado sobre a possibilidade de não perceber o mundo através do binarismo, do essencialismo e do vitimismo, mas de suas histórias e experiências, que são distintas e, não raras vezes, contraditórias.

Nada disso seria fortuito quando lembramos do preconceito de cor e suas muitas variantes existentes no Brasil, das mazelas inoperantes dos silenciados, dos que estão sempre a margem da sociedade, dos invisíveis e das vítimas do sistema capitalista.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

O preconceito de cor pode também ser entendido como algo que se desdobra em percepções que são hoje compreendidas por visões essencialistas, que jogam questões de identidade para o terreno da subjetividade, e isto se constitui em arma poderosa que pode dividir a sociedade em várias clivagens. O perigo deste identitarismo é se prender nas reformas eternas, esquecendo-se do fundamental, qual seja, a luta de classes. Não existe inversão da ordem posta se a mesma burguesia liberal, criadora do termo raça, permanecer no poder. Contudo, essa é uma discussão que ultrapassa o presente volume dessa revista.

Neste volume, temos a honra de apresentar oito artigos de brilhantes estudantes que se dedicam ao estudo da África, a partir de vieses diferentes dos engendrados muitas vezes no Brasil. O artigo de abertura, escrito por Fernando Gelado Benzane, “Relação entre Homem, Cultura (Educação) e Sociedade: uma reflexão filosófica”, tem-se uma abordagem do ser humano visto não por essencialismos, mas por sua relação coletiva e cultural. Ao dimensionar que o indivíduo é um ser cultural, Fernando Gelado Benzane demonstra os impactos disso sobre a educação, i.e., não existe uma educação essencialmente universal, mas pensada através do seu escopo social e cultural.

A partir da relação entre cultura e ensino, Domingos Njamba Yeta, no artigo “A família como elemento importante para a vida académica dos alunos: um estudo com alunos da 7ª classe do complexo escolar nº 02 do Ritenda”, aborda a particularidade de um estudo em que se leva em consideração as implicações das vidas familiares no aproveitamento escolar dos estudantes. Assim, define uma visão múltipla do conceito de família em Angola, assim como estratégias possíveis para se combater evasão e “indisciplina” dos alunos na região.

O peso da cultura e da vida coletiva é de suma importância para se entender os diversos povos do continente africano. Seria pouco útil apresentar uma visão globalizante sobre aquele continente. Depois de várias investidas na tentativa de “modernizar” Moçambique e criar o “homem novo”, a FRELIMO se viu incapacitada de levar seu plano a cabo e é exatamente isso que será discutido no artigo de Lurdes José Cossa, “Estratégias político-partidárias da FRELIMO no resgate das autoridades tradicionais: contribuições a partir de Bourdieu, Champagne, Weber e Landé”. A autora discute como as ditas “autoridades tradicionais” desempenhavam um papel importante na sociedade de Moçambique, criando vicissitudes aos intentos da FRELIMO. Destacamos que a autora faz uma análise a partir da história oral, tentando compreender as histórias de vidas de personagens que viveram a tentativa de aproximação com elas feita pela FRELIMO em 1994.

A ideia do denominado “homem novo” aparece em inúmeras regiões do continente africano, o que seria uma forma de modernizar os povos africanos, o que poderia se ler como “ocidentalizar” em grande medida. Com a intenção de demonstrar as questões do

desenvolvimento, destruição e fome no continente africano, João Sicato Kandjo e Waldmar Cahila discutem em “Os organismos regionais para o desenvolvimento da África” questões sobre metas dos organismos econômicos para resolver conflitos políticos em âmbito regional, após as independências africanas, que nem sempre foram eficientes, mas que levaram em consideração as particularidades dos povos do continente africano.

Para entendermos as dificuldades de tratarmos as questões econômicas na África, devemos não apenas ver o continente por seu aspecto macroeconômico, mas entender os pontos de vistas das microeconomias, que muitas vezes apresentam particularidades que não aparecem em um plano mais geral. Essa seria a intenção de Crimildo Mário Cossa e Pedro José Miguel, ao escreverem “Contributo das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisões nas pequenas e médias empresas – caso: CMC Acoounting & Serviços, LDA (2017-2019)”, o qual, a partir de demonstrações financeiras, discutem as preocupações de gestores de empresas PMEs, considerando as questões de contabilidades, o que levam vários empresários moçambicanos a ter certas dificuldades nas tomadas de decisões locais, pois não dispõem de informações financeiras confiáveis para calcular e analisar os índices econômicos e financeiros.

Na tentativa de entender as questões das economias regionais, Alfredo Bacia Dumbo, João Sicato Kandjo e Waldmar Cahila analisam as transações comerciais de Angola, em “Transação comercial entre Angola e as maiores economias da SADC: uma aplicação do modelo gravitacional”, levando em consideração como o fluxo populacional influenciam a relação entre importações e exportações entre Angola e os países da SADC. De acordo com esses autores, Angola se aproxima ora da República Democrática do Congo, ora da África do Sul, a partir de fatores que são considerados importantes em dados contextos econômicos.

Das fragilidades econômicas de inúmeras populações do continente africano, tem-se uma série de situações em que os atores devem adentrar naquilo que se denomina de “banditismo social”, o qual um grupo pratica crimes na tentativa de oferecer alguma renda em determinadas comunidades. Assim, Lucas Evaristo Cuaguazina e Rodrigues Nhiuane Cumbane investigam os roubos de carga de veículos em Caprizanje, Distrito de Moatize, Província de Tete, Moçambique, entre os anos de 2015 e 2020, no artigo “Fatores de roubos em caminhões de carga na localidade de Caprizanje, distrito de Moatize, em Tete (2015-2020)”. Estes autores relacionam o roubo de cargas na região a partir de três possibilidades: “a existência de uma subida bastante íngreme na via, a fraca proteção policial e a vulnerabilidade socioeconômica da população local com escassez de meios de sobrevivência”, o que nos demonstra como determinadas populações em certos países são esquecidas por seus governos.

Por último, temos dois autores que trazem uma discussão bastante instigante: Inácio Ernesto Minzo e Verônica Sibinde Mpanda, com o texto intitulado “Implementação de projetos

de investimentos e as colaterais estabelecidas pela banca no financiamento aos Start-ups. Caso Banco Nacional de Investimento, 2015-2020”, no qual analisam com preocupação a integração financeira e econômica de Moçambique, a partir da falta de emprego. Isso faz com que os jovens moçambicanos tenham que recorrer a obtenção de capital financeiro para iniciarem seus próprios negócios, já que não há tantos empregos oferecidos no país. O que ocorre, muitas vezes, é que esses jovens não conseguem créditos no Banco Nacional de Investimentos em função dos riscos de créditos que essa instituição acaba percebendo nos jovens, o que pode contribuir para a situação vista no artigo anterior de “banditismo social”.

Em resumo, temos mais este brilhante número de Dado(s) de África(s) com artigos importantes para pensarmos a multiplicidade do continente africano e suas dificuldades atuais.

Esperamos por vocês!

Boa leitura!

Rodrigo Castro Resende



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

Fernando Gelado Benzane

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

RELAÇÃO ENTRE HOMEM, CULTURA (EDUCAÇÃO) E SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA

RELATION BETWEEN MAN, CULTURE (EDUCATION)
AND SOCIETY: REFLECTION
PHILOSOPHICAL

RESUMO: O tema do presente artigo versa sobre a relação entre homem, cultura (educação) e sociedade, sob o escopo de uma reflexão filosófica. A partir deste cenário, o estudo tem como objetivo refletir sobre a relação existente entre homem, cultura (educação) e sociedade. A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa e caracteriza-se como uma revisão de literatura a partir de livros e artigos científicos. O referencial teórico da pesquisa ampara-se em autores diversos, a exemplo de Kant. Os resultados da pesquisa sinalizam que existe uma inter-relação dos conceitos referidos, entendendo-os como uma base teórica que demonstra a inexistência da cultura sem o ser humano, e que este é próprio e exclusivo em sua Cultura, sendo esta a guardiã de qualquer tipo de Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Homem; Educação; Cultura; Sociedade

ABSTRACT: The theme of this article is the relationship between man, culture (education) and society, under the scope of a philosophical reflection. Against this backdrop, the study aims to reflect on the relationship between man, culture (education) and society. The methodological approach of this research is qualitative and is characterised as a literature review based on books and scientific articles. The research's theoretical framework is based on various authors, such as Kant. The results of the research indicate that there is an interrelationship between these concepts, understanding them as a theoretical basis that demonstrates that culture does not exist without human beings, and that human beings are unique and exclusive in their culture, which is the guardian of any type of education.

KEY WORDS: Man; Education; Culture; Society

RELAÇÃO ENTRE HOMEM, CULTURA (EDUCAÇÃO) E SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA

FERNANDO GELADO BENZANE ¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados de uma reflexão sobre a relação entre Homem, Cultura (educação) e Sociedade. Constitui objetivo da reflexão compreender as diversas abordagens de autores clássicos e contemporâneos sobre a relação existente entre Homem, Cultura (educação) e Sociedade. Para o efeito, procurou-se identificar os elementos que dão substância a tal relação de acordo com a conceitualização das entidades em causa feita pelos autores, e estabelecendo-se ligações intertextuais, ainda que implícitas, com os conhecimentos gerais e comuns sobre a matéria. A conceituação feita pelos autores, a partir da análise das várias formas e concepções sobre a forma mais adequada de compreender o ser homem na esfera individual (biológica) e social (cultura) conduz à adoção de modelos de educação. Coube nesta reflexão, igualmente, uma análise em torno da educabilidade ou não do Homem, recaindo sobre a Educação a tarefa de transmutar o ser, inculcando no mesmo, valores socioculturais através da formação e socialização, compreendendo para esta última, o cuidado, a disciplina e a instrução. Entretanto, são questões orientadoras da reflexão, qual é a relação intrínseca entre o homem e a educação? Será que a educação é necessária para o homem? O homem não poderia sê-lo sem educação?

Sumariamente, pode-se concluir que a relação Homem, Cultura, Educação e Sociedade decorre e inscreve-se na insuficiência argumental da explicação isolada do conceito de Homem como um ser endógeno a si, como um ser social e da humanidade como um conceito que se resvala na dispersão e diversidade de fatos. Partindo destes pressupostos, é evocada a manifestação do Homem enquanto um ser em que coexistem modos, formas, ações e reações contrárias (contrários), todavia, buscando a harmonia na contrariedade.

¹ Diretor do Departamento de Educação no município da Matola, Maputo, Moçambique. Doutorando em Educação, Mestre em Administração e Gestão da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

Docente da Universidade Aberta ISCED – UnISCED e do Instituto Superior de Gestão e Negócios. Maputo, Moçambique. fgbenzane@gmail.com

1. Homem e Sociedade

Para melhor compreensão dos termos “homem” e “sociedade”, Japiassú e Marcondes (2001) referem que a palavra “homem” deriva do *latim homo, hominis* e constroem um leque de interrogações que se estendem nas seguintes: O que é o Homem? Será um objeto real ou apenas uma ideia? Ou uma certa variedade animal, que os antropólogos chamam de *Homo sapiens*?

1.1. Homem

Hoje em dia, quando se fala da "morte do Homem", por exemplo, trata-se da ideia ocidental de homem, criada pelo cristianismo e pela Antiguidade greco-latina. A Bíblia afirma a posição dominante do Homem sobre a natureza (Adão e Noé), e conta a Aliança que o Deus único e criador estabeleceu com uma parte dos descendentes de Adão. Além disso, afirma que o próprio Deus se fez Homem para salva-los (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001). Outrossim, atualmente coloca-se na dúvida questionando se os métodos usados e ou empregues até então, teriam sido suficientes e exaustivos, ou existirá outro caminho aberto para além da introspeção psicológica, da observação e da experiência biológica sobre o conceito de Homem (CASSIRER, 2012). Esta perspectiva coloca-nos desafios para a compreensão do conceito “Homem”. Assim, podemos nos questionar: será que o homem nasce humano? As características humanas estão presentes desde o nascimento? O que é ser humano? Como ocorre o processo de tornar-se humano? O que diferencia os humanos dos outros animais?

O fato é que cada indivíduo, ao nascer encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais. O homem, desde seus primórdios, é considerado um ser de relações sociais, que incorpora normas, valores vigentes na família, em seus pares e na sociedade. Assim, a formação da personalidade do ser humano é decorrente de um processo de socialização, no qual intervêm fatores inatos² e adquiridos (STREY, 2002). Refere ainda Strey (2002) que o homem é um animal que depende de interação para receber afeto, cuidados e até mesmo para se manter vivo. Somos animais sociais, pois o fato de ouvir, tocar, sentir e ver o outro fazem parte da nossa natureza social. O ser humano precisa se relacionar com os outros por diversos motivos: por necessidade de se comunicar, de aprender, de ensinar, de dizer que ama o seu próximo, de exigir melhores

²Entende-se por fatores inatos, aquilo que herdamos geneticamente dos nossos familiares, e os fatores adquiridos provém da natureza social e cultural.

condições de vida, bem como de melhorar o seu ambiente externo, de expressar seus desejos e vontades.

Entretanto, ainda na senda das questões colocadas logo no início do debate, convém compreender a visão de autores clássicos nomeadamente: Karl Marx, Platão e Aristóteles, todos citados por Cassirer (2012). Marx conceitua o ser humano como o resultado do entrelaçamento do aspecto individual, no sentido biológico, e social, no sentido cultural, ou seja, ao se apropriar da cultura e de tudo o que a espécie humana desenvolveu e está fixado nas formas de expressão cultural da sociedade, o homem se torna humano. Platão diz que a vida dos sentidos está separada da vida do intelecto por uma brecha ampla e insuperável. O conhecimento e a verdade pertencem a uma ordem transcendental ao reino das ideias puras e eternas.

Por sua vez, Aristóteles, defende que todo o conhecimento humano tem origem em uma tendência básica da natureza humana, que se manifesta nas ações e reações mais elementares do homem. A percepção dos sentidos, a memória, a experiência, a imaginação e a razão estão todas ligadas por um vínculo comum; são apenas estágios e expressões diferentes de uma única e mesma atividade fundamental, que atinge a sua mais alta perfeição no homem, mas que também, de certo modo, é compartilhada por todos os animais e formas de vida orgânica.

Refere ainda Aristóteles, que para todas as suas necessidades imediatas e interesses práticos, o homem depende de seu ambiente físico. Não pode viver sem uma constante adaptação às condições do mundo que o rodeia. Os primeiros passos na direção da vida intelectual e cultural do homem podem ser descritos como atos que implicam uma espécie de ajuste mental ao ambiente imediato (CASSIRER, 2012). Aqui encontramos em parte a relação do homem e a sociedade. Os grandes pensadores religiosos foram os primeiros a afirmar essa exigência moral. Daí a máxima “conhece-te a ti mesmo” que é vista como um imperativo categórico, como uma lei religiosa e moral suprema.

Pode-se corroborar com Cassirer (2012), que conceitua o homem como criatura que está em constante busca de si mesmo, que em todos os momentos de sua existência deve examinar e escrutinar as condições de sua existência. Esse escrutínio, essa atitude crítica para com a vida humana, constitui o seu real valor. Acrescenta citando Sócrates, referindo-se de que “uma vida que não é examinada, não vale ser vivida”. Pois o homem é como um ser que quando lhe fazem uma pergunta racional, pode dar uma resposta racional. Tanto o seu conhecimento como a sua moralidade está compreendido nesse círculo. E por essa faculdade fundamental, por essa faculdade de dar uma resposta a si mesmo e aos outros, que o homem se torna um ser “pensável” um sujeito moral.

1.2. Sociedade

Compreender a reflexão sobre o que é a sociedade, ou seja, o processo de sua constituição, reprodução e transformação, requer uma clara explicitação do seu conceito. Todavia, a noção de sociedade tornou-se crescentemente problemática nos dias atuais no contexto do debate público, ou seja, falar da sociedade também se trata de um conceito complexo (PEREIRA, 1991).

Deixando de lado significados que a identificam, ora com a totalidade dos seres humanos num determinado território, ora com o oposto de indivíduos ou de comunidade, tendo esta uma conotação mais positiva, porque menos ampla, privilegiaremos o conceito de sociedade na sua relação com o indivíduo e outras instituições. Como refere Japiassú e Marcondes (2001), a sociedade não é um mero conjunto de indivíduos vivendo juntos, em um determinado lugar, mas define-se essencialmente pela existência de uma organização, de instituições e leis que regem a vida desses indivíduos e suas relações mútuas. Algumas teorias distinguem a sociedade, que se define pela existência de um contrato social entre os indivíduos que dela fazem parte, e a comunidade que possui um caráter mais natural e espontâneo.

O ponto dessa opção é que ela não endossa ou aceita o pensamento que defende a separação entre o indivíduo e a sociedade, como se esta fosse o somatório de pessoas particulares ou uma entidade supra individual. Não endossa porque parte do princípio de que a sociedade é muito mais do que a soma de indivíduos e de que qualquer atividade humana, mesmo de caráter individual, é social (PEREIRA, 1991).

Outrossim, a sociedade pode ser visualizada como o conjunto de indivíduos que partilham uma cultura com as suas maneiras de estar na vida e os seus fins, e que interagem entre si para formar uma comunidade. Embora as sociedades mais desenvolvidas sejam as humanas (estudadas pelas ciências sociais como a sociologia e a antropologia), também existem as sociedades animais (estudadas pela sociobiologia ou a etologia social). Pelo que pode se depreender que a sociedade existe desde o próprio aparecimento do Homem, apesar de a sua forma de organização ter sofrido alterações ao longo da história.

2. Educação e Cultura

2.1. Educação

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para

aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO,1989). Em relação às origens, o substantivo “educação” provém de dois vocábulos latinos, quais sejam, os verbos “*educare*” e “*educre educere*”, respectivamente. O verbo “*educare*” guarda o entendimento da educação como cuidado, como alimentação e, por sua vez, a partir do verbo, a expressão “educação; está assentada na ideia de extrair, “conduzir para fora, fazer sair, tirar de”. Assim, a educação envolve esses dois aspectos: o cuidar, fazer aflorar e conduzir (GONÇALVES, 2010).

O significado do termo “educação”, no entanto, é ambíguo, em mundos diversos a educação existe de formas diferenciadas: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas. Ademais, existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (BRANDÃO, 1989).

Um dos fatores para essa ambiguidade, segundo Gonçalves (2010), reside na associação de muitos sinônimos à expressão educação. Conforme o autor, às vezes, por “educação” entendeu-se e continua a se entender “ora como aprendizagem, ora como formação e como instrução”. Estas expressões são temas correlativos à educação, não abarcando a totalidade do seu significado. Além do uso de temas correlativos à educação, também têm sido tomados os seus diversos âmbitos, quais sejam, “a educação moral, a cívica, a ambiental e a cognitiva”, como significado do conceito de educação. Em um pensamento, similar à de Gonçalves (2010):

Reboul, também refere que: ...raramente se emprega a palavra educação sem lhe limitar imediatamente o sentido. Ao usá-la, pensa-se na escola e, no entanto, a educação faz-se, inicialmente, na família, sem falar desse “meio termo” que é constituído pela rua, o desporto, os movimentos de juventude, os media, dentre outros. Pensa-se no ensino como se a educação não fosse tanto física, estética, moral afectiva, como técnica e intelectual. Pensa-se na criança, mas não estão os adultos, também eles a educar-se sem cessar, mesmo que não seja senão pela experiência da vida: como dizia Platão, “são necessários cinquenta anos para fazer um homem” (REBOUL,1971, p. 11).

Para o autor, é necessário utilizar o termo “educação” no sentido amplo e ou total. Mutilá-lo é mutilar o homem. Diante da ambiguidade semântica, Iori (2003) define a educação como um fenômeno complexo e relacional, no qual dois ou mais sujeitos interagem, o educador e o educando. Nessa interação, a educação afeta tanto o educando quanto o educador, embora o educador tenha maiores responsabilidades sobre o educando. Ao educar, o educador também se educa. Assim, os efeitos da educação se manifestam tanto no educador quanto no educando. Não existe uma absoluta assimetria. Contudo, a educação também é abrangente, envolve a totalidade do ser humano, este que é o único sujeito da educação. Por isso, a educação não pode ser reduzida a uma única dimensão: instrução, ensino e aprendizagem, embora estes termos façam parte da educação. No sentido de conduzir e fazer aflorar, a educação tem de ser entendida como processo de formação e socialização do indivíduo, no qual são realizadas várias ações para o alcance dessa finalidade (GONÇALVES, 2010), argumenta que;

Ao se conduzir o processo de formação e de socialização dos indivíduos, a educação usa um conjunto de meios e de ações que visam o pleno desenvolvimento do ser humano, nas suas dimensões física, intelectual e ética. É um processo de condução que, tendo seu início quando do nascimento, prolonga-se por toda a vida, em que pesem as críticas da relação educação e infância efectuadas pelos defensores da irredutibilidade da infância (Gonçalves, 2010, p.11).

Assim, a educação é a ação consciente que permite a um ser humano desenvolver as suas aptidões físicas e intelectuais, bem como os seus sentimentos sociais, estéticos e morais, com o objetivo de cumprir, tanto quanto possível, a sua missão como homem; e também o resultado desta ação. A educação é, pois, uma ação. Enquanto tal, consciente, ou pelo menos dela podemos tomar consciência; é voluntária, ou pelo menos podemos percebê-la e assumi-la como tal. Sem dúvida existe uma educação espontânea que se exerce sobre o educando, sem que este disso se aperceba e até mesmo sem conhecimento do educador (REBOUL, 1971).

A educação, como processo geral, não se restringe e nem começa na escola. Antecede a educação escolar e continua além de seus limites. A educação, tomada em um sentido amplo, cumpre a função de socialização e de humanização do homem, expressa na construção de artefatos materiais e culturais imprescindíveis para a sobrevivência da espécie e dos grupos, artefatos esses que podemos denominar de produtos sociais, notadamente quando passam por um processo de aquisição por parte das gerações futuras (IORI, 2003). Quando as sociedades humanas passam por um acelerado processo de desenvolvimento e de complexidade em sua estrutura, proporcionando a diversificação das funções, ações, relações e tarefas sociais, surgem diferentes espaços e formas de especialização da educação que vão se constituindo ao longo da

história, até se chegar ao desenvolvimento de instituições específicas com a finalidade de preparar novas gerações para a participação no trabalho e na vida, que são as escolas.

2.3.2. Cultura

Definir o que é cultura não é uma tarefa simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como Sociologia, Antropologia, História, Comunicação, Administração, Economia, Filosofia e Educação, dentre outras. Em cada uma dessas áreas, é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal realidade concerne ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana. Além disso, a palavra “cultura” também tem sido utilizada em diferentes campos semânticos, em substituição a outros termos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia” (CANEDO, 2019). “Comumente, ouvimos falar em “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células”. Ao que se conclui que, ao nos referirmos ao termo, cabe ponderar que existem distintos conceitos de cultura, no plural, em voga na contemporaneidade (CANEDO, 2019, p. 1).

Para o autor, parte desta complexa distinção semântica se deve ao próprio desenvolvimento histórico do termo. A palavra “cultura” vem da raiz semântica *colore*, que originou o termo em *latim* “*cultura*”, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar. O termo era geralmente utilizado para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, como veremos mais adiante. Atualmente, as questões culturais têm recebido grande atenção nas mais diferentes esferas, acadêmicas, políticas, cotidiana e mesmo econômica, crescendo, assim, a importância da cultura para refletir sobre o mundo contemporâneo. No campo educacional não foi diferente, a cultura é um constructo central para a compreensão das relações complexas entre a escolarização e a sociedade dominante (GODOY; SANTOS, 2014).

Para os autores, a centralidade da cultura não significa que ela é uma dimensão epistemologicamente superior às demais, de caráter social, tais como a política, a econômica, ou a educacional, mas que atravessa toda e qualquer prática social. Essa centralidade indica a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo. Assim, segundo Cuche (1996) a invenção da noção de cultura é em si mesma reveladora de um aspecto fundamental, no seio da qual pode ser feita a invenção de cultura ocidental. Inversamente, é significativo que a palavra “cultura” não tenha equivalente na maior parte das línguas orais das sociedades que os etnólogos estudam habitualmente. Este fato não significa que estas sociedades não tenham cultura, mas que elas não

se colocam a questão de saber se tem ou não uma cultura, e ainda menos definir sua própria cultura.

Ademais, Cuche (1996) refere que o século XVIII pode ser considerado como o período de formação do sentido moderno da palavra, posto que em 1700 a palavra “cultura”, vinda do *latim*, significava o cuidado dispensado ao campo ou ao gado. No começo do século XVI ela não significava mais um estado, mas sim, uma ação. E somente no meio do século XVI se forma o sentido figurado, e “cultura” pode designar então a cultura de uma faculdade, isto é, o fato de trabalhar para desenvolvê-la. Até o século XVIII a evolução do conteúdo semântico da palavra derivava do movimento natural da língua, e não ao movimento das ideias, que procede, por um lado pela metonímia (da cultura como estado, a cultura como ação), por outro lado pela metáfora (da cultura da terra, a cultura do espírito).

No sentido figurado, refere Cuche que o termo “cultura” começa a se impor no século XVIII³, fazendo sua entrada no Dicionário da Academia Francesa, e é então quase sempre seguido de um complemento, por exemplo; cultura das artes, culturas das letras, cultura das ciências, como se fosse preciso que a coisa cultivada estivesse explicitada. Progressivamente, “cultura” se liberta de seus complementos e acaba por ser empregada só, para designar a formação, a educação do espírito. Em movimento inverso ao observado anteriormente, passa se de cultura como ação (ação de instruir), a cultura como estado (estado do espírito cultivado pela instrução, estado de indivíduo que tem cultura).

Entretanto, o Dicionário da Academia, da edição 1798, citado pelo Cuche (1996), refere que este uso é consagrado, que estigmatiza um espírito natural e sem cultura, sublinhando com esta expressão a oposição conceitual entre a natureza e a cultura. A cultura é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade ao longo de sua história. A ideia alemã de cultura evoluiu, então, pouco no século XIX, sob a influência do nacionalismo. A cultura vem da alma, do gênio de um povo. A nação cultural precede e chama a nação política. A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade.

Na França, a evolução da palavra no século XIX é um pouco diferente. “Cultura” se enriqueceu com uma dimensão coletiva, e não se referia mais somente ao desenvolvimento intelectual do indivíduo. Passou a designar também um conjunto de caracteres próprios de uma

³ Neste século pode se depreender que a cultura é sempre empregada no singular, o que reflete o universalismo e humanismo dos filósofos: a cultura é própria do Homem. Além de toda distinção de povos ou classes, inscreve-se então plenamente na ideologia do iluminismo, onde é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação e de razão que vigoravam no pensamento da época. A ideia de cultura participa do otimismo do momento, baseado na confiança no futuro perfeito do ser humano (CUCHE, 1996).

comunidade, mas em sentido geralmente vasto e impreciso. Portanto, pode se depreender que o debate franco-alemão, do século XVIII ao século XX, e arquetípico das duas concepções de cultura, uma particularista, a outra universalista, estão na base das duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas.

Tylor, ao elaborar o seu método de estudos da evolução da cultura pelo exame de sobrevivências culturais, chegou à conclusão de que a cultura dos povos primitivos contemporâneos representava globalmente a cultura original da humanidade: ela era uma sobrevivência das primeiras fases da evolução cultural, fases pelas quais a cultura dos povos civilizados teria passado necessariamente. A diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial. Cada cultura representava uma totalidade singular, e todo seu esforço consistia em pesquisar o que fazia sua unidade. Daí sua preocupação de não somente descrever os fatos culturais, mas de compreendê-los juntando-os a um conjunto ao qual eles estavam ligados. Um costume particular só pode ser explicado se relacionado ao seu contexto cultural (CUCHE, 1999).

Esta perspectiva evidencia que “Cada cultura é dotada de um estilo particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos” (CUCHE, 1999, p. 45). Um aspecto que poderia talvez ser um princípio ético que afirma a dignidade de cada cultura, e exalta o respeito, é a tolerância em relação às culturas diferentes. Na medida em que cada cultura exprime um modo único de ser homem, ela tem o direito a estima e a proteção, se estiver ameaçada.

3. Relação Homem e Educação

Segundo Kant (1996), o Homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Portanto, o homem é infante educando e discípulo. Refere o autor que os animais, logo que começam a sentir alguma, usam as próprias forças com regularidade, isto é, de tal maneira que não se prejudicam os mesmos. É de fato maravilhoso ver, por exemplo, como os filhotes de andorinhas, apenas saídos do ovo e ainda cegos, sabem dispor-se de modo que seus excrementos caiam fora do ninho. Os animais, portanto, não precisam ser cuidados, no máximo precisam ser alimentados, aquecidos, guiados e protegidos de algum modo. A maior parte dos animais requer nutrição, mas não necessitam de cuidados. Por cuidados entendem-se as precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças. Se, por exemplo, um animal, ao vir ao mundo, gritasse, como fazem os bebês, tornar-se-ia presa certa dos lobos e de outros animais selvagens atraídos pelos seus gritos (KANT, 1996).

A disciplina transforma a animalidade em humanidade. Um animal, e por seu instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ela antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas, o homem tem necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, porque ele não tem a capacidade imediata de o realizar, mas vem ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele. A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais que pertencem a humanidade. Uma geração educa a outra (KANT, 1996). Portanto, a disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais. Ela deve, por exemplo, contê-lo, de modo que não se lance ao perigo como um animal feroz, ou como um estúpido. Mas, a disciplina é puramente negativa, porque é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria; a instrução, pelo contrário, é a parte positiva da educação.

O homem tem necessidade de cuidados e de formação. A formação compreende a disciplina e a instrução. Pelo que o homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Por um lado, a educação ensina alguma coisa aos homens e, por outro lado, não faz mais que desenvolver nele certas qualidades, não se pode saber até onde nos levariam as nossas disposições naturais. Com a educação presente, o homem não atinge plenamente a finalidade da sua existência. Na verdade, quanta diversidade no modo de viver ocorre entre os homens! Entre eles não pode acontecer uma uniformidade (KANT, 1996). A educação necessariamente reproduz a sociedade, sendo determinada pelos aspectos econômicos, sociais e políticos. Sua finalidade, da qual não pode escapar, é a reprodução dessa sociedade em que está inserida. A educação faz-se a partir de uma análise crítica que a considera dentro da sociedade. As atividades educativas estão a serviço do saber, e do saber comportar-se nessa sociedade. E quem determina esses saberes são os setores dominantes, de acordo com as necessidades do modelo de produção (SGTES, 2003).⁴

A educação é uma arte cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino. A providência quis que o homem extraísse de si mesmo o bem e, por assim dizer, assim lhe fala: “entra no mundo. Coloquei em ti toda espécie de disposições para o bem. Agora compete somente a ti desenvolvê-las e a tua felicidade ou a tua infelicidade depende de ti” (KANT, 1996). O homem deve, antes de tudo, desenvolver as suas disposições para o bem; a providência não as

⁴ Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Educação, Sociedade e Cultura. Brasília: Editora MS. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/form_ped_modulo_02.pdf acesso em 26.02.2023.

colocou nele prontas; são simples disposições sem marca distintiva da moral. Tornar-se melhor, educar-se e, se é mau, produzir em si a moralidade, eis o dever do homem. A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser posto aos homens, de fato os conhecimentos dependem daqueles. Por isso, a educação não poderia dar um passo à frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual lhes acrescenta algo de seu e os transmite para a geração que segue. Deve a educação do indivíduo imitar a cultura que a humanidade em geral recebe das gerações anteriores (KANT, 1996).

Fica evidente que a concepção da relação da educação com a sociedade expressa o entendimento de que a educação exerce o papel de manter a sociedade integrando os indivíduos no todo social. Sua finalidade é promover a “saúde social” pela formação das pessoas. A educação leva em conta uma concepção de sociedade para, de fora dela, aperfeiçoá-la, corrigir seus desvios, construir seus sucessos e progresso, por meio da formação dos indivíduos que a compõem. A teoria e a prática pedagógica, portanto, independem de qualquer análise crítica da educação dentro da sociedade (SGTES, 2003).

Pode se depreender, no entanto, que na educação o homem deve segundo Kant (1999):

- Ser disciplinado, isto é, disciplinar quer dizer procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvageria.
- Deve o homem tornar-se culto. A cultura é a criação da habilidade, e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejemos. Ela, portanto, não determina por si mesma nenhum fim, mas deixa esse cuidado às circunstâncias.
- A Educação deve também cuidar para que o homem se torne prudente, que ele permaneça em seu lugar na sociedade, e que seja querido e tenha influência. A esta espécie de cultura pertence a que se chama propriamente civilidade. Esta requer certos modos corteses, gentileza e a prudência de nos servir dos outros homens para os nossos fins.
- Deve por fim, cuidar da moralização. Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins que são aprovados necessariamente por todos, e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um.

Ademais pode-se depreender ainda, que a prática educativa é inerente ao ser humano. Intencional ou não, toda prática humana educa. É por isso que, como ação, a prática educativa não pode se restringir ao espaço escolar. A família, a religião, a sociedade e, claro, a escola, também é responsável pela educação. A educação é o elo de ligação entre o homem e o seu convívio em sociedade, é a educação que vai transmitir os valores a serem perpetrados de geração em geração, como refere Durkheim citado por Brandão (1989), a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não se encontram ainda preparadas para a vida

social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina."

4. Relação entre Homem, Cultura (educação) e Sociedade

No início da nossa reflexão levantamos as seguintes questões: qual é a relação intrínseca entre o homem e a educação? Será que a educação é necessária para o homem? O homem não poderia ser homem sem educação? Conteúdo iniciado no ponto anterior. Antes, porém, importa elucidar a visão de Kant (1999), com relação a exclusividade do termo "educação" como atributo do ser humano, e também oferece uma base antropológica que sustenta o conceito de educação como processo de condução da formação e socialização dos indivíduos. A educabilidade diz respeito somente ao ser humano. Os animais podem ser treinados, adestrados, mas nunca educados. Sobre a educação, entanto atributo específico dos humanos, pesa-lhe uma grande responsabilidade: possibilitar ao Homem que se torne Homem. É necessário que o Homem se torne humano.

A necessidade de o Homem tornar-se Homem, em Kant, está fundamentada no caráter imperfeito da natureza humana e, em função dessa imperfeição, ele deposita as esperanças na educação: o vir a ser do Homem depende da educação, pois para Kant, é na educação onde se esconde "o grande segredo da perfeição da natureza humana", ou seja, a educação completa a incompletude do homem desde o seu nascimento, da própria existência, pois, o homem sem educação não é nada, a educação vem completar o homem, o homem não pode ser homem sem educação e por sua vez a sociedade é sociedade através da educação.

Assim, pode-se depreender que falar da educação, na verdade, é falar do Homem e, por extensão, da sociedade. Pelo fato de a educação dizer respeito apenas ao ser humano e este ser o centro daquela, uma boa educação é a fonte de todos os bens nesse mundo" (idem, p. 23). Dada essa singularidade da educação, é também do homem com relação à educação, e esta não pode ser reduzida à apenas uma dimensão: ela, como processo de condução da formação da socialização do indivíduo, envolve os cuidados, a disciplina e a instrução.

Pode-se ainda afirmar que o homem vive na sociedade pela razão a qual lhe é atribuído a categoria de ser social, não existe sociedade sem o homem e o homem sem sociedade, o homem constitui o objeto central da sociedade. O ser humano e as suas relações sociais, a contribuição que ela proporciona, a produção de conhecimento sobre o si em suas interações sociais, possibilitando um melhor entendimento da sociedade em que vivemos. Falar da educação, na verdade, é falar do Homem e, por extensão, da sociedade. Como vimos na discussão sobre

cultura, a noção desta é inerente à reflexão das Ciências Sociais. Ela é necessária, de certa maneira, para pensar a unidade da humanidade na diversidade, além dos termos biológicos. Ela parece fornecer a resposta mais satisfatória para a questão da diferença entre os povos, uma vez que a resposta racial está cada vez mais desacreditada, à medida que há avanços da genética das populações humanas (CUCHE, 1996).

A cultura, pois sendo embora um produto humano é simultaneamente humano. O aprender e o pensar estão sempre situados num enquadramento cultural e sempre dependentes da utilização de recursos culturais. O culturalismo, por sua vez, concentra-se exclusivamente no modo como os seres humanos, dentro das comunidades culturais, criam e transformam os significados. A educação é uma complexa procura no sentido de ajustar uma cultura às necessidades dos seus membros, e do ajuste destes e dos seus modos de conhecer às necessidades da cultura (BRUNER, 1996). Sendo a cultura parte do que somos, nela está o que regula nossa convivência e comunicação em sociedade. Ao tratarmos da cultura, deve-se entender os aspectos aprendidos pelo ser humano, em contato social, o que se adquire ao longo de sua convivência.

Assim, Cuche (1996), ao estabelecer a relação entre o homem e cultura, refere que o homem é essencialmente um ser de cultura. O longo processo de humanização, começado há mais ou menos quinze milhões de anos, constitui fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural, à uma adaptação cultural. A cultura permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio, mas também, às suas necessidades e seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza. Ademais, a noção de cultura se revela então o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. A natureza, no homem, é inteiramente interpretada pela cultura. Nada é puramente natural no homem. Mesmo as funções humanas que correspondem às necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual, dentre outras, é informado pela cultura: as sociedades não dão exatamente as mesmas respostas para estas necessidades (CUCHE, 1996).

Enfim, os autores nos convidam a discutir a coabitação dos conceitos, pois estes se interrelacionam. É nesta questão crucial da relação dos conceitos “Homem”, “Cultura” (educação) e “Sociedade” que se estabelece um delineamento para a proposição de uma base teórica em que se pode desvelar que não existe cultura sem homem, o homem é exclusivo em sua cultura, e esta é guardiã de qualquer tipo de educação. Assim, como cada cultura tem a sua educação, por conseguinte, cada sociedade tem a sua educação, podendo haver, todavia, elementos comuns. Outrossim, fica evidente que todo o ser humano nasce indivíduo e torna se pessoa via educação. Pelo que o homem não pode ser homem fora a outro homem. A educação completa a incompletude do homem desde o seu nascimento, da própria existência, a educação

vem completar o homem, ou seja, o homem não pode ser homem sem educação, e por sua vez a sociedade é sociedade através da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19ª. Ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

BRUNER, Jerome. **Cultura da Educação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

Canedo, Daniele. (2009). **Cultura é o Quê? Reflexões Sobre o Conceito de Cultura e a Atuação dos Poderes Públicos**. V ENECULT, UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Companhia das Letras. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.

CASSIER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo. Martins fontes, 2012.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 1ª. Ed. Paris, EDUSC, 1999.

GONÇALVES, António, Cipriano. **Guia de Estudo de História e Filosofia da Educação**. Maputo: ESA, 2010.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Terceira edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LORI, Vanna. Filosofia da Educação: saber de fronteira e de conexão. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, s/v, n. 37, p. 51 – 82, 2003.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Estado, sociedade e esfera pública**. Disponível em <http://cressrn.org.br/files/arquivos/8jWy8e5p39eA46R2v6H9.pdf>.

REBOUL, Olivier. **O Que é Educar?** Paris: Puf, 1971.

Recebido em: 29/04/2022

Aprovado em: 18/10/2022



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

Domingos Njamba Yeta

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

A FAMÍLIA COMO ELEMENTO IMPORTANTE NA VIDA ACADÊMICA DOS FILHOS: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DA 7ª CLASSE DO COMPLEXO ESCOLAR Nº 02 DO RITENDA

The family as an important element for students' academic life: a study with 7th grade students from Complexo Escolar nº 02 do Ritenda.

RESUMO: Este trabalho resulta de uma observação feita durante as nossas atividades letivas e dirigimo-nos com a seguinte questão: como envolver de forma ativa a família na vida acadêmica dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar nº 02 do Ritenda, de que maneira apresentar estratégias que possam envolver a família na vida acadêmica dos alunos. O trabalho é de caráter descritivo, com intuito de descrever o comportamento dos discentes em salas de aulas, a exemplo de aspectos de natureza pedagógica, descritos como “indisciplina”, além da falta de interesse nos estudos. Para este trabalho foram utilizados o método estatístico e a observação direta extensiva, servindo como técnica que nos possibilitou no uso do inquérito, além da revisão bibliográfica específica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Escola; Alunos.

ABSTRACT: This work is the result of an observation made during our teaching activities and we addressed the following question: how to actively involve the family in the academic life of the 7th graders at the Ritenda School Complex No. 02, and how to present strategies that can involve the family in the students' academic life. The work is descriptive in nature, with the aim of describing the behavior of students in the classroom, such as aspects of a pedagogical nature, described as "indiscipline", as well as a lack of interest in studying. For this work, the statistical method and extensive direct observation were used, serving as a technique that enabled us to use the survey, in addition to the specific bibliographic review on the subject.

KEY WORDS: Family; School; Students.

A FAMÍLIA COMO ELEMENTO IMPORTANTE NA VIDA ACADÉMICA DOS FILHOS: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DA 7ª CLASSE DO COMPLEXO ESCOLAR Nº 02 DO RITENDA

DOMINGOS NJAMBA YETA ¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho realizou-se no Complexo Escolar nº 02 do Ritenda², situado na província da Lunda-Norte, na cidade de Chitato, no Bairro Kamatundo. Esta escola foi inaugurada em 2015 pelo antigo Governador da província, Dr. Ernesto Muangala. É uma escola primária, integrada ao 1º ciclo, composta por 15 salas de aula. Quanto da designação do Complexo Escolar do Ritenda, surge através da sua localização por ser uma escola localizada numa zona controlada pelo Soba Ritenda. A concepção que um discente tem quanto à família, torna a ser um elemento muito importante para o seu desenvolvimento, na medida que ele se desenvolve, procura espelhar e rever-se como um elemento integrante de um grupo de família, com isto, é através desta concepção que o discente vai desenvolver o espírito de aceitação e socialização dentro da sociedade.

Hoje, perante a sociedade moderna, onde as informações são acessíveis e estão ao alcance de todos por causa das novas tecnologias, os discentes têm uma liberdade de adquirir os conhecimentos por várias formas, e seria necessário que esses conhecimentos fossem supervisionados por alguém a fim de suprir e escolher os conhecimentos que sejam aceitáveis para o desenvolvimento dos mesmos. Daí surge a necessidade do envolvimento da família no desenvolvimento das atividades diárias e da aprendizagem dos discentes em vários aspectos. O papel da família dentro da sociedade é muito importante, principalmente na vida de um aluno, estamos cónscios de que o processo de ensino aprendizagem é um processo sistematizado que tem os seus métodos, meios e fins a serem atingidos e, nesta perspectiva de ser um processo sistematizados, logo, o torna algo limitado, enquanto que a educação tradicional, educação de casa, educação informal é um campo amplo que uma família mergulha afim de trazer meios, métodos diferentes que possibilitam no processo de educação, com isto, é necessário juntar essa duas realidades de educação formal e informal e que as mesmas trabalhem e estejam no mesmo caminho porque ambos possuem papeis fundamentais na formação de alunos.

O empenho e dedicação das crianças nas escolas tem sido umas das grandes preocupações dos professores, tendo em conta as dificuldades que os mesmos enfrentam perante aos alunos que apresentam a falta de educação no tratamento ao outro, o uso frequente de palavras ina-

¹ Graduado em Ensino de Língua portuguesa pela Universidade de Lueji A'nkonde – Angola, professor de Língua portuguesa no Iº e IIº no Complexo Escolar nº 02 do Ritenda/Dundo. domingosyeta@gmail.com

dequadas, a falta de interesse aos estudos etc. estes fatores influenciam no resultado negativo perante aos objetivos preconizados, com isto, a escola necessita de colaboração da família afim de ajudar colmatar ou mitigar as dificuldades que os mesmo enfrentam. Este artigo surge da necessidade de propor algumas estratégias acadêmicas que possam envolver ativamente a família na vida acadêmica dos discentes do Complexo Escolar nº02 do Ritenda.

A Família:

No que diz respeito a palavra família, o seu histórico revela que esta palavra tem trazido algumas abordagens diferentes, tendo em conta a involução do tempo e do tipo de sociedade. De acordo com Aurélio (1999) apud Santana et al, (2022, p.10,) a palavra “família” pode ter vários significados. Dentre eles interessa-nos citar:

1. Pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos.
2. Pessoas unidas por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança:
3. Ascendência, linhagem, estirpe.
4. Grupo de indivíduos que professam o mesmo credo, têm os mesmos interesses, a mesma profissão, são do mesmo lugar de origem, etc.:
5. Sócio. Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união.
6. Sócio. Unidade espiritual constituída pelas gerações descendentes de um mesmo tronco, e fundada, pois, na consanguinidade.
7. Sócio. Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consanguíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção.

Olhando nas abordagens do Nogueira (s/d), “A expressão família, etimologicamente, deriva do latim (famulus), e designa o conjunto de escravos e servidores que viviam sob a jurisdição do pater famílias” (p.1). Para Marques (2000, p. 35) apud Silva, Aguiar, Xavier, Oliveira & Novasco (2005) “esse termo é derivado de famulus (escravo doméstico), e foi uma expressão inventada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos latinas, ao serem introduzidas na agricultura e na escravidão legal”. Na visão do Naronha & Parron (2017, p. 3), “A família romana era formada por um conjunto de pessoas e coisas que estavam submetidas a um chefe: o pater famílias. Esta sociedade primitiva era conhecida como a família patriarca que reunia todos os seus membros em função do culto religioso, para fins políticos e econômicos”.

O termo família designava um conjunto de pessoas que se encontrava sob tutela de um chefe, independentemente desta pessoa ser alguém que tenha um vínculo de sangue ou não, mas

² Cita na cidade do Dundo, Província da Lunda-Norte-Angola

sim desde que esteja inserido num determinado grupo ou tribo. Com tempo, este termo sofreu mudanças de sentido, graças a igreja católica, que teve como base fundamental o casamento para definir “família”. Na perspectiva católica, família é um grupo de pessoas que surge dentro de um relacionamento constituído por pai e mãe, e destes, os filhos. Há, portanto, uma visão ocidental em que esta realidade permanece como hegemônica, conforme Santos (1974, p. 147) que afirma ser a “Família [...] um grupo de pessoas composta por pais e filhos, apresentando uma certa unidade de relação jurídica...organizado sob a autoridade de um chefe, o pater famílias”. Também na visão exposta em Faco & Melchiori (2009, p. 122) “no código de 1916, “família legítima” era definida apenas pelo casamento oficial”.

Analisando sob outra vertente, alguns autores defendem que a definição de família não poderia ser restringida em termos de casamentos ou ligação de sangue porque:

também acreditam que para definir o que é família, é necessário estudar o que as pessoas pensam a esse respeito, pois os limites da família são definidos pelos laços de afetividade e intimidade e não somente pelo parentesco por consanguinidade e pelo sistema legal que rege as relações familiares. A concepção subjetiva que as pessoas têm de seus próprios arranjos familiares é uma definição individual, baseada nos sentimentos, crenças e valores de cada um e permite teorizar e aprender os eventos da vida cotidiana a partir das informações que circulam através dela Hodkin et al. (1996) apud Faco & Melchiori (2009, p.125).

Mas, como afirmamos, o conceito de família depende da involução do tempo e do tipo de sociedade, por isso, na perspectiva existente em parte do continente africano, tal termo pode trazer outros significados, a exemplo do que afirmou oyèwumi (2000, p.4) que “Há pouca compreensão de que os arranjos sociais africanos, familiares e de outras formas, derivam de uma base conceitual diferente” e, neste contexto, a base fundamental de uma família africana é o laço de sangue e não o casamento.

Além disso, o princípio predominante organizador das famílias africanas tem sido consanguíneo e não conjugal: relações de sangue constituem o núcleo da família. Muitos irmãos e irmãs vivem juntos, juntamente com as esposas dos irmãos e os filhos de todos. Neste tipo de sistema familiar, o parentesco é forjado principalmente na base das relações de nascimento, não em laços matrimoniais. Normativamente, em seguida, as esposas não são consideradas membros da organização social chamada “família Oyèwumi (2000, p. 5).

É do nosso conhecimento que a filosofia africana possui extrema complexidade, considerando a inexistência de uma só visão e sentido de mundo, práticas e costumes. Desta forma, parte dos autores que compreendem a filosofia como meio de responder questões diversas, tudo que existe no mundo está relacionado, e isto, assim, existe em várias perspectivas, sendo o sentido de família uma delas. O laço de sangue torna a ser um dos elementos

importantes na identificação familiar africana, isto é, a ligação de parte dos seus ancestrais, além das novas gerações. Olhando nos elementos que constitui o lar, enquanto predominante em parte significativa do continente africano, muitas vezes a mulher (esposa) não é considerada membro da família por não possuir o sangue. Logo, nesta visão, é difícil definir a família como conjunto de pessoas que são constituídos pelos pais e filhos. Mesmo assim, importante considerar que em África existem várias noções de família, não havendo como declarar que haja uma só concepção para todos os povos que vivem no continente.

Esta abordagem foi trazida para mostrar a diferença que se pode constatar na palavra família, e de como esta é concebida em outras vertentes. Além disso, deve-se levar em conta o fato de que Angola é um país africano que sofreu colonização portuguesa, e neste caso, há famílias que trazem sentidos de várias culturas, mas mesmo neste aspecto não podemos afirmar que os portugueses constituem o modelo predominante que existe em todo o continente europeu. As famílias que sofrem influência portuguesa, portanto, trazem consigo as noções do ocidente, em que pai e mãe integram a família, ao passo que aquelas destituídas de tal influência, lastreiam-se pela perspectiva dos laços de sangue. Rousselle (1993) apud Morais (2021, p.15), sobre este aspecto, afirma que “por força da combinação cultural, existe dois grandes tipos de organização familiar na nossa sociedade: Família tradicional e Família do tipo Europeu”. Podemos complementar esta afirmação declarando que a autora citada terá dificuldades de encontrar um modelo homogêneo, seja em África, Angola ou Europa, uma vez que nestes espaços há diversidades de modelos e concepções.

A Família angolana

Como vimos nas abordagens anteriores, a família é uma base fundamental do desenvolvimento social, ou seja, é um grupo social que é ligada pela afinidade, sangue, convivências, e segundo Casarin & Ramos (2007, p. 185), “entende-se a família como sendo uma estrutura protetora, que desempenha a tarefa de orientar a criança ou adolescente, de forma a favorecer o seu crescimento e aprendizado no contexto social”. Mas, observando no código da Família nos seus princípios fundamentais, no artigo 1º, sobre a proteção da família, temos a definição de esta é vista como “núcleo fundamental da organização da sociedade”. A mesma visão é partilhada na Constituição da República de Angola, no artigo 35º: “A família é o núcleo fundamental da organização da sociedade e é objeto de especial proteção do Estado, quer se funde em casamento, quer em união de facto, entre homem e mulher”.³

³ (2010, p. 14) Angola. Lei nº32/20, de agosto: lei de bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República. I Série –N. 123

A Constituição da República de Angola, reconhece e valoriza a constituição de uma família e a reconhece como um elemento de proteção do Estado. Quanto a forma da união dessa família, observa-se que o Estado valoriza as duas formas existentes na sociedade angolana, no caso, seja o casamento ou a união de fato. Ao nosso ver, estas duas perspectivas de união vêm justificando o que de fato ocorre na sociedade angolana, uma vez que mesmo sendo um país africano, colonizado pelos portugueses, possui as duas noções de família indicadas pela lei, qual seja, aquela em que o núcleo familiar é integrado pelo pai, mãe e filhos, e àquela em que se reconhece como parte da família apenas os que possuem vínculos de sangue. Temos, portanto, as famílias que se organizam conforme os valores predominantes na cultura portuguesa, e que em Angola foram ressignificados a outros dos povos aqui existentes, e as que se reconhecem em conformidade aos valores ancestrais, variando de acordo com os códigos e costumes vigentes.

A Relação de Família/Escola

A relação de Família e escola é muito importante, tendo em conta a importância que esses dois elementos representam na sociedade. A família é um núcleo fundamental da sociedade e o seu papel primordial é moldar o homem com base nas políticas educacionais e socioculturais existentes na sua comunidade. A escola, por outro lado, conforme a Lei nº32/20, no seu artigo 25º, apresenta os seguintes objetivos gerais:

- a) Assegurar uma formação harmoniosa e integral de qualidade que permita o desenvolvimento das capacidades intelectuais, laborais, artística, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas;
- b) Assegurar conhecimentos técnico-científicos e tecnológicos que favorecem um saber fazer eficaz e eficiente que se adapte às exigências de desenvolvimento económico e social;
- c) Educar as crianças jovens e cidadãos adultos para adquirir hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessários ao seu desenvolvimento;
- d) Promover na juventude e outras camadas sociais o amor ao trabalho e potencia-los para a aprendizagem de uma actividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida;
- e) Assegurar à nova geração uma orientação vocacional sólida e útil à sua inserção na vida activa.

Com base a isto, percebemos que a relação da família e escola se fundem para procurar criar condições favoráveis que possibilitem o melhor processo de educação e desenvolvimento de aprendizagem dos alunos em várias dimensões. Na visão de Piaget e Vigotski apud Palangana (2015, p.14), “neste contexto a família e a escola tem o valor e a função da mediação social para

⁴ Lei de Bases do Sistema de Educação. Luanda: Imprensa Nacional, 2001.

a aprendizagem e o desenvolvimento”. Também em Piaget (1973, p. 25), apud Silva, Aguiar, Xavier, Oliveira & Novasco (2005), encontramos a ideia de que “a criança desenvolve o seu conhecimento ao passo que se relaciona com o mundo exterior. Durante seu crescimento a criança passa por momentos de adaptações”. Ora, numa vida acadêmica saudável, a relação de Família e a Escola deve ser algo inseparável para alcançar os objetivos preconizados, por isso:

O estado, com a colaboração da sociedade, promove o desenvolvimento harmonioso e integral dos jovens e adolescentes...e estimula as organizações juvenis para a prossecução de fins económico, culturais, artístico, recreativo, desportivo, ambientais, científicos, educacionais, patrióticos, e de intercâmbio juvenil internacional.⁵

Hoje, a educação não se limita apenas na transmissão de conhecimentos, mas de um processo contínuo em que a aprendizagem ocorre em várias perspectivas, conforme afirma Brandão (1982) apud Santana, Rossi, Silva & Narimatsu (2022, p.10): “a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível”. Além disso, segundo Gonçalves (2003) apud Cumbelembe (2015, p.6), “os alunos chegam à escola repletos de todos tipos de informações acerca da realidade, de forma desorganizada e sem terem a possibilidade de transformá-la em conhecimentos”, e neste contexto, a escola não pode moldar o homem em vários aspectos, e este é o fato que justifica a intervenção da família, uma vez que a educação construída pela mesma é fundamental, e muitas vezes reflete no comportamento dos alunos nas salas de aulas. Assim, é necessário que haja a intervenção da família naquilo que a escola necessita ultrapassar, conforme paro (2007) apud Santana, Rossi, Silva & Narimatsu (id., ib., p. 8):

[...] para funcionar a contento, a escola necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante.

O papel da família dentro do processo de ensino-aprendizagem pode ser definido como de caráter fulcral, uma vez que para uma criança adquirir os conhecimentos é necessário que haja um ambiente favorável, que lhe transmita a confiança e o desejo de aprender. Logo, para que haja essa confiança é necessário que a família e a escola procurem criar relações saudáveis que propiciem este ambiente. Tendo em conta a realidade que os alunos da 7ª classe do complexo escolar 02 do Ritenda apresentam, quanto aos “desvios” de conduta, a falta de educação no tratamento ao outro, o uso frequente de palavras inadequadas, a falta de interesse aos estudos,

⁵ (Constituição da República de Angola no 35º na sua alinha 7 2010 p. 14).

dentre outros, faz-nos pensar na seguinte questão: a família está consciente do desenvolvimento acadêmico dos seus filhos?

Ora, o que temos visto na realidade acima citada, nos remete à ideia do Paro (2007) apud, Santana, Rossi, Silva & Narimatsu (id., ib., p. 8) que diz “os alunos vão à escola para encontrar os amigos, fazer novas amizades, brincar, namorar e relacionar-se com os colegas, percebe-se que o interesse maior dos alunos é pelo aspecto social e não pelo aspecto pedagógico e/ou cultural”. Ora, perante a esta realidade, os professores recorrem em vários métodos para fazer com que os alunos mudem deste paradigma, mas sendo entidades limitadas não conseguem ultrapassar os seus limites, com isto, é necessário que estejamos conscientes que na formação de um discente as duas instituições (a familiar e escolar) tem os seus papéis fundamentais. Por isso, é necessário que as escolas criem mecanismos que aproxime os encarregados da educação, de maneira a tornar estes os grandes auxiliares nos resgates de valores e na transformação dos mesmos. Além disso, considere-se a visão de Santana, Rossi, Silva & Narimatsu (id., ib., p.8), no qual afirma que “A escola tem que buscar soluções reais de trabalho, juntamente com a família, para que a educação de nossas crianças e jovens seja realizada a “quatro mãos”. Além disso, sobre esta questão há também o trecho abaixo, que elucida parte do que se está sendo dito nestas linhas:

Comer (1988, cit. in Pereira, 2011) menciona que, quando os pais têm uma relação positiva com os professores, eles podem ajudar os filhos a terem um comportamento correto na escola; esta opinião é corroborada por Epstein et.al (2002) ao referirem que, quando as escolas têm programas de parceria bem desenvolvidos, mesmo as famílias mais afastadas envolvem-se, tornando-se os alunos mais positivos em relação à escola e à aprendizagem, verificando-se melhorias ao nível da atenção, do comportamento e na realização dos trabalhos de casa, permitindo que os alunos aprendam e cresçam em casa, na escola e nas comunidades, influenciados e apoiados pelas suas famílias, professores, e outros agentes da comunidade (LOUREIRO, 2017, p. 106).

Metodologia

Em diferentes abordagens, entende-se metodologia como área científica onde são discutidas e apresentadas diferentes meios e caminhos usados pelo pesquisador, para da melhor forma possa alcançar os objetivos preconizados. Para OLIVEIRA (2000) apud Angelina (2014, p. 18), “a metodologia científica refere-se ao estudo dos meios e métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações crítica-las interpretá-las a partir das relações de causa e efeito”.

Por isso, entende-se como método, segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 83), “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo”. O nosso trabalho é de caráter descritivo, com intuito de descrever o comportamento dos discentes em sala de aula, tendo em conta os desvios de conduta, a falta de educação no tratamento ao outro, o uso frequente de palavras inadequadas, bem como a falta de interesse aos estudos. E para alcançar os nossos objetivos usamos o método estatístico, na visão de Lakatos & Marconi (2003, p. 83):

O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornece uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Por exemplo, define-se e delimitam-se as classes sociais, especificando as características dos membros dessas classes, e após, mede-se a sua importância ou a variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para o seu melhor entendimento. Mas a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise.

Para complementar o que acima foi abordado, na recolha de dados nos foi útil a utilização de técnica de observação direta extensiva, que nos possibilitou no uso de questionário onde foram constituídas uma série de perguntas, que por sua vez foram respondidas por nossos inquiridos.

Dados e discussão

O presente trabalho realizou-se no Complexo Escolar nº 02 do Ritenda, que se encontra numa zona semiperiférica da cidade do Dundo, região em que seus moradores são, em sua maioria, pertencentes as camadas menos abastadas. Os alunos oriundos desta região constituem a maior parte dos estudantes desta escola. Este trabalho fez-se com os alunos da 7ª classe do período pós-laboral, além dos professores, e a delimitação por gênero pode ser dividida em 56 estudantes do sexo masculino, 49 do sexo feminino, além dos três professores.

No que diz respeito aos questionários dirigidos aos alunos, na primeira instância, procurou-se entender sobre aspectos da vida familiar, se viviam com seus pais biológicos, e sobre tal questão tivemos como respostas a informação de que 30 alunos estavam enquadrados nesta condição, o que corresponde a 28,57% do total. 75 alunos declararam que não viviam com seus pais biológicos, o que corresponde a 71,42% do total. A segunda pergunta dizia respeito aos que estavam encarregados da educação dos discentes, e sobre quantas vezes eles os acompanharam até a escola. Como resposta, dois alunos declaram que são acompanhados todos os dias, o que corresponde a 1,90%; 39 alunos, que corresponde a 37,14%, disseram que foram

acompanhados duas vezes por ano, ou nos casos que aconteça algo fora do normal; e 64 alunos, que corresponde a 60,92%, disseram que nunca foram acompanhados, e as suas justificações sempre diziam que não viviam com os seus pais biológicos, mas com os tios, avós ou irmãos. Os pais, segundo estes, não apareciam porque estavam sempre ocupados nas lavras, garimpo e outras áreas profissionais. Na terceira pergunta, indagamos sobre quantas vezes os encarregados revisaram os cadernos dos discentes, e nesta pergunta tivemos 10 alunos, que correspondem a 9,52%, afirmando que seus cadernos eram revisados todos os dias; 15 alunos, que corresponde a 14,28%, não responderam; e 80 alunos, que corresponde a 76,19%, afirmaram que nunca tiveram seus cadernos revisados pelos seus encarregados.

Quanto as perguntas dirigidas aos professores, tínhamos na primeira a indagação sobre se os professores conheciam as casas dos seus discentes. Apenas um professor respondeu positivamente as casas dos discentes que residiam no mesmo bairro, e os outros dois declararam que não conheciam os lares dos estudantes. A segunda pergunta dizia respeito à quantidade de vezes que o professor se encontrou com os encarregados da educação para abordar sobre o desempenho dos seus discentes, e como resposta os 3 professores, que correspondem 100%, afirmaram que não, alegando que muitas das vezes quando os encarregados são convocados eles não aparecem. Na terceira questão, perguntamos aos professores se este ano de 2022 realizou-se uma palestra onde abordou-se sobre o desempenho dos discentes? E como resposta os 3 professores, que correspondem a 100%, disseram que não. Por último, indagamos sobre a relação existente entre a escola e a família. As respostas se dividiram entre um professor que declarou ser uma relação boa, enquanto os outros dois declaram que há uma normalidade na relação, e que existem vários problemas que necessitam ser ultrapassados.

Considerações finais

Como vimos nas abordagens anteriores, a relação da escola com a família é muito importante na vida acadêmica, tendo em conta o desenvolvimento dos alunos em vários aspectos. Baseando no estudo feito, vimos que a relação do Complexo escolar nº02 do Ritenda, além dos encarregados da educação, não é tão saudável devido a existência de algumas lacunas a serem preenchidas. E aqui deve se ressaltar que estas existem tanto da parte dos encarregados da educação, como também por parte da escola. Baseando-se na abordagem do Santana, Rossi, Silva & Narimatsu (2022, p.8), “A escola tem que buscar soluções reais de trabalho juntamente com a família, para que a educação de nossas crianças e jovens seja realizada a “quatro mãos”.

Com base a isto, nós propomos:

- ❖ A escola sendo uma instituição social deve manter o contato saudável e direito com a família;
- ❖ Os Diretores das escolas devem pedir relatórios mensais de desenvolvimento dos estudantes aos professores;
- ❖ Tendo em conta a nossa realidade do Ritenda, a escola deve procurar mecanismo que envolva os encarregados da educação, como: realizações de palestras, reuniões trimestrais, etc, afim de abordar sobre o desenvolvimento dos discentes, competições desportivas, atividades como piqueniques, dentre outras;
- ❖ Sobre a publicação dos resultados de transição de classe, deve ser obrigatório convocar os encarregados da educação junto com os seus educandos afim de apreciar a divulgação de forma presencial dos resultados.
- ❖ É obrigatório aos professores conhecer as casas dos seus discentes afim de dispor de dados sobre as realidades dos alunos, e ajuda-los a ultrapassar os problemas que os mesmos passam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELINA, Casimiro Kâmbua. **A relação escola-família: um estudo sobre as Representações sociais de pais e encarregados de educação sobre a Escola do ensino primário do Chivéca em Cabinda/Angola.** Dissertação (Mestrado Em Educação – Conhecimento e Inclusão Social) Programa de Pós-Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca; RAMOS, Maria Beatriz Jacques. Família e Aprendizagem Escolar. **Revista Psicopedagogia**, 24 (74): 182-201, 2007.

CUMBELEMBE, Adriana. **Função da Escola na Formação de Novos Cidadão, expetativas dos encarregados de educação estudo de caso de três escolas primárias dos municípios de Viana e Cazenga-Luanda.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação e Gestão Educacional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidade de Evora, Portugal, 2015.

FERRACIOLI, Laércio. Aprendizagem, Desenvolvimento e Conhecimento na Obra de Jean Piaget: uma análise do processo de ensino-aprendizagem em ciencias. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, v. 80, n. 194, p. 5-18, jan./abr. 1999.

LOUREIRO, Marta Assis. Relação Família-Escola: educação dividida ou partilhada? **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, vol. 3, núm. 1, p.1 03-113, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas S. A, 2003.

OYÈWÚMI, Oyèronké. Laços Familiares/Ligações Conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas. **Signs**, Vol. 25, nº.4, p. 1093-1098, 2000.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em piaget e Vigotski**. São Paulo: Soraia Bini Cury, 2015.

SANTANA, Cláudia Próspero. **Escola & Família: participação dos pais na escola**. Guarujá-São Paulo: editora científica digital ltda, 2022.

SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e Adolescência: a influência do contexto família no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12 n. 2 p. 247-256, maio 2007.

SILVA, Áurea Pereira, AGUIAR Daniela Fernandes de, DANIELA Lisboa Xavier et al . **A Influência da Família no Processo de Ensino-Aprendizagem**. Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Projeto Professor Nota 10, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2005.

Recebido em: 27/05/2022

Aprovado em: 18/08/2022



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

Lurdes José Cossa

ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DA FRELIMO NO RESGATE DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE BOURDIEU, CHAMPAGNE, WEBER E LANDÉ

FRELIMO'S POLITICAL-PARTY STRATEGIES IN RESCUING TRADITIONAL AUTHORITIES: CONTRIBUTIONS FROM BOURDIEU, CHAMPAGNE, WEBER AND LANDÉ

RESUMO: O artigo tem como foco as estratégias político-Partidárias da FRELIMO no resgate das autoridades tradicionais. Estas lideranças tradicionais desempenham um papel importante em Moçambique. Em 1994, o governo da FRELIMO buscou se aproximar das autoridades tradicionais, oferecendo-lhes roupas (símbolos e patentes indicativas de poder), bicicletas, motorizadas, casas, etc, como forma de obter dividendos e assim angariar votos, uma vez que estava em curso o multipartidarismo. Para a materialização do estudo servimo-nos da abordagem qualitativa, bem como da história oral, como aporte metodológico, e das trajetórias de vida como forma de compreender algumas das memórias em questão. Além disso, também foi feito uso de documentos alusivos ao contexto, depositados nos arquivos indicados ao longo do artigo, e de revisão bibliográfica específica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias; FRELIMO; Resgate; Autoridades Tradicionais

ABSTRACT: The article focuses on FRELIMO's party-political strategies for rescuing traditional authorities. These traditional leaders play an important role in Mozambique. In 1994, the FRELIMO government tried to get closer to the traditional authorities by offering them clothes (symbols and ranks indicative of power), bicycles, motorbikes, houses, etc., as a way of obtaining dividends and thus garnering votes, since multipartyism was underway. To materialise the study, we used a qualitative approach, as well as oral history as a methodological contribution, and life trajectories as a way of understanding some of the memories in question. We also made use of documents relating to the context, deposited in the archives indicated throughout the article, and a specific literature review on the subject.

KEY WORDS: Strategies; FRELIMO; Rescue; Traditional Authorities.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
iwaldomarciano@gmail.com

ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DA FRELIMO NO RESGATE DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE BOURDIEU, CHAMPAGNE, WEBER E LANDÉ

LURDES JOSÉ COSSA ¹

INTRODUÇÃO

O poder tradicional no Continente africano, e em especial Moçambique, foi por muito tempo “dominante” sobretudo, durante a fase de ocupação colonial e pós-colonial, ora negligenciado, em primeira instância pelo regime colonizador, posteriormente pelo governo através do partido no poder, a FRELIMO, que foi instituído após independência em 1975 (LOURENÇO, 2007, p. 197). Este poder tradicional resistiu à força, preservando as crenças, hábitos e costumes das comunidades que se propunha representar. No contexto da dominação colonial, o reconhecimento do papel da autoridade tradicional fazia face aos interesses dos colonizadores. ² Após a independência, há registros de que a autoridade tradicional tenha sido voltada ao esquecimento³, na construção do Estado moderno na primeira instância, alegando-se que estes tenham colaborado negativamente com os colonialistas portugueses nas diversas províncias que constituem Moçambique.

É importante salientar que o país permaneceu por longos anos no regime monopartidário até princípios dos anos 1990. Por motivos diversos⁴, que opunha alguns indivíduos que faziam parte do partido no poder (FRELIMO), foi fundado um movimento que se designou RENAMO, na antiga Rodésia do Sul, e que teve atuação através do movimento de guerrilha frente à FRELIMO, originando uma guerra civil que durou cerca de dezasseis anos (ABRAHAMSSON; NILSON, 1994, p. 28). Por meio de apelos vindos de outros Estados, além de vários atores sociais no país, como igrejas, empresários, organizações não-governamentais (ONGs), diplomatas, dentre outros, o governo de Moçambique, representado pelo seu partido

¹ Socióloga e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGH (UFRGS). Brasil. Email: lurdesscossa2005@yahoo.com.br

² O sistema político-administrativo português buscou o apoio dos líderes tradicionais para mobilizar o trabalho forçado e o pagamento de impostos entre a população. Importante ressaltar, que aqueles líderes locais que não aderiram aos interesses coloniais foram destituídos e substituídos por outros, sem nenhum respeito aos costumes vigentes naquelas comunidades locais (DAUCE, 2013, p. 42; LOURENÇO, 2007, p. 196).

³ Qual foi a razão do esquecimento? Será que o poder tradicional ficou sem função desde 1975-1992? Segundo a doutrina ideológica da FRELIMO, os chefes tradicionais foram colaboradores disfarçados do colonialismo e desacreditados aos olhos da população rural. A autoridade tradicional nunca deixou de exercer a sua função perante as comunidades, embora não reconhecida oficialmente nesse intervalo. Há rumores, segundo pesquisa de Lourenço (2009, p. 197), de que a autoridade tradicional foi aliada à RENAMO durante a guerra com a FRELIMO até o cessar-fogo.

⁴ Os fatores internos da guerra civil foram o Comunismo e o mono partidarismo implantados em Moçambique entre os anos de 1975 a 1992. Os fatores externos foram o apoio da FRELIMO às forças armadas na Rodésia do Sul, atual Zimbábue, que lutavam pela independência, durante o regime de Ian Smith, e a aplicação das sanções contra a

(FRELIMO), e a oposição (RENAMO), assinaram o cessar-fogo em 1992, que culminou com a assinatura dos acordos gerais de paz.⁵

A FRELIMO, momentos antes desse ato solene que aconteceu em Roma, deu certo reconhecimento à autoridade tradicional, para governar localmente as comunidades (LOURENÇO, 2007), pois que, era vista como alavanca no jogo político, da disputa posterior entre a FRELIMO e a RENAMO e outros partidos na abertura do multipartidarismo. Desta maneira, a FRELIMO se aproximou dos líderes tradicionais para buscar apoio político na disputa eleitoral contra o seu principal adversário, a RENAMO, que detinha apoio político majoritário na província de Sofala, habitada em grande parte por homens e mulheres pertencentes aos povos Ndau e Sena. Importante ressaltar que o presidente da RENAMO, Afonso Macacho Maceta Ndhakama, fazia parte dessa comunidade como nativo, por isso conseguiu mobilizar aliados à sua causa política.

A partir da análise do contexto eleitoral, disputado pelo partido da situação, FRELIMO, e a oposição - RENAMO, tive como objetivo investigar as estratégias colocadas em ação pelo regime (FRELIMO) para manter-se no poder. Problematizarei a aproximação deste partido com os líderes tradicionais, ao defender seu resgate na política local, assim como apontarei os recursos simbólicos mobilizados para conquistar a adesão e a simpatia do povo moçambicano. Neste sentido, o presente artigo se apoiará nos aportes teóricos de Pierre Bourdieu e Carl Landé com o intuito de analisar quais os recursos simbólicos mobilizados pelo partido dominante na disputa eleitoral e como se constituiu a aliança política entre a FRELIMO e a autoridade tradicional. Para isso, buscarei em alguns conceitos de Bourdieu, Weber, Champagne e Landé a explicação das relações estabelecidas entre a FRELIMO e os líderes tradicionais na política de Moçambique, na perspectiva de compreender a disputa e as alianças estabelecidas entre as referidas autoridades.

Metodologia⁶

A secção aborda sobre os procedimentos metodológicos que a pesquisadora procedeu para a materialização do estudo. Entretanto, a pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa e na metodologia da história oral, apoiando-se em Sônia Maria de Freitas (2006) nas entrevistas com

Rodésia, decretadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Moçambique fechou o corredor da Beira, enquanto este país dependia fortemente das importações através deste canal de escoamento.

⁵ Assinado pelo antigo chefe do Estado, Joaquim Alberto Chissano, e por representantes dos mediadores, a Comunidade de Santo Egídio, da Itália.

⁶ Essa secção contém dados da tese de doutorado. E, foi possível também recuperar os arquivos de dados importantes para sustentarmos o conceito de autoridade tradicional, a partir dos distritos de Chibuto e Mandlakazi no Sul de Moçambique.

alguns grupos de pessoas que representavam até então o papel de autoridades tradicionais. As sessões de entrevistas foram realizadas na província de Gaza, em Julho de 2017, nos distritos de Chibuto e Mandlakazi, que ajudaram a definir o conceito de Autoridade tradicional em Moçambique, principalmente no Sul do país.

Amostra

De acordo com a opção metodológica e os objetivos do estudo, a amostra do nosso grupo-alvo foi em grupo focal e de forma individual. A amostra envolveu cerca de 11 pessoas, distribuídas da seguinte maneira: a)1 Representante da autoridade comunitária de todo o distrito de Mandlakazi; b) 2 Chefes de terras em Mandlakazi (autoridade comunitária); c)1 Responsável da autoridade comunitária de Mandlakazi; d)1 Esposa da autoridade comunitária principal do distrito de Mandlakazi; e)2 Conselheiros da autoridade comunitária do distrito de Mandlakazi; f)1 Rainha do distrito de Chibuto; g)1 Chefe da localidade em Chibuto; h)1 Madoda ou Conselheiro do distrito de Chibuto; i)1 Responsável da autoridade comunitária de Chibuto.

A seleção da amostra deu-se mediante dois pressupostos fundamentais: a sua posição na organização/comunidade e o seu envolvimento nos conselhos comunitários. Esses grupos de tradição oral falaram sobre seus conhecimentos acerca do poder da autoridade tradicional, antes e pós-independência moçambicana. Seguimos o que nos diz Freitas (2006), para quem a história oral:

Possibilita reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas. Utiliza-se de metodologia própria para a produção do conhecimento. Sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais. História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. Definida por Allan Nevis como “moderna história oral” devido ao uso de recursos eletrônicos, a história oral é técnica e fonte, por meio das quais se produz conhecimento (FREITAS, 2006, p. 6).

Técnicas e Instrumentos de dados

Segundo Freitas (2006), a história oral é um instrumento de pesquisa e fonte documental. Esse processo ajudou-me a compreender um debate vivenciado, e possibilitou a análise de conteúdo muito significativo no avanço conceitual. Optamos pela técnica de observação de ouvir e olhar a câmara, e priorizamos também o bloco de notas. A pesquisa adotou também fez uso de pesquisa bibliográfica, documental e entrevista. E usamos o guia de entrevista como instrumento

de recolha de dados. Uma das técnicas usadas para as entrevistas também foi o recurso do vídeo, e os arquivos digitais.

Pesquisa bibliográfica

No que se refere a pesquisa bibliográfica, usamos em primeira instância os materiais disponibilizados no módulo da História social da Política e História do Tempo Presente: Teorias e Práticas de Pesquisa – Estudo Monográfico II - ministrada pelo Professor Dr. Luiz Alberto Grijó, no primeiro ano da minha formação de doutorado no Brasil. Assim sendo, foi possível elaborar este artigo com base em autores básicos, tais como: Bourdieu, Champagne, Landé, Weber, dentre outros. Não só, a pesquisa baseou-se em literaturas diversas (obras, textos, pesquisas elaboradas, jornais, revistas). Essa técnica nos permitiu, em termos de conhecimento teórico, apropriarmos sobre a matéria ligada às autoridades tradicionais em Moçambique. E, por último, dirigimo-nos à biblioteca Brazão Mazula, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) onde obtivemos referências importantes sobre a nossa temática.

Pesquisa documental

A pesquisa documental foi feita no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), e direcionamos a análise de documentações diversas relativas às fontes primárias e secundárias, tais como: (relatórios, estatísticas e legislação). No terreno, obtivemos a maior parte do material desejado sobre o poder (régulos⁷ e chefes de terras) e o poder popular ora instituído (secretários de bairros). Continuamente, pesquisamos em revistas escritas pelos portugueses durante a ocupação e vigência do colonialismo, no século XIX e XX. Fizemos uso, principalmente, da publicação periódica “Moçambique: documentário trimestral” (1935-1961), os *Cadernos coloniais* (1939) e o *Boletim Geral da Agência Geral das Colônias* (1925-1969), todas disponibilizadas no portal *Memórias de África e do Oriente*.⁸ Estas foram cruciais, e possuem informações complementares e relevantes ao nosso objeto de estudo. Fomos também ao Arquivo de Patrimônio Cultural (ARPAC). Foi possível identificar e entender como que a governação alterou os modos e formas do poder tradicional, principalmente no Sul do país.

⁷ Designação usada pelos colonialistas, referindo-se aos líderes tradicionais, também conhecidos como Hosi na língua changana. Representante máximo da autoridade tradicional, designada cabeça territorial, isto é; chefe do grupo parentesco, e seu papel como representante de uma linhagem de antepassados mortos num determinado distrito (PRITCHARD; FORTES, 1940, p.198), que constitui o modelo de reprodução social, equivalente a um rei.

⁸Disponível em: <http://memória-áfrica.ua.pt/>

Entrevistas

As entrevistas foram de questões abertas tanto para o distrito de Mandlakazi, quanto para Chibuto. E, antes do início da entrevista era importante, por parte da pesquisadora, apresentar-se fazendo uma breve explicação acerca do objetivo da pesquisa, e que deviam sentir-se à vontade para narrar suas histórias vividas antes e depois da independência, no campo político e social. Apesar desse discurso narrativo da pesquisadora, algumas perguntas foram feitas de forma frequente acerca dos relatos do passado destes líderes comunitários (ex-régulos), tendo em conta que as suas narrativas eram bastante importantes para nós. Lutz Niethammer (1985, apud ALBERTI, 2007, p. 24) refere que reconstituir o passado não tem sido fácil, porque as pessoas lembram-se mais das ações não muito evidentes, que por isso mesmo ficam na lembrança. Como fonte de memória registrávamos diariamente tudo que era observado durante o roteiro das entrevistas.

Das entrevistas que decorreram na sede do distrito de Mandlakazi, quase todos os líderes comunitários encontravam-se reunidos, e foram convocados pelos responsáveis, como tem sido habitual. Assim sendo, a pesquisa de campo iniciou em Mandlakazi, no grupo focal, e nos dias posteriores seguimos para o distrito de Chibuto. Foi viável para a pesquisadora entrevistá-las em simultâneo, na sede do distrito de Mandlakazi, e em forma de grupo. Em Chibuto, a pesquisa de campo iniciou com as entrevistas diárias compostas por três indivíduos na sede do distrito. Encontramos neste grupo focal, numa das sessões de reuniões rotineiras na sede do distrito, e foi fácil localizá-los, por algumas vezes, sob mediação do chefe da localidade de Chibuto, e pelos responsáveis que regem pelas autoridades tradicionais. Essas entrevistas foram organizadas e legendadas, pois as conversações foram gravadas em língua changana⁹, posteriormente traduzidas.

CONCEITO DE AUTORIDADE TRADICIONAL E SUAS ALTERAÇÕES HISTÓRICAS

Período colonial

As alterações históricas que sucederam, no conceito de autoridade tradicional, aconteceram dentro de um processo paradoxal, feito de oposições ou colaborações conjuntas, por intermédio da força de trabalho e de tributos, com o colonialismo português, após as campanhas

⁹ Língua falada no Sul de Moçambique

de pacificação.¹⁰ Segundo Graça (2005), a maioria da população moçambicana não tinha experiência do ambiente de conflitos vividos nessas regiões, e encontrava-se assim conformada com a existência da autoridade colonial, no sentido de ter adaptado por consentimento às normas formais e informais estabelecidas (GRAÇA, 2005, p. 156). Não concordamos com esta questão, apresentada por Graça, pois as comunidades foram induzidas a aceitar. Algumas colaboraram com o regime, outras não aderiram à política de assalto do governo colonial português.

O primeiro rei derrotado na entrada dos portugueses em Moçambique, em 1895, foi Ngungunhana, segundo Thomaz (2008), e isso ocorreu após a invasão de tropas portuguesas e das batalhas em Marracuene, Coolela e Mandlakazi (COVANE, 2001; THOMAZ, 2008). Nesse âmbito, foi com a vitória e firmeza dos portugueses que prontamente instalaram sua administração no Sul do país, num comando militar. Nessa perspectiva, os portugueses destruíram o reino de Gaza, dando início ao processo de colonização, instalando o primeiro governo colonial sob a administração de Mouzinho de Albuquerque, em 1895. Portanto, é na década de 1890 que inicia o processo de colonização em Moçambique (THOMAZ, 2008, p. 37).

Em 1897 foram vencidos os principais focos de resistência por parte das autoridades tradicionais, e foram totalmente desmantelados em Moçambique (LIESEGGANG, 1996). No fim do século XIX, a autoridade tradicional esteve no centro das atenções do governo colonial português, do início da exploração da colônia moçambicana até aos finais de 1974, momento de governo de transição no país. Bourdieu (1989), em *O poder simbólico*, define a classe dominante como:

O lugar de uma luta pela hegemonia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por intermédio dos ideológicos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação, a fração dominada (letrados ou intelectuais e artistas segundo a época tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Nesse âmbito, vários autores, como Mahmood Mamdani (1998) e David Hedges (1999), são unânimes em referir que constituiu um dos principais objetivos do colonialismo português, e

¹⁰ Campanhas de Conquista e Pacificação foi a designação dada a um conjunto vasto de operações militares, de envergadura muito desigual, conduzidas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX pelas forças armadas portuguesas nas colônias africanas de Portugal e em Timor. A maioria destas campanhas concentrou-se no período que medeia entre a Conferência de Berlim (1884) e o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), correspondendo ao esforço de ocupação efetiva do interior dos territórios onde Portugal mantinha uma presença histórica na zona costeira e nos principais eixos comerciais. Nessas campanhas houve combates em Chaimite, em Moçambique, onde Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque capturou o rei vátua Gungunhana Nqumayo (Ver LIESEGGANG, 1996).

início do governo colonial, o triplo domínio (político, social e econômico), que contribuíram na colônia para um único processo abrangente de formação estatal, desenvolvimento de mercados e mudanças em propagação em gênero e relações geracionais. Nas suas incursões, ao penetrar no interior de Moçambique, e em contato primário com as comunidades desconhecidas, o colonialismo decidiu usar os chefes locais que exerciam o poder tradicional, conforme seus pressupostos fundamentais de legitimidade. Na verdade, paralelamente a essas situações, tendo encontrado um poder local ora instalado, a administração colonial firmou contratos com os líderes tradicionais, de forma a penetrar livremente dentro das comunidades, com intuito de surtir efeitos positivos dos seus planos de governação e sem represálias. Essas manifestações promovidas pela colaboração conjunta, permitiria a vitória e ambas as partes do poder.

Portanto, um chefe ou um rei seria certamente uma ligação importantíssima entre a comunidade em questão e às autoridades coloniais. Na verdade, ele compreendia a língua, a cultura de seu povo e podia se contar com ele para transmitir ordens e diretrizes (KHAPOYA, 2015, p. 167). Dizia-se que o chefe tradicional podia proteger melhor os interesses do seu próprio povo, cooperando nesta relação de poder. Esse fato, na verdade, mostra que o colonialismo português usou esse argumento falso para atingir seus objetivos, em detrimento dos chefes tradicionais. A alteração da força expressiva que se tem sobre determinada coisa produziu um novo consenso. Os líderes divulgaram a presença colonial oralmente pelo poder de sua palavra às comunidades locais.

O colonialismo português tomou de assalto o poder tradicional, ignorando as competências dos chefes tradicionais e de toda a máquina governativa. A esses episódios, Aníbal Guijano denominou “colonidade do poder” (GUIJANO et al, 2009, p. 105). Em vez de uma noção consensual de costume, o tempo colonial realmente começou em meio às reivindicações conflituantes e até mesmo contrárias ao habitual. Henrik Fexeus (2016) explica que todos os jogos de poder têm atalhos ocultos, conectados à psicologia humana para vencer (FEXEUS, 2016, p. 17). Na verdade, o colonialismo português na tendência de ganhar o jogo, com esforços mínimos e com a vantagem de obter resultados máximos em benefício próprio, fez suas manipulações. A interferência do poder colonial no seio do poder honrado, e de dignidade ancestral, a crença e respeito das comunidades junto aos seus líderes tradicionais, deixa de existir.

Logo, a definição dada por Max Weber começa a alterar se por interferências do poder colonial. Nesse tipo, em que Weber afirma que o senhor (autoridade) ordena e quem obedece são os súditos, e as regras são determinadas pela tradição, a boa vontade do líder vai se modificando

no que diz respeito à justiça, deixando de prevalecer os princípios de equidade.¹¹ A partir desse momento, a autoridade tradicional sofre influência da autoridade colonial portuguesa, destacando-se mudanças dentro do sistema na base de legitimação e de escolha de quem a exerce. As tradições e costumes da sociedade moçambicana, e a personificação das instituições enraizadas no seio dessa sociedade na figura do líder, para além de se modificar, confundem-se. Uma primeira alteração que se observa no tipo de poder local em Moçambique é o aparecimento do título de régulo, aplicado a alguns governantes de unidades políticas, sem tomar em conta a sua legitimidade tradicional, dando a estes tarefas específicas.

Dessa forma, o colonialismo português acionou alguns mecanismos simbólicos, o capital humano e o político, para angariar confiabilidade e autoridade, como também utilizaram-se da interação com as comunidades para demonstrarem que pensavam como eles. Outrossim, os líderes tradicionais com base de seus mecanismos, deixaram de ser consideráveis na forma de se manter e reproduzir-se material e espiritualmente, já que o poder por hereditariedade ficou interferido, que de certa forma foi diminuindo. E julgamos haver um rompimento na continuidade de reprodução desses elementos. Eles deixaram de se beneficiar de uma série de privilégios sociais, políticos e simbólicos, incluindo a função de guardiões da tradição, ou da cultura, porque se tornou fragilizada, em virtude da institucionalização do sistema moderno colonial.

Nisso, paulatinamente, pode-se deduzir que o colonialismo português tinha consciência que era possível a coabitação de poderes distintos e paralelos (o colonialismo português e o poder tradicional). Isto, de acordo com Guijarro (2009), caracteriza um tipo de poder anfíbio.¹² Dessa feita, o chefe tradicional se encontrava desempenhando dois papéis distintos de dupla legitimidade. Nessa perspectiva, gozava de prestígio e legitimidade tradicional em primeira instância, e por outra a legitimidade colonial.

Período Pós independência

Líderes Tradicionais/Autoridades locais/Autoridades Comunitárias

A multiplicidade dos termos empregados para designar os detentores dos poderes tradicionais tem vindo a evoluir ao longo dos tempos, com bastante significância. Nos dias atuais, designações como “autoridade tradicional”, “líderes tradicionais”, “autoridades locais” ou

¹¹ WEBER, Max. “Os três tipos puros de dominação legítima”. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/max-weber-e-os-tres-tipos-puros-de-dominacao-legitima/43721/>>. Acesso em: 19 Maio 2017.

¹² O adjetivo anfíbio significa poder viver em dois meios distintos. Dois mundos, portanto. Duas matrizes de significado, duas fontes emanadoras de sentido e de linguagem (GUIJARRO, 2009, p. 127).

“comunitárias” na verdade têm tido a mesma significação. Foram e têm sido usadas para legitimar o poder dos governos centrais moderno colonial e pós colonial em Moçambique. Nos princípios dos anos 1990, as autoridades tradicionais designadas de régulos, os secretários de bairros instituídos após a independência nacional em 1975, bem como outros líderes que tenham a legitimação das comunidades locais, passaram a ser designados de autoridades Comunitárias ou locais.

As autoridades tradicionais¹³ são de fato negligenciadas e tratadas como líderes comunitários, espécie de guia a todas as cerimônias, evocando espíritos e antepassados mortos. Não só, qualquer atividade de desenvolvimento local, as autoridades tradicionais e secretários dos bairros funcionam como o elo de ligação na difusão das tarefas de governo, às comunidades e vice-versa. Aí, compreende-se que estes líderes são específicos porque evocam espíritos, fazem a cerimônia kupalha (ritual), e seguem a sua ancestralidade, diferentemente dos outros líderes comunitários.¹⁴

Entretanto, o que se tem percebido no mundo moderno é que esses conceitos em relação à ética e moral, são valores que foram se perdendo, levando as pessoas a agirem da forma que lhes beneficie, não importando os prejuízos que poderão causar no outro ou a si mesmo. Os eventos que se sucederam à independência de Moçambique, entre 1975-1978, foram um “período quente”, quando foram iniciadas mudanças significativas no que concerne à governação, de acordo com as vigências de um país revolucionário, livre da colonização portuguesa. Neste período, conduzido pelo Governo da FRELIMO, se deu o início da construção do Estado-Nação e do imaginário da unidade nacional que definiu as regras de jogo, e nele as autoridades gentílicas¹⁵ foram afastadas do poder.

O governo, especificamente, instituiu as representações dos chamados secretários de bairros, chefes das localidades, administradores, atores que funcionam como o elo de ligação com as comunidades, inseparáveis do sistema de ação. Foram momentos que provocaram uma transformação nos discursos de legitimação do poder da FRELIMO. Com a independência houve muitas mudanças no imaginário político-social moçambicano. A FRELIMO nega o passado étnico do país, repelindo as autoridades tradicionais, totalmente contraditório e ambíguo. Para tanto, o Estado moderno criou mudanças de poderes, onde todos os líderes tradicionais foram mandados para implementar um modelo de socialização rural que incorporava a coletivização dos meios de produção e o agrupamento do povo em aldeias comunais.¹⁶

¹³ Estas autoridades tradicionais são os que evocam espíritos, fazem rituais, falam com seus antepassados através da cerimônia designada de kupalha no Sul do país. Ascendem ao poder por hereditariedade. Contrariamente aos outros, tais como secretários de bairros, não têm legitimidade para tal, são nomeados pelo governo.

¹⁴ Explicado anteriormente.

¹⁵ Nomenclatura usada pelo colonialismo português para designar os chefes tradicionais.

¹⁶ Sobre as aldeias comunais desenvolvido mais adiante.

O objetivo da FRELIMO era destruir todo tecido de poder, ou seja a ligação com o passado devia ser eliminada, criando uma ruptura com o herdado do colonialismo português. Isso resultou em consequências conflituosas do governo e da cultura tradicional moçambicana, tendo em conta que essas lideranças possuíam lugares próprios e sagrados de sua ancestralidade. Entretanto, na entrada do multipartidarismo, e apesar do Estado moderno ter criado essas mudanças de negação, mudou o discurso, legitimando honra e importância aos líderes tradicionais como novo jogo político.

Um estudo dos pressupostos teóricos de Bourdieu, Weber, Champagne e Landé: a análise do caso moçambicano

Segundo Bourdieu (1989, p. 188), “o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito daquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança”. É por meio deste recurso que os atores políticos buscam mobilizar um maior número de pessoas, ao demonstrar o quão compatível são seus interesses com os da maioria, ao se intitularem legítimos representantes do povo e, portanto, dignos de confiança e apoio. Esta estratégia consiste na exaltação da imagem de si, da prova do seu caráter e honestidade, do quanto se é competente para governar e administrar o Estado. Desta forma, os políticos representam o grupo que oferece seu apoio, ao defender seus interesses, e ao propagar uma imagem não só sua, mas principalmente do próprio grupo, ao incorporá-lo em seu discurso, ao se fazer a própria imagem do grupo. A preocupação da propagação em novos espaços constitui um dos pressupostos fundamentais do jogo político entre diferentes agentes. O poder político, na sua esfera representativa, recruta todos os meios necessários, e de forma continuada, com a finalidade de ocupar lugares de destaque.

Referindo-se a este aspecto - a credibilidade e confiança, Max Weber (1982) concentrou-se no estudo do domínio carismático e do domínio da legalidade (competência), ao analisar a ação do político para conquistar o poder. O autor apontou que o carisma constitui o ponto mais alto da vocação política de poder e o ponto central no cruzamento da disputa político-partidária, que se reveste de meios auxiliares que o acompanham para sua virtude. Segundo Weber (1982, p.100), os poderes dominantes, para se manter no poder por longos anos, se organizam no sentido de ter um quadro administrativo político à altura de lhes servir, fazendo com que os portadores do poder legítimo se façam respeitados, de modo que possam se beneficiar do controle do quadro de pessoal executivo e dos implementos materiais da administração.

De tal modo, as lideranças carismáticas, no âmbito do jogo político, recrutam representantes cujos mecanismos de obediência resultam na recompensa material e honorária,

para com aqueles que cumprem com o mandato exigido. Isto pode se exemplificar quando o “melhor funcionário” é honrado e presenteado publicamente no Aparelho de Estado de Moçambique.¹⁷ Na forma de resgate das autoridades tradicionais, para melhor serem reconhecidas, a FRELIMO ofereceu salários do Estado, bicicletas como meio de transporte adequado para seus deslocamentos, uniformes, bandeiras hasteadas nas casas dos régulos, uma autoridade clara para disciplinar os criminosos, delinquentes, aqueles que fugiam aos impostos e os que não produziam (LOURENÇO, 2009). As autoridades tradicionais tomavam a posse e juravam, verdadeiramente como funcionários e comprometidos com o partido.

Paralelamente às estratégias de recrutamento de pessoal ao partido, a FRELIMO tinha a tendência de criar perante o público uma boa imagem de si, de modo a convencê-lo que o Estado e seu partido estavam no caminho certo como entes maduros, e que respondiam aos anseios do povo, que já se encontrava saturado da guerra civil, e descontentes com a política de comunismo¹⁸, ora instalada após independência. No que refere à atitude da FRELIMO em resgatar a autoridade tradicional, pode-se problematizar a ação política a partir das reflexões apresentadas por Patrick Champagne (1998, p. 25-33) na obra *Formar a opinião: o novo jogo político*, em que analisou o desmoronamento da crença de regimes autoritários e democráticos, a partir da investigação das crises políticas, ou melhor, da crise de crença do regime soviético no Leste Europeu, e o desmoronamento moral que afetou a vida rural na França. De acordo com a análise do autor:

Nos dois casos [analisados], tratou-se do *desmoronamento de uma crença*, que seja a do pequeno agricultor em relação a excelência da vida tradicional ou a crença – mantida artificialmente durante muito tempo – relativa à excelência dos regimes comunistas ou, pelo menos, em sua capacidade para se manter, inclusive pela força. [...] o desmoronamento da crença não é, evidente, autoproduzido e sem causas objetivas, mas necessita de uma explicação e remete a transformações estruturais mais gerais que não são apenas observáveis na política (CHAMPAGNE, 1998, p. 26).

Esse exemplo apresentado por Champagne pode-se comparar com o caso de Moçambique no contexto pós independência, em que foi implantado um regime de modelo socialista pela política monopartidária da FRELIMO. Este regime colocou em ação medidas de reforma por meio da aliança de Moçambique com a União Soviética, sem a prévia consulta das comunidades, e sem levar em conta a estrutura organizacional existente. Isso acarretou um imenso

¹⁷ Experiência pessoal da autora. Um funcionário de cada Ministério do Aparelho de Estado moçambicano foi presenteado como “melhor funcionário” pelo ex Presidente da República, Armando Guebuza (2013). E esta prática tem sido anual para aqueles que são distinguidos.

¹⁸ É importante ressaltar que durante a guerra de independência a União Soviética apoiou a FRELIMO, enviando armas bélicas e apoio financeiro contra o colonialismo português. Essa aliança se estendeu após a independência em 1975, sendo implantado um regime de inspiração soviética.

descontentamento e desacordo com a autoridade tradicional e as comunidades em geral, diante das alterações forçadas pelos agentes da FRELIMO. O socialismo implantado em Moçambique consistia no agrupamento de camponeses em aldeias comunais e práticas de agricultura coletivas, as “machambas estatais”. Esta política destruiu a estrutura da autoridade tradicional da sociedade, existente em muitas partes do continente africano, e predominantes em Moçambique, que ficou totalmente conflituosa com o partido no poder, a FRELIMO (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 220). Acrescido a isto, as comunidades eram proibidas de dispor das suas crenças e de praticar suas diferentes expressões de religiosidade, resultando em grande parte da população descontente com política implantada pela FRELIMO, e que imigrou para a vizinha África do Sul, como forma de resistir as suas imposições.

Aí se encontra a crise na crença no modelo político mencionado por Champagne (1998), o descontentamento da população com as medidas do partido político no poder, que monopolizava em Moçambique as estruturas administrativas burocráticas do Estado. Na falta de melhor solução, as comunidades mostravam-se apáticas e descontentes perante a FRELIMO. Isso estava patente na ausência do povo nos comícios populares, protagonizados pelo poder. Em oposição a esta situação política, a RENAMO, criada em 1976, iniciou uma guerra civil (1976-1992) contra o autoritarismo e o monopartidarismo da FRELIMO, envolvendo o apoio dos líderes tradicionais, que foram rechaçados pelo partido no poder. Durante o conflito armado, a RENAMO mostrou reconhecimento destas autoridades tradicionais, e integrou-as politicamente na governação das populações rurais, nos lugares pelos quais detinha o controle das forças armadas, em relação a FRELIMO.

Mesmo nas localidades em que a RENAMO não controlava, estas autoridades tradicionais eram tendencialmente mais receptivas à sua narrativa ideológica, do que ao discurso da FRELIMO. Isto se observa pelo apoio obtido pela RENAMO, que converteu-o em votos na campanha eleitoral de 1994, ocorrida após o cessar-fogo. Em resposta a esse repúdio e as estratégias simbólicas adotadas pela oposição política, a FRELIMO redefiniu as relações de poder no seio do sistema político moçambicano, que se cristalizou, particularmente, na implementação do processo de descentralização e como consequência a transferência de poderes e gestão pelos governantes locais, buscando resgatar a presença dos líderes tradicionais no seu governo.

Entretanto, todo este conjunto de estratégias políticas tem a ver com a crença de imagem que estes políticos têm do mundo social, a interação do social com o político, de forma que a FRELIMO, assim como a RENAMO, buscaram tirar proveito do capital simbólico possuído pelos líderes tradicionais perante o povo. Na verdade, a disputa deste jogo político, a representação da imagem implica em conhecer o lugar social pelo qual os políticos agem na

sociedade e não só, a influência no poder exercido pelos que o rodeiam, ao nível macro e micro (BOURDIEU, 1989). Pierre Bourdieu (1981, p. 01), no texto “Descrever e prescrever: nota sobre as condições e possibilidade e os limites da eficácia política”, demonstra como os políticos, por intermédio de estratégias tais como a construção de imagens idealizadas e estereotipadas, buscam desvalorizar o adversário político, de forma a criar representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) negativas sobre estes. Portanto, a FRELIMO criava deste modo, a exclusão da RENAMO em todas as províncias moçambicanas.

Conforme as ideias desenvolvidas por Mae (1996 apud LOURENÇO, 2007), após a independência em 1975, as autoridades tradicionais foram negligenciadas pela FRELIMO com mensagens estereotipadas, tais como obscurantistas (feiticeiros), analfabetos, delinquentes, inimigos do povo, quando foram dispensadas das suas funções sociopolíticas no período pós independência. A FRELIMO, logo passada à independência, via-os como concorrentes na partilha do poder, já que a mesma tinha e tem fortes laços com as comunidades, dado o exercício do poder carismático que lhes é conferido (WEBER, 1982), com muita autonomia e ligada aos deuses e ao feiticismo, desde os tempos remotos de sua existência.

Entretanto, dentro das comunidades existiam pessoas que mantinham relações clientelistas em apoio a FRELIMO, que eram intermediários de confiança, ligados a redes diádicas não-corporadas, exercendo práticas sociais de favoritismo recíproco entre representantes do poder. Portanto, estas relações pessoais organizadas na atividade política são explicadas claramente por Landé (1977), no seu texto “A Base diádica do clientelismo”. Segundo o autor: “Os grupos diádicos não-corporados, tais como os sistemas padrão-cliente ou clientelas, são combinações de nível médio que consistem em conjuntos de relações diádicas ligadas para alcançar objetivos delimitados em limitados períodos de tempo” (LANDÉ, 1977, p. 01).

Sobre as relações diádicas que Landé se refere, os agentes podem se envolver em acordos, em relações de ajuda mútua para continuar no poder, manter o bem-estar do partido político e até mesmo para beneficiar seus interesses pessoais (LANDÉ, 1977, p. 5). Na falta de impedimentos legais a aliança diádica pode deixar de existir, logo, a confiabilidade dos aliados é abalada, podendo levar ao rompimento. Estas alianças duram, enquanto os indivíduos estiverem no poder (LANDÉ, 1977, p.6). Isso suscita o que Gouldner¹⁹ chama de troca de reciprocidade. As alianças diádicas podem ser seletivas, intermitentes e voluntárias, não oferecendo uma base suficiente para a organização de uma sociedade. Não oferecem as garantias de apoio, mas elas podem ser garantidas por uma estrutura de relações institucionalizadas e contínuas.

¹⁹ Landé (1977) recorre a Gouldner, às normas de reciprocidade e de lealdade pessoal, que são vulneráveis. Entretanto, essas normas podem a qualquer momento desfazerem-se.

Tomando como exemplo moçambicano, na relação diádica entre a FRELIMO e os líderes comunitários que outrora apoiaram a RENAMO durante a guerra civil, aquando da vitória da FRELIMO nas eleições em 1994, passaram à militância da FRELIMO, e como recompensa foram lhes construídas casas de habitação. Ademais, a partir do ano de 2006, a maior parte desses líderes conseguem obter o Fundo de apoio distrital, designado por sete milhões de meticais²⁰, que tem como objetivo melhorar socialmente a vida das populações. Conforme Landé disse, as relações diáticas duram enquanto os indivíduos estiverem no poder e se mantenham influentes, proporcionando trocas vantajosas.

O poder político - partidário da FRELIMO usou todas as táticas possíveis de jogo político para resgatar as autoridades tradicionais, que já se encontravam sob controle e parceria da RENAMO, trazendo consigo o discurso de reconhecimento do poder tradicional em Moçambique. Esta estratégia teve como pano de fundo conquistar a simpatia do povo que já se encontrava saturado da guerra civil, e desmoronado com o governo da FRELIMO. Com vantagem de ter libertado o país do colonialismo português, a euforia do povo não abriu espaço nem para a RENAMO, que era um partido recente (1994), nem para outros emergentes que não conseguiram ganhar a disputa eleitoral, mediante todo aparato disponibilizado às autoridades tradicionais, que ao longo do artigo nos referimos. Champagne contribuiu positivamente na compreensão desta problemática, e em comunhão com os demais autores debatidos ao longo deste artigo, possibilitou compreender todos esses mecanismos enveredados pelos políticos, na reconstrução de estratégias em jogos políticos na batalha de busca do capital social, e político para se fixarem e manterem se no poder em tempos recordes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**. 2ª Impressão. Maputo: PAGRIGU – ISRI, 1994.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar - textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BORDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/FIFEL, 1989, p. 163-207.

BOURDIEU, Pierre, **Descrever e prescrever: nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política**. Tradução para fins didáticos de Drecrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 69-73, Maio, 1981.

²⁰ Equivalente a 300 mil dólares americanos, destinados a pessoas financeiramente carentes, disponibilizados a partir de um projeto de rendimento. Política pública aprovada pelo Decreto nº90/2009, de 31 de Dezembro, que acabou sendo politizada. Equivalente à bolsa família no Brasil.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, Vozes, 1998.

COSSA, Lurdes José. “A Autoridade tradicional em Moçambique século XX: Estudo de Caso: Distrito de Marracuene”, p. 589-598. In: SANTOS, Amanda; VARGAS, Jonas; LEAL, Elisabete. *Fronteiras e Identidades: reunião de artigos do III EIFI(Pelotas)*. Disponível online: <http://fronteiraseidentid.wixsite.com/iiieifi>. Acesso em 01/02/2023.

COVANE, Luís António. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001.

DAUCE, Vicente Domingos. *A Governação em Moçambique: Fases e Processos. Dissertação (Mestrado em Governação, Competitividade em Políticas Públicas)* Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território. Universidade de Aveiro. Aveiro, 2013.

FEXEUS, Henrik. *Jogos de poder. Métodos simpáticos para influenciar as pessoas*. Petrópolis: Vozes Nobilis, 2016.

FORTES, Meyer; PRITCHARD, Edward Evans. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1940.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

GRAÇA, Pedro Borges. *A construção da nação em África (Ambivalência cultural de Moçambique)*. Coimbra: Edições Almedina SA, 2005.

GUIJANO, Anibal et al. *Colonidade de poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HEDGES, David (Coord.). *História de Moçambique. Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. v. 2, Maputo: Livraria Universitária Eduardo Mondlane, 1999.

LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. Tradução para fins didáticos de Introduction: the diadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. e tal. (org.). *Friends, followers and faction; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977a, p.xiii-xxxvii.

LIESEGANG, Gerhard. *Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado*. Maputo: ARPAC – Arquivo do Patrimônio Cultural, 1996.

LIESEGANG, Gerhard. *Territorialidades sociais e identidades com referência a Moçambique*. In: SERRA, Carlos et al. *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Moçambique: Livraria Universitária, 1998.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas? In. *Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*, 5/6, p.195-207, 2007.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbito Africa contemporánea. Yel legado del colonialismo tardío*. In: *El mundo del Siglo XXI*. Siglo Ventiuno editores, s.a. de C.V., 1998.

PRITCHARD, Evan *Evans* Edward; *FORTES, Meyer*. **Sistemas Políticos Africanos**. Londres, 1940.

THOMAZ, Fernanda de Nascimento. **Os “filhos da Terra”: discursos e resistências nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

WEBER, Max. **A política como vocação**. GERTH, H. H., Wright (Org.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982, p. 97-153.

Documentos:

BOLETIM DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **I série N° 52 de 31 de Dezembro de 2009. Cadernos coloniais (1939) Documentário trimestral” (1935-1961)**. <http://memória-áfrica.ua.pt/>

Boletim Geral da **Agência Geral das Colônias** (1925-1969). Disponível no portal Memórias de África e do Oriente. <http://memória-áfrica.ua.pt/>

Recebido em: 13/04/2022

Aprovado em: 12/12/2022

OS ORGANISMOS REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

THE REGIONAL ORGANIZATIONS FOR THE DEVELOPMENT OF AFRICA



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

**JOÃO SICATO KANDJO
WALDMAR CAHILA**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explicar o surgimento, desenvolvimento, e objetivos dos organismos regionais. Para o alcance da meta proposta, usou-se o método da pesquisa bibliográfica, articulada, cruzada e criticada para se chegar a uma verdade mais próxima. O trabalho concluiu que depois do alcance das independências dos países africanos, notou-se destruição e fome. Por isso, houve a necessidade de se criar organismos econômicos para resolver conflitos políticos e econômicos em âmbito regional, de modo a alavancar a economia da África. As relações entre a África e a Europa, particularizando a Grã-Bretanha e a França, como sendo os países que tinham maior zona de influência em África, são os que mais se beneficiam da matéria prima, antes e pós-independência. Por fim, *ipsus factus* está que, para o desenvolvimento da África que se cumpra a máxima de Ki-Zerbo- recursos humanos preparados, produtividade/industrialização e unidade.

PALAVRAS-CHAVE: África; Organismos Regionais; instituições internacionais; soluções.

ABSTRACT: The present work aims to explain the emergence, development, and objectives of regional bodies. To reach the proposed goal, the method of Bibliographic Research was used, articulated, crossed and criticized to reach a closer truth. The work concludes that after the achievement of the independence of African countries, destruction and famine were noted. Therefore, there was a need to create economic bodies to resolve political and economic conflicts at the regional level, in order to leverage Africa's economy. Relations between Africa and Europe, particularly Great Britain and France, as the countries that had the greatest zone of influence in Africa are the ones that benefit most from the raw material, before and after independence. Finally, *ipsus factus est* that, for the development of Africa, the maxim of Ki-Zerbo - prepared human resources, productivity/industrialization and unity must be fulfilled

KEY WORDS: Africa; Regional Organizations; International Institutions; Solutions.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

OS ORGANISMOS REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

JOÃO SICATO KANDJO¹
WALDMAR CAHILA²

INTRODUÇÃO

Numa fase introdutória como esta, convém fazer lembrar que para a compreensão dos organismos Regionais/Comunidades Econômicas, é necessário partir do processo das independências dos países africanos. Em linhas gerais, subdividem-se em dois fatores: internos e externos. Os externos tem a ver com a geopolítica internacional, como a Segunda Guerra Mundial, que permitiu a decadência da Europa, as potências pós-guerra (E.U.A. e U.R.S.S.) por optarem em políticas anticolonialistas, a O.N.U. criada em São Francisco, em 1945, como porta-voz dos oprimidos, bem como as influências da China, Índia e Indonésia, na Conferência de Bandung com os Estados soberanos da África, em 1955.

Por outro lado, apresentam-se os fatores internos, nomeadamente, os sindicatos, que reclamam constantemente os direitos dos trabalhadores, desde os subsídios, férias, aumento de salário e melhores condições de trabalho, mas, sobretudo, atacar a raiz do problema e exigir autonomia e independência da África, a pressão exercida pelo movimento dos estudantes e da ação dos intelectuais, a influência das igrejas e os movimentos políticos. Este último foi o motor das independências, cujos métodos são resumidos em pan-arabismo (norte), pan-negrismo (todos negros), pan-africanismo (toda África), crioulisto, etnofilosofia, entre outros. De acordo com Kandjo (2020, p. 160), tendo em conta este todo ambiente, alguns países tornaram-se independentes nos anos de 1950 (Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Gana, Guiné Konakry...), outros nos anos de 1960 (Nigéria, Mali, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Quênia, Malawi, Zâmbia, Gabão, R.C, R.D.C...), nos anos de 1970 (Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique...), 1980 (Zimbabwé...) e 1990 (Eritreia, Namíbia...).

Depois de maior parte do continente africano ganhar as suas independências, para minimizar a questão da pobreza, da miséria, da fome e das construções de infraestruturas africanas criou-se os organismos regionais. Estes problemas, embora minimizados, continuam até hoje. Daí a extrema importância deste trabalho em que se tentou refletir sobre os melhores métodos e opções para os problemas do continente africano (KAMABAYA, 2003). Uma vez que se começou a alcançar as independências verificou-se fortemente uma globalização que obrigou os países africanos a se definirem e se posicionarem no mercado internacional. Foi neste

¹ Mestre em Ensino da História da África, pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente. Huambo, Angola. sikatokandjo10@gmail.com

contexto que tiveram de se fazer opções que levou a tomar a decisão da criação de um organismo principal, a OUA (Organização da Unidade Africana) que em 2002 se transformou em UA (União Africana). Para dar passos sucessivos, este organismo subdividiu-se em pequenos organismos, mais práticos e regionais, nomeadamente, a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), SADCC/SADC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral/Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), UMA (União do Magrebe), COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) e NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

METODOLOGIA

Para este trabalho foram empregues três métodos, tais como: Histórico-lógico e principalmente a Pesquisa Bibliográfica. Histórico-lógico: permitiu de forma geral obter dados relacionados com o histórico das relações entre a África e as ex potências coloniais, e assim comparar as informações recolhidas nos documentos. A Pesquisa Bibliográfica foi útil na revisão e análise da literatura especializada sobre os organismos em causa. Igualmente, para sintetizar os principais argumentos científicos para própria investigação. Desta feita, foi possível comparar e cruzar as informações obtidas por via da escrita.

Pela espécie da pesquisa, optou-se pela análise descritiva dos fatos que ocorrem desde o século XX ao século XXI.

1. ANÁLISE DESCRITIVA

1.1. Principais Organismos Regionais da África

CEDEAO (ECWAS) é um organismo da África Ocidental que foi pensado e criado para permitir o desenvolvimento econômico, político e social, tendo em conta a fragilidade que África apresentou durante as independências. Sobre este aspecto, tem-se que levar em conta o fato de a guerra civil era visível, e com ela a destruição como consequência da luta de libertação, a fome e a miséria que assolavam e até hoje continuam a reduzir significativamente a população do continente.

Foi no amanhecer de 1975 que se criou a CEDEAO, tendo como base os países que compõem a UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano) composto por oito (8)

² Mestre em Ensino da História da África, pelo Instituto Superior Politécnico de Ciências de Educação do Huambo, Angola. waldmar69@gmail.com

países membros colonizados pela Inglaterra (Gana), Estados Unidos da América (Libéria), França (Guiné Konakry) e Portugal (Cabo Verde), cuja união não foi fácil por causa das divergências culturais, linguísticas, heranças, mentalidade, comportamentos e religiões (GONÇALVES, 2016; NHAPULO, 2017). Para dar asas ao organismo, em 1990 criou-se a ECOMOG (Grupo de Observadores Militares da CEDEAO) que interveio fundamentalmente no conflito da Serra Leoa e da Costa do Marfim. Estes são os objetivos econômicos da CEDEAO, segundo Manuel (2014, p. 14):

Promover boa governação, justiça e melhorar a prevenção, gestão e mecanismos de resolução de conflitos; ii) promover o desenvolvimento de infraestruturas e um ambiente empresarial competitivo; iii) promover o desenvolvimento sustentável e a cooperação regional; iv) aprofundar a integração económica e monetária; v) Reforçar a capacidade institucional e vi) reforçar os mecanismos de integração no mercado global.

Depois da criação da CEDEAO, não demorou muito tempo, criou-se também um organismo económico que velasse pelo desenvolvimento da África Austral (SADCC/SADC). Foi assim que em 1979, na altura um encontro marcado em Arusha. e depois de um ano em Lusaka-1980, alguns países que se intitulavam linha da frente, nomeadamente, Angola, Zâmbia, Tanzânia, Malawi, Suazilândia, Moçambique, Lesoto e Botswana debateram e concluíram institucionalizar a SADCC em 1980, que mais tarde, isto é, em 1992 se transformou em SADC. Com efeito, depois de dois anos, em 1994, juntou-se ao organismo a África do Sul. Em 1995 foi a vez da Ilha Maurícia, enquanto que as Seychelles e a República Democrática do Congo entraram neste organismo apenas em 1997 (M'BOKOLO, 2003).

A região da África Austral é um espaço muito rico, senão vejamos a distribuição dos recursos económicos que se apresentam. Por exemplo, Angola, Namíbia, Zâmbia e RDC são países com uma grande potência mineral e dispõem de muitos recursos naturais, como é o caso do petróleo, gás, diamantes, etc. Países como o Zimbabué e a África do Sul possuem muitas indústrias, o que sugere ser evidente herança da colonização inglesa e pela forma como ocorreu o processo de descolonização.

Os objetivos primários para a primeira SADCC tinham que ver com a resolução dos conflitos que se faziam sentir nesta mesma região. A título de exemplo pode-se pensar no *apartheid* (sistema de segregação racial), imposto pela união sul africana que ganhou a independência em 1910, e começou a criar a separação entre os brancos e os negros. Este problema não só afetou a África do Sul, como também os países vizinhos que tiveram de pagar uma dívida não contraída, isto é, ser incluídos no sofrimento da vizinha África do Sul e que também foram colonizados pela Inglaterra: Zimbabué e Namíbia. Foi por esta razão que o Zimbabué só alcançou a sua independência em 1980 e a Namíbia em 1990. Depois de se resolver

este problema com a liberdade de Nelson Mandela em 1990, e com o fim do próprio *apartheid* em 1994, foi possível pensar não apenas na resolução dos conflitos políticos da região, como também na concentração do desenvolvimento da economia. Esta realidade é que motivou a transferência da primeira SADCC (1980) para SADC (1992).

Resume-se os antigos objetivos da SADCC da seguinte forma:

Mobilização de recursos para promover a aplicação de políticas nacionais, intraestatais e regionais; ii) estabelecer relações com vista a uma integração regional equitativa e genuína; iii) harmonizar as diversas acções para assegurar a cooperação internacional no âmbito da estratégia para a libertação económica enquanto necessidade de autodefesa económica dos Estados da região perante a África do Sul e do *apartheid*.

Os novos objetivos da SADC:

Criação de infraestruturas económicas e equipamentos colectivos; ii) disponibilização das redes de telecomunicações para normalizar as relações com os centros financeiros mundiais; iii) estruturação do sistema bancário e financiamento regional; iv) valorização dos recursos humanos de cada um dos Estados membros.

UMA – União do Magrebe

No dia 17 de fevereiro de 1989 foi criada a União do Magrebe (norte) com os mesmos objetivos de estabelecer a paz e desenvolver a economia ao nível da região do norte.

Os países que compõem esta zona econômica são os seguintes: Egipto, Líbia, Sudão do Norte, Marrocos, Tunísia e Argélia. COMESA é um mercado comum que teve a sorte de juntar 22 países, da África Oriental e Austral, de modo a facilitar a transição de diversos produtos no mercado intrarregional e continental. Historicamente, este organismo é proveniente do Plano de Lagos, que desde 1982 pretendia liberalizar as trocas comerciais na intenção de permitir a integração regional, cuja base foi o Banco PTA – Centro de Arbitragem Comercial. Porém, tendo em conta o pensamento emergente da época, em 1993 a PTA foi substituída pela COMESA. Neste caso, não se estava a pensar apenas na África Oriental, mas também na África Austral. Foi por este fato que se chamou “Mercado Comum” (HUGON, 2015).

A construção da CEEAC começou indiscutivelmente em 1976, com a criação da CEPGL (Comunidade Económica dos países dos Grandes Lagos, onde faziam parte as antigas colónias da Bélgica, como o Burundi, Ruanda e a República Democrática do Congo, cujos objetivos fracassaram. Neste, entretanto, o Ruanda e o Burundi acharam por bem juntar-se à EAC (Comunidade da África Oriental). A República Democrática do Congo, por outro lado, optou por se unir à CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central).

No entardecer de 1983, com programas e políticas bem estabelecidas cria-se a CEEAC para responder aos problemas que até então afligiam o centro de África. Igualmente, Angola e a República Democrática do Congo, para além de fazerem parte da SADC, de igual modo, são partes integrantes da CEEAC. De modo a dar um passo significativo, instituiu-se um pequeno organismo, a CEMAC (Comunidade Económica e Monetária da África Central), em 1994, para dar continuidade a UDEAC (União Aduaneira e Económica da África Central) que partiu fundamentalmente de um acerto entre os países membros e a França.

Objetivos da CEEAC, segundo Manuel (2014, p. 15):

- i) Diminuição das barreiras tarifárias e não tarifárias; ii) supressão dos direitos e taxa de importação; iii) eliminação das restrições de comércio intraregional; iv) introdução progressiva de uma taxa aduaneira e de uma política comercial comum; v) supressão de obstáculos à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais; vi) melhorar a indústria, os transportes, as comunicações; vii) união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento.

Fukuyama (2005), citado por Manuel (2014, p. 9), talvez, com um pouco de pessimismo terá declarado o seguinte:

A criação das organizações regionais: i) Comunidade da África Austral (SADC); ii) Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); iii) Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), desvela-se algum voluntarismo tendente à autodeterminação económica. No entanto, o determinismo internacional que é óbvio em boa parte dos Estados africanos, nunca deixou de guiar a imprecisão potencial e designada “cooperação para o desenvolvimento”, a qual observação de regra, reforça os conceitos de Estados centrais, semi-periféricos e periféricos.

Tendo em conta o apoio que a França deu às suas antigas colônias, com a criação da AOF e AEF, disponibilizou-se para a criação de dois bancos que teriam a missão de fazer catapultar a economia da África Ocidental e Equatorial (central). Primeiro, o da África Ocidental, o BCEAO (Banco Comercial dos Estados da África Ocidental) e o BEAC (Bancos dos Estados da África Central) cuja moeda é o CFA. Ambos bancos estão associados a outros de natureza comercial e de capital multinacional. A NEPAD, tal como afirmou Joaquim Chissano, citado por Roque (2007, p. 25): “[...] é uma iniciativa africana que tem objetivos muito claros e um princípio segundo o qual compete aos africanos traçarem o destino de África e removerem os obstáculos a um desenvolvimento acelerado em todos os domínios (...)”.

A NEPAD emerge de algumas iniciativas económicas que se faziam sentir a partir de 2000 e 2001. Primeiramente o MAP (Parceria do Milénio para o Programa e Recuperação de África, encabeçada por Thabo Mbeki, na altura como presidente da África do Sul e auxiliado

pela Organização da União Africana (OUA), além dos presidentes da Nigéria Olusengun Obasanjo e da Argélia Abdulaziz Bouteflika, que estavam reunidos para encontrarem a melhor forma que pudesse permitir resolver os seus problemas. Há que ver o Plano OMEGA que o presidente senegalês Abdoulaye Wade trouxe sobre à mesa em 2001, cuja proposta fundamental era a promoção e a aposta na educação, e o terceiro, o CAR (Compacto para a Recuperação Africana).

Com efeito, em 2001, justamente no mês de maio, na capital da Argélia (Argel) pensou-se juntar as três iniciativas para denominar-se NAI (Nova Iniciativa Africana), que foi alterada em outubro do mesmo ano para formar a NEPAD, na presença de vários chefes de Estados. Para além dos que já mencionámos, acresce-se Chiluba da Zâmbia, cujo secretariado ficou na África do Sul. A Nova Parceria para o desenvolvimento de África serve para auxiliar os cinco (5) principais organismos, de modo a juntar a diáspora ao novo desafio do milênio. A NEPAD traz na sua agenda objetivos claros, nos dizeres de Roque (2018, p. 184):

- i) Erradicar a pobreza e colocar os países africanos, individual e colectivamente, no caminho do desenvolvimento sustentado, evitando, assim, a marginalização, que o continente enfrenta no processo da globalização; ii) romover o papel das mulheres em todas as actividades, nomeadamente através da eliminação das disparidades do género no processo de matrículas na educação primária e secundária.

1.2. A África Pós-independente e as Potências Coloniais

Segundo Hugon (2015), a França tem um papel importante na existência e sobrevivência dos organismos regionais. Tal como afirmou o ministro francês Guiringaud “sem a África não haveria história da França no século XXI”. Mesmo depois das independências a França tem ajudado bastante as suas ex-colônias, militarmente e financeiramente, onde 59% da sua ajuda é direcionada para a África subsariana. Por exemplo, em 2011 foram enviados nove mil homens (9.000) para a Costa do Marfim, Gabão, Djibouti, Senegal, R.C.A e Chade, para dirimir os conflitos, políticos, sociais, religiosos e outros que foram acontecendo nestes países.

A Grã-Bretanha tem uma tradição antiga no continente africano. Após as independências das suas antigas colônias, criou-se a Commonwealth, onde todos que fazem parte deste grupo recebem ajuda, como acontece com a potência regional da CEDEAO (Nigéria) e SADC (África do Sul). Portugal foi o primeiro e último colonizador. Aliás, para entregar as terras aos seus donos foi necessária muita luta. Depois de 1975, para continuar presente e se relacionar na geopolítica internacional, criou-se o PALOP. Em função disso, Angola detém 3,8% da capitalização bolsista, e adquiriu em 2011 quotas em empresas privatizadas. A União Europeia representa em África mais de 50% dos fluxos comerciais e da ajuda, além de 2/3 dos fluxos de

investimento. Importa lembrar que este organismo intervém em três vertentes, nomeadamente: diplomacia preventiva, gestão militar das guerras e solução pacífica. Desta forma, financia-se a África apoios logísticos, formação das forças policiais e armadas, desarmamento e desmobilização.

Em relação a África e as Nações Unidas, “a Etiópia e a África do Sul fazem parte dos países fundadores das Nações Unidas, desde 1945. Por outra, todos os países africanos são membros da ONU” (HUGON, 2015, p. 296). Os principais estados membros africanos da ONU fazem parte do movimento dos não-alinhados. A África está presente no seio das agências especializadas em diferentes domínios e instituições não financeiras da ONU, a exemplo da OMS (saúde), UNESCO (educação e cultura), PNUD (desenvolvimento), FAO (agricultura), UNICEF (ajuda à infância) e outros.

O Fundo Monetário Internacional vem dando o seu apoio a África, fundamentalmente a partir da década de 1980, e lançou um programa de ajustamento para dar equilíbrio financeiro aos países mais necessitados, através do endividamento para se lutar contra a pobreza e a miséria. Desta feita, os países africanos, por intermédio das ex potências coloniais, continuam a fazer dívidas que põe em risco a própria independência econômica, uma vez que quem dá uma mão sai de África com duas mãos cheias (HUGON, 2015).

1.3. Possíveis Soluções para Alavancar a África

Já é do conhecimento da maioria que África é o continente mais pobre em termos de desenvolvimento social e econômico. E, por conseguinte, com uma taxa de mortalidade mais elevada. Por azar, tem tido governos que pouco facilitam para alavancar o seu crescimento e desenvolvimento internamente e na arena internacional. Por isso, uma pergunta se levanta; o que é necessário fazer para África sair da miséria? Ou terá de continuar a depender da bondade internacional? Especialistas como Ki-Zerbo (2002) propõem três elementos chave que devem ser aplicados simultaneamente, nomeadamente:

1.3.1. A unidade

Entre os líderes africanos e a população em si há o discurso da necessidade de união dos povos que vivem no continente. Um bom exemplo para indicar a importância desta unidade está no fato ocorrido ainda nos anos 1990. A União Europeia, mediante necessidade de se reunirem com os líderes da África Austral, marcaram o encontro, mas impuseram veto à presença de Robert Mugabe, alegando que este era um péssimo governante, e como tal, não seria bem-vindo

a esta reunião. Os chefes de Estado da região austral encaminharam uma carta afirmando: - se Mugabe não for ao encontro, então ninguém mais deveria ir para o mesmo. Como consequência desta boa atitude de união dos líderes africanos, os europeus (portugueses) anularam a condição que previa a ausência de Robert Mugabe. Ora, será que se os países africanos tivessem agido desta forma em relação ao contexto líbio, não teriam evitado o assassinato de Khadaff por parte do imperialismo? Não sei ao certo. Porém, quando houver unidade dificilmente seremos vencidos. O contrário é uma catástrofe.

1.3.2. A produtividade

A reflexão sobre a produtividade é versada fundamentalmente para a produção agrícola. Não haja dúvida de que as primeiras civilizações que a humanidade conheceu emergiram ao longo dos grandes rios, e conseqüentemente desenvolveram uma agricultura forte. Assim, foi o caso da civilização Egípcia, Suméria, Babilônica, Persa, Chinesa, Japonesa, Grega, Romana e por aí em diante. E África? O que falta?

René Dumont, agrônomo de formação, em 1962, referenciado por M'Bokolo (2003) publicou um livro muito rico, onde fez parecer que a África tinha começado mal. Como conclusão da sua tese, afirmou: Se a África quisesse crescer, os seus líderes deveriam apostar fortemente na agricultura. Para além de se lutar para produzir o suficiente para o consumo interno, também constitui um imperativo lutar para desenvolver e construir indústrias, fábricas e empresas fortes que garantam a sustentabilidade dos africanos.

1.3.3. Os recursos humanos

É *ipso factus* que a África é o continente com maior número de analfabetos e esta realidade tem sido um dos piores obstáculos ao desenvolvimento deste continente. Se África quiser crescer, como dizem os seus líderes antigos e atuais, deve proporcionar uma formação de qualidade para a sua população, de modo a competir com qualquer cidadão do mundo.

2. CONCLUSÕES

Depois do continente ser descolonizado, houve a necessidade de se criar Comunidades Econômicas para alavancar a economia do continente, e assim reduzir a pobreza, miséria, fome e destruição existente. Estas comunidades - CEDEAO/ECWAS, SADCC/SADC, CEEAC, UMA & COMESA, fundamentalmente constituem a melhor esperança. Notando-se a fragilidade destes

organismos, a OUA (Organização da Unidade Africana-1963) foi transformada em UA (União Africana-2002) e com isto se decidiu adotar a NEPAD (Nova Parceria para o desenvolvimento da África-2001) como forma de auxiliar a conquista dos mais nobres objetivos. Avaliando a África no século XXI, há uma tristeza muito grande entre os africanos. A África e a Ásia partiram juntas, mas a África ficou pelo caminho. A este respeito algumas perguntas se levantam: o que se passa com a África? O que se passa com os dirigentes africanos? Ou será que negam a liberdade e a independência econômica?

Apresentou-se algumas propostas para libertar a África. Estas, na verdade, já são conhecidas e vão sendo aplicadas aos poucos - unidade, produtividade, industrialização e formação do homem; seguem-se a disciplina, combate à impunidade, corrupção e péssimos governos e dirigentes. Por fim, alcançar-se-á a verdadeira independência quando a África se livrar economicamente dos outros. Porque a solução para os problemas de África está com os seus filhos, está internamente. Os outros vão sempre procurar servir os seus interesses (FMI, ONU, UE...).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Jonuel. **Manual de Estudo sobre África**. Luanda: Mayamba, 2016.

HUGON, Phillipe. **Geopolítica de África**. Paris: Escolar Editora, 2015, 3ª Edição.

KANDJO, João Sicato. **História da África, séculos XV-XXI**. Luanda: NHConteúdos, 2020.

KANDJO, João Sicato. A Influência da Baixa de Kasanji na Independência de Angola. **RAC: Revista Angolana de Ciências**. 2 (1), 148-166, 2020.

KANDJO, João Sicato. **Manual de História de Angola, da Pré-história até 1975**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2021.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. 3ª Edição. Publicações Europa-América, 2002.

KAMABAYA, Moises. **O Renascimento da Personalidade Africana**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

MANUEL, Tuka. **África Pós-proclamação das Independências**. Material de apoio no Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela-Katyavala-Bwila, 2014.

M'BOKOLO, Elíkiá. **História e Civilizações, do Século XVIII aos nossos dias**. 2ª Edição. Tomo I, Lisboa: Colibri, 2003.

NHAPULO, Telésfero de Jesus. **Atlas dos Movimentos de Libertação da África Austral**. Maputo: Plural Editores, 2017.

ROQUE, Maria de Fátima. **Uma Década de África, Um Continente e os Seus Desafios e Futuros**. Luanda: Texto Editores, 2018.

ROQUE, Maria de Fátima. **África, NEPAD e o Futuro**. Luanda: Texto Editores, 2015.

Recebido em: 08/04/2022

Aprovado em: 30/10/2022



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

Crimildo Mário Cossa
Pedro José Miguel

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
iwaldomarciano@gmail.com

CONTRIBUTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – CASO: CMC ACCOUNTING & SERVIÇOS, LDA (2017-2019)

CONTRIBUTION OF FINANCIAL STATEMENTS IN THE DECISION-
MAKING PROCESS IN SMALL AND MEDIUM-SIZED COMPANIES
– CASE: CMC ACCOUNTING & SERVIÇOS, LDA (2017-2019)

RESUMO: O uso das demonstrações financeiras na tomada de decisão é uma preocupação tanto dos gestores das empresas PMEs, assim como das grandes empresas. No entanto, apesar dos gestores estarem claros da importância das DFs, ainda persiste um desafio para os contabilistas quanto a elaboração destes com qualidade necessária, o que dificulta os gestores na tomada de decisões eficazes. O objetivo deste artigo foi analisar o contributo das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão nas PMEs. O artigo resulta de uma pesquisa do tipo descritiva, de abordagem quantitativa em que recorremos às técnicas de entrevista para recolha dos conteúdos, os quais foram analisados e interpretados com profundidade necessária para tornar explícito o tema. Os resultados apontam para conclusão de que muitas empresas, sobretudo moçambicanas, não fazem o uso da informação financeira para a tomada de decisão, porque não apresenta o cálculo e análise de índices económicos e financeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstrações financeiras; Tomada de Decisão; PMEs.

ABSTRACT: The use of financial statements in decision-making is a concern of company managers, both in SMEs and in large companies. However, although managers are clear about the importance of FSs, there is still a challenge for accountants in terms of preparing them with the necessary quality, which makes it difficult for managers to make effective decisions. The objective of the article is to analyze the contribution of financial statements in the decision-making process in SMEs. It is a descriptive type of research with a quantitative approach in which we resort to interview techniques and to collect the contents which were analyzed and interpreted with the necessary depth to make the theme explicit. The results point to the conclusion that many companies do not use financial information for decision making, because it does not present the calculation and analysis of economic and financial indices

KEY WORDS: Financial statements; Decision Making; SMEs.

CONTRIBUTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – CASO: CMC ACCOUNTING & SERVIÇOS, LDA (2017-2019)

CRIMILDO MÁRIO COSSO ¹
PEDRO JOSÉ MIGUEL ²

INTRODUÇÃO

Os empresários para tomarem decisões acerca das suas opções empresariais, necessitam de informações vitais que os auxiliem nesse processo. Uma vez que estas que determinam o sucesso e/ou o fracasso de uma empresa, para que sejam tomadas de forma mais ajustada, é imprescindível que os decisores tenham à sua disposição informações necessárias, o que propicia mais racionalidade ao processo. São vários estudos realizados nos últimos 5 anos que demonstram a importância das DFs na tomada de decisão. Pegando exemplo de estudo realizado por Ramos (2019), este concluiu que as informações financeiras, se forem credíveis e fidedignas, poderão servir para atrair as partes interessadas na empresa, com o objetivo de captar investimentos e recursos estrangeiros, assim como para aumentar o capital da empresa através de um menor custo.

Já Serrasqueiro & Nunes (2014), apesar de algumas investigações salientarem que os empresários/gestores utilizam a experiência e intuição na tomada de decisão, constataram no estudo efetuado que os empresários/gestores atribuem uma importância superior à informação contabilística na tomada de decisão, do que aos relacionamentos com terceiras partes e intuição. Como se pode ver, os estudos realizados clarificam a importância de uso das DFs na tomada de decisão nas empresas, no entanto, não há também dúvidas quanto a aplicabilidade destas conclusões nas PMEs (Pequenas e Médias Empresas) moçambicanas, uma vez que em muitos casos são geridas por pessoas que não se formaram em contabilidade, o que nos leva a fazer esta investigação numa PME em concreto. As variáveis em estudo são DFs e tomadas de decisão. Deste modo, constitui o nosso problema de estudo o fato de que mesmo havendo reconhecimento da importância e a relevância das demonstrações financeiras em processos decisórios, no âmbito da gestão das empresas, não existem evidências suficientes que mostrem de que forma isto acontece na **CMC ACCOUNTING & SERVIÇOS, Lda (2017-2019)**.

Na área de gestão, um dos maiores acervos de informações de grande utilidade para o processo de tomada de decisões reside nas demonstrações financeiras, dado que é lá onde se

¹ Mestre em Contabilidade e Auditoria pelo ISCIM, Docente universitário, Gestor e pesquisador. crimildocossa@gmail.com

² Doutorando em Gestão de Empresas, Mestre em Administração e Gestão de Educação pela UEM, Docente universitário, Gestor e pesquisador. muendanepedro@gmail.com

encontram descritos todos os aspectos ligados aos processos-chave desenvolvidos na empresa, extraídas por via de ferramentas contabilísticas. De fato, as demonstrações financeiras são importantes, pois possibilitam a obtenção de informações financeiras, mas também permitem que as mesmas sejam disponibilizadas de forma clara e objetiva, de modo que cumpram o propósito de contribuir para a obtenção de respostas às necessidades informativas dos gestores e de outros agentes. Nesta vertente, a contabilidade auxilia os empresários a ter um domínio e/ou conhecimento pleno do seu empreendimento, para além do processo de tomada de decisões. Entretanto, este constitui um instrumento que fornece informações úteis e utilitárias dentro e fora da empresa. Isto permite o processo de recolha de informações operacionais e financeiras da empresa, gerando desta forma os relatórios financeiros que servem de base para os usuários tomarem as suas decisões.

Com certeza, as demonstrações financeiras são, igualmente, instrumentos utilizados pela contabilidade para realizar a exposição a respeito da situação económico-financeira da empresa. Além disso, entrega aos diversos usuários internos e/ou externos, informações que servem de base para estudos, sendo esta uma fonte para o crescimento da empresa ao identificar limitações e propor medidas eficientes e eficazes. Em outras palavras, garante a superação das mesmas com base em registros confiáveis, relativos ao dia-a-dia da empresa e seu desempenho nas mais diversas áreas que a constituem.

É importante ressaltar que a informação disponibilizada contemple um conjunto de características qualitativas, como a compreensibilidade, tempestividade, relevância, fiabilidade e comparabilidade, de forma a não comprometer a sua utilidade. Sendo o seu objetivo fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da empresa, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, elas também demonstram os resultados da administração no que diz respeito à gestão responsável de recursos a ela confiados.

É, portanto, na tentativa de se compreender a relevância das demonstrações financeiras no contexto do processo decisório, que se desenvolveu este artigo, e que se define como *um* estudo de caso desenvolvido na Empresa CMC Accounting & Serviços Lda., uma empresa vocacionada para a prestação de serviços diversos, de fornecimento de bens e serviços, de Mobiliário de Escritório, Escolar, Hospitalar, Militar e Estantaria, no período compreendido entre 2017 a 2019.

Para materialização deste trabalho, para além do estudo de caso, foi feita uma varredura nos trabalhos de alguns autores que escreveram sobre o tema, com destaque para Matarazzo (2008, p. 8), que nos indica que as demonstrações financeiras são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data, e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações financeiras de uso

geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. Do ponto de vista de Lopes (2013, p. 42), “as demonstrações financeiras tem como objetivo suportar as mais diversas decisões empresariais das quais se destacam:”

- Decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio;
- Avaliar a capacidade da empresa solver os seus compromissos;
- Determinar as políticas fiscais;
- Determinar as políticas de dividendos;
- Preparar as estatísticas nacionais e internacionais;
- Regular a atividade das entidades.

Tomando em consideração aos autores que discutiram o assunto referente aos objetivos das demonstrações financeiras, pode se concluir que elas constituem o instrumento principal para dar o relatório acerca do desempenho empresarial e suporte da tomada de decisões. O suporte a estas decisões está dependente do conhecimento, numa base tempestiva do posicionamento financeiro da entidade, do desempenho das suas atividades e das alterações na sua posição financeira. Na prossecução destes objetivos, devem as entidades, em função do nível de normalização contabilística, preparar as seguintes demonstrações financeiras, tal como previsto na NCRF 1, na parte de estrutura e conteúdos das Demonstrações Financeiras:

- ✓ Balanço;
- ✓ Demonstração dos Resultados;
- ✓ Demonstração das variações no capital próprio;
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa;
- ✓ Notas às contas, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Em relação ao balanço, os autores Borges e Rodrigues (2007, p. 749) clarificam que o balanço proporciona informação acerca da posição financeira, para permitir a tomada de decisões proporcionando a informação acerca de ativos, passivos e capital próprio. Sendo assim, entende-se que o balanço é visto como um espelho da situação patrimonial de uma entidade, referente a um período, tomando em consideração os elementos do ativo, passivo, e capitais próprios. Representa a posição financeira de uma entidade num determinado momento, e no qual se proporciona informação sobre os recursos económicos que a entidade controla com vista à obtenção de fluxos financeiros futuros, sobre a estrutura das fontes de financiamento de tais

recursos, sua liquidez e solvência, e sobre a sua capacidade para se adaptar às alterações no meio envolvente em que opera.

Outro documento que influencia na tomada de decisões financeiras é a Demonstração dos Resultados, que para Brigham (2000, p. 34) “é uma demonstração que resume as receitas e despesas da companhia durante um determinado período contabilístico, geralmente um ano”.

Os principais elementos constantes da DR's, os quais se encontram definidos na estrutura conceptual do IASB, são os seguintes:

- I. **Proveitos** são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contabilístico na forma de obtenção ou melhorias de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos do capital próprio, e que não sejam os relacionados com as contribuições dos sócios ou acionistas.

Para Serra, et. All. (2010, p. 278), “os rendimentos decorrem da venda de um produto ou da prestação de um serviço”. Fernandes et al (2016, p. 45) argumenta que “rendimento trata se de aumento nos benefícios econômicos durante o período contabilístico na forma de influxos, ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumento no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio.” Pode se definir rendimentos como sendo ganhos que são adquiridos no decurso de uma atividade econômica para o benefício de uma determinada entidade.

- I. **Custos**, são diminuições nos benefícios econômicos futuros durante o período contabilístico, na forma de utilização ou de redução de ativos ou da contração de passivos que resultem em diminuições de capital próprio que não sejam as relacionadas com as distribuições aos sócios ou acionistas.

Na opinião de Da Costa e Alves (2021, p. 181-182), os gastos são diminuições nos benefícios econômicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deprecimento de ativos, ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio que não sejam relacionados com distribuições aos participantes no capital próprio. Ademais, o outro instrumento influenciador nas decisões financeiras é a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que com a aprovação do decreto 70/2009, de 22 de Dezembro (Decreto que aprova o Sistema de Contabilidade para o Setor Empresarial em Moçambique aplicável a todas as unidades econômicas com exceção das que exerçam atividades nos ramos bancários ou seguros), provocou muitas mudanças, verificadas no código de contas, e uma dessas foi a substituição da

obrigatoriedade da publicação do Mapa de Origem e Aplicação de Fundos (MOAF) pela Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC).

A DFC permite ao usuário ver como o caixa alterou de um período para o outro, quais contas foram responsáveis por esta alteração e qual foi o resultado obtido com cada atividade deste fluxo. Segundo Serra, et. All. (2021, p. 285), o mapa de fluxo de entrada classifica os fluxos de acordo com o tipo de atividade que os originou, em tipos como operacionais, de investimento e de financiamento, nos quais o autor foca no método indireto, posto que este divulgue as principais componentes de recebimentos e dos pagamentos de caixa, permitindo os empreendedores compreender como a empresa gera e utiliza os meios de pagamentos disponíveis.

Assim, pode se concluir que demonstrações de fluxos de caixa mostram a origem e aplicação de fundos, ou seja, através da proveniência destes e a sua utilização no decurso da atividade econômica podemos conhecer o que foi pago e recebido. Seguindo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NCRF), o fluxo de caixa pode ser incorporado às demonstrações financeiras tradicionalmente publicadas pelas empresas. Basicamente, a DFC deve ser segmentada em três grandes áreas:

- ✓ Atividades Operacionais;
- ✓ Atividades de Investimento;
- ✓ Atividades de Financiamento.

Do ponto de vista da NCRF 2, as atividades operacionais estão estruturadas da seguinte forma:

- ✓ a) Recebimento de clientes pela venda de bens e da prestação de serviços;
- ✓ b) Recebimento de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
- ✓ c) Pagamento a fornecedores de bens e serviços;
- ✓ d) Pagamento aos empregados;
- ✓ e) Recebimento e/ou pagamento para uma companhia de seguros relativos a prêmios, indenizações, anuidades e outros benefícios das apólices;
- ✓ f) Pagamento ou reembolso dos impostos, exceto se puderem ser especificamente identificados como atividade de investimento ou financiamento;
- ✓ g) Pagamentos e recebimentos relativos a contratos detidos para negociação.

Para Silva e Martins (2006), a análise das demonstrações financeiras consiste na aplicação de técnicas que realizam a decomposição, comparação e interpretação de dados nelas presentes, a fim de obter um diagnóstico sobre a situação financeira do negócio em um dado período. Ao serem analisadas, as demonstrações passam de simples dados e transformam-se em informações. E isso é importante porque alguns aspectos podem não se mostrar claros inicialmente, precisando de um processo de análise mais aprofundado para esclarecer os pontos obscuros.

Para que a análise seja eficaz é fundamental que os lançamentos correspondam à realidade e que tenham sido feitos dentro das normas. Além disso, costumam-se analisar as demonstrações de mais de um período para que se possa observar a evolução da empresa. A análise das demonstrações financeiras requer o emprego de técnicas para a avaliação de riscos, desempenho, saúde financeira, estrutura e perspectivas futuras. É com o emprego dessas técnicas que se obtém o diagnóstico que fundamenta a tomada de decisões.

A qualidade das decisões de gestão tomadas no seio da organização está diretamente relacionada com a qualidade da informação na qual se baseiam, incluindo nesta última a informação contabilística. A pesquisa consistiu em analisar o contributo das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisões, nomeadamente: decisão estratégica e decisão operacional.

A pesquisa versa sobre temática que mexe com os tecidos social, política e económica com enfoque para Moçambique, concretamente na Cidade e Província de Maputo, onde há maior concentração empresarial. Nesta cidade, tem-se visto que algumas empresas do setor privado têm viciado as Demonstrações Financeiras, com vista a cumprirem com as suas obrigações fiscais, devido à pressão por parte da Autoridade Tributária de Moçambique, comprometendo de certa forma a tomada de decisões da empresa por parte dos seus sócios e acionistas.

Por outro lado, importa destacar que as demonstrações financeiras constituem um mecanismo de aperfeiçoamento da utilidade das informações fornecidas nas empresas, ao conceder credibilidade aos relatórios contabilísticos, valorizando seus objetivos e melhorando a imagem da empresa dentro e fora da mesma. Daí a necessidade de abordar este estudo científico para área da Contabilidade e Auditoria. Para os administradores, as demonstrações financeiras constituem um instrumento de amplo controle, pois, no exercício efetivo das suas atividades, servem-se das mesmas para verificar se todos os processos internos, as políticas da empresa, os sistemas contabilísticos e os de controle interno estão, efetivamente, a ser seguidos e se as informações contabilísticas foram preparadas em obediência às normas para tal concebidas.

Ao debruçar-se sobre o tema em questão, pretende-se demonstrar o quão importante são as demonstrações financeiras para a credibilidade da informação alusiva às finanças, uma vez

que constitui uma ferramenta importante para o reforço na tomada de decisões dos administradores, investidores e demais interessados. Através de demonstrações financeiras é possível obter informações de toda a atividade que a empresa realiza, e detectar a existência de eventuais anomalias, com vista à tomada de decisões mais ajustadas aos propósitos da mesma.

Segundo Padoveze (2000, p.24), muitas vezes os administradores não tem o devido conhecimento da contribuição e benefícios que as demonstrações financeiras trazem para a gestão das organizações. Percebe-se que as demonstrações financeiras são importantes para todos os utilizadores que necessitam dessas informações para a tomada de decisões. Por outro dado, no meio empresarial, a tomada de decisão a partir das Demonstrações Financeiras, assim como as informações financeiras e contábeis das empresas, corresponde a assunto de grande importância e intenso estudo por parte de meios acadêmicos e formação executiva.

Do ponto de vista acadêmico, este artigo é pertinente na medida em que poderá servir como material de consulta e contribuir para o alargamento do leque de fontes de consulta para a tomada de decisões e, conseqüentemente, o sucesso de empresas. Dentre alguns estudos efetuados sobre o tema em análise, destacam-se os seguintes:

- Ching et. al (2010), aborda a *análise das demonstrações financeiras de um escritório de advocacia*.
- Moscardini e Galvão (2010), trata a *análise das demonstrações financeiras numa entidade que em virtude de problemas financeiros, encontrava-se em recuperação judicial, a fim de compreender os possíveis motivos que levaram a tal situação*.
- Silva e Prado (2013), procuraram a eventual *existência de evidências do viés de aversão ao risco e à perda no perfil de tomada de decisão*.
- Lungo e Alves (2013), estudaram o *nível de percepção que os gestores das pequenas e médias empresas localizadas em Luanda e em Lisboa tinham, quanto à utilidade da Demonstrações Financeiras no processo de tomada de decisão*.

Contudo, verifica-se que é insuficiente o número de pesquisas relacionada com a temática, pelo que há necessidade do estudo mais aprofundado deste tema que aborda as demonstrações financeiras, visando enriquecer as teorias e práticas nesta área. A feitura deste artigo prende-se ainda com o desejo de aprofundar os conhecimentos científicos e os procedimentos metodológicos na utilização de demonstrações financeiras. Convém destacar que este processo constitui um instrumento de auxílio à gestão e administração, sobretudo no melhoramento do desempenho econômico de empresas. Adicionalmente, importa destacar que esta pesquisa foi bastante pertinente, pois demonstrou os efeitos causados pela qualidade na

elaboração das demonstrações financeiras, e conseqüente na eficácia na tomada de decisões na empresa. Como pesquisador, a elaboração do trabalho foi também importante porque se trata de um assunto que lidamos diariamente nos nossos locais de trabalho, o que nos faz acreditar que assim poderemos explorar mais os nossos conhecimentos, objetivando a melhoria das competências técnicas, profissionais e científicas.

Este artigo pode ser útil aos gestores, acionistas, docentes, estudantes em contabilidade, assim como Auditoria com foco no processo de tomadas de decisão. Pode ainda, ser útil a profissionais que pretendam compreender como as demonstrações financeiras podem tornar eficaz e eficiente o funcionamento da organização. É importante referir que não se trata de um estudo inédito, mas uma tentativa de comprovação de pressupostos teóricos e práticos sobre o contributo das demonstrações financeiras no dia-a-dia das empresas, tomando como base a realidade da empresa selecionada para tal, a CMC Accounting & Serviços, Lda, o campo para o nosso estudo.

MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente foi feita uma varredura da literatura que versa sobre a temática em análise a partir de estudos feitos por outros autores, o que se denomina pesquisa bibliográfica. Este momento da pesquisa foi baseada em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. No segundo momento foi analisada a documentação da empresa que versa sobre demonstrações financeiras produzidas pela empresa no período de 2017 a 2019. Esta pesquisa beneficia-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou seja, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectos da pesquisa”. Os documentos analisados foram basicamente os balanços e as demonstrações de resultados produzidos no período em estudo.

Por fim, empregou-se um questionário contendo doze (12) questões agrupadas em cinco (5) seções, que foram aplicadas na PME localizada na Av. Alto Maé, nº 1001, na Cidade de Maputo. Neste sentido, 10 colaboradores participaram do estudo. Destes, um (1) é Responsável do Departamento de Contabilidade e Finanças, quatro (4) são Contabilistas, três (3) são gestores e dois (2) são técnicos, todos afeitos à PME em análise. Na análise dos resultados, foram utilizadas técnicas estatísticas descritivas para facilitar o entendimento na elaboração da análise do estudo. A partir do Excel foi possível construir tabelas e gráficos para facilitar a interpretação.

O presente artigo se baseia no fundamento de que trilhar pelos princípios de gestão eficiente e participativa pode se afigurar como fator de sucesso, criando condições para sustentabilidade e rentabilidade da empresa em estudo, **CMC ACCOUNTING & SERVIÇOS**,

Lda (2017-2019). Deste modo, a empresa estará a profissionalizar e modernizar os seus processos de gestão, de maneira que o seu quadro de pessoal estará adquirindo mais competências técnicas e de gestão, compromisso e comprometimento com a empresa, contribuindo assim para o crescimento econômico e consequente trilhamento para o sucesso. Este artigo visou analisar essencialmente duas (2) variáveis importantes, a destacar: (1) a importância das demonstrações financeiras; e (2) o processo de demanda de decisões acertadas e que garantam a sustentabilidade e continuidade operacional da empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da entrevista/questionário realizado na empresa CMC Accounting & Serviços Lda serão discutidos a seguir. Dos 10 técnicos inquiridos, cerca de 5, correspondentes a 50%, indicaram que o resultado líquido do período, a liquidez e os impostos a pagar ao Estado, são as informações fornecidas pelas demonstrações financeiras, enquanto para 2 dos entrevistados, correspondentes a cerca de 20%, salientaram que as principais informações são a variação da produtividade, as entradas e saídas dos meios de pagamento, além das alterações de caixa. Questionados sobre se consideram que as demonstrações financeiras suprem todas as necessidades de informação, quer por parte da gestão, quer por parte dos stakeholders, os entrevistados responderam de forma divergente, e a tabela a seguir atesta se as demonstrações financeiras suprem ou não, para os inquiridos, as necessidades de informação.

Tabela 1: Demonstrações financeiras às necessidades de informação contabilísticas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Valido	Sim	6	60.0	60.0	60.0
	Não	4	40.0	40.0	100.0
	Razoável	0	0.0	0.0	100.0
	Total	10	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Tendo em conta a interpretação da tabela, percebe-se que dos 10 técnicos entrevistados, cerca de 6, correspondentes a 60% consideram que as demonstrações financeiras suprem todas as necessidades de informação, quer por parte da gestão quer por parte dos stakeholders. Os outros 4, correspondentes a cerca de 40%, defendem que as demonstrações financeiras não suprem

todas necessidades de informação pois, apesar das notas do anexo, existem situações que não são tidas em conta.

Tabela 2: Análise das demonstrações financeiras e os instrumentos do controle

Análise das demonstrações financeiras e os instrumentos de controle de gestão	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido Sim	9	90.0	90.0	90.0
Não	1	10.0	10.0	100.00
Total	10	100.0	100.0	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Tendo em conta os depoimentos dos técnicos entrevistados, a pesquisa apurou que cerca de 9, correspondente a 90%, destacaram que “sim”, o departamento da contabilidade é que tem a responsabilidade de fazer análise das demonstrações financeiras e a flexibilidade e/ou aplicabilidade dos instrumentos do controle em uso na instituição. Por outro lado, outro técnico entrevistado, correspondente a cerca de 10%, destaca que para além do departamento da contabilidade, a direção da empresa tem tido, também, intervenção técnica tanto na análise como na validação ou não dos resultados apresentados pelo departamento da contabilidade.

Neste contexto, questionados sobre a periodicidade usada para a apresentação das demonstrações financeiras pelo departamento da contabilidade, os entrevistados responderam tendo em conta o que a tabela abaixo apresenta sobre a periodicidade na elaboração destes instrumentos de controle financeiro em uso na CMC Accounting & Serviços Lda.

Tabela 3: Periodicidades das Demonstrações Financeiras

	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Válido Mensal	0	0.0	0.0	0.0
Trimestral	1	10.0	10.0	10.0
Semestral	1	10.0	10.0	20.0
Anual	8	80.0	80.0	100.0
Outros	1	6.7	6.7	100.0
Total	10	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Tendo em conta a análise feita nas respostas dadas pelos nossos entrevistados, cerca de 8 entrevistados, correspondentes a cerca de 80%, acreditam que a análise financeira é realizada anualmente. Um dos entrevistados, correspondente a 10%, realçou que a análise é feita

trimestralmente, enquanto o outro, também correspondente a 10%, destacou que a análise é feita semestralmente. Nestes moldes, Rosa (2013) realça que os dados referentes à periodicidade de apresentações das análises esclarecem que algumas entidades utilizam este procedimento em mais de um período e que todas as entidades apresentam os resultados do processo em questão aos gestores.

Portanto, todas as empresas fazem a análise das demonstrações financeiras, apesar de o fazer de acordo com os planos internos previamente estabelecidos. Contudo, em Moçambique, a maior parte das empresas fazem a análise das demonstrações financeiras anualmente. Os técnicos da CMC Accounting & Serviços Lda foram indagados sobre se utilizam algum indicador econômico para atualizar as demonstrações financeiras antes de calcular os indicadores financeiros, e as respostas para esta indagação foram discrepantes, tal como se observa na tabela que se segue.

Tabela 4: Indicadores econômicos para atualização das demonstrações financeiras

		Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Válido	Sim	8	80.0	80.0	80
	Não	2	20.0	20.0	100.0
	Total	19	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Tendo em conta os depoimentos, denota-se que cerca de 80% dos entrevistados destacaram que a CMC Accounting & Serviços Lda não utilizava qualquer indicador para atualizar as suas demonstrações financeiras antes das respectivas análises, enquanto os restantes entrevistados, correspondentes acerca de 20%, garantem que por vezes CMC Accounting & Serviços Lda utiliza alguns indicadores.

Para estes últimos entrevistados, a empresa usa por vezes o indicador de rentabilidade, pois consideram uma métrica que mede o retorno financeiro dos investimentos feitos na empresa CMC Accounting & Serviços Lda. O uso deste indicador visa analisar a presença ou ausência de lucro. Ademais, questionados os funcionários sobre as técnicas utilizadas pela CMC Accounting & Serviços Lda para a análise das demonstrações financeiras, os entrevistados tiveram respostas divergentes, e a tabela que se segue denuncia as principais técnicas usadas no setor da contabilidade para fazer os relatórios das demonstrações financeiras.

Tabela 5: Técnicas usadas pela CMC Accounting & Serviços Lda para analisar as suas demonstrações financeiras.

			Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Análise econômico-Financeira		7	70.0	70.0	70.0
	Análise Horizontal		2	20.0	20.0	20.0
	Análise Vertical		1	10.0	10.0	10.0
	Total		10	100.0	100.0	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Tendo em conta os resultados apresentados na tabela acima, dos 10 entrevistados que fizeram parte desta pesquisa, cerca de 7 técnicos, correspondentes a 70%, destacaram que a CMC Accounting & Serviços Lda usa as demonstrações financeiras na análise econômico-financeira, enquanto 2 dos entrevistados, correspondente a cerca de 20%, destacam que a empresa usa também a análise horizontal, enquanto 1 dos entrevistados, correspondente a 10%, destacou que a CMC Accounting & Serviços Lda usava também a análise vertical. Portanto, tendo em conta o uso de indicador de rentabilidade, a CMC Accounting & Serviços Lda usa a análise horizontal para analisar se os valores das demonstrações financeiras cresceram ou diminuíram em comparação com períodos anteriores, ou seja, a consolidação desta análise permite verificar tanto a situação do patrimônio da empresa, quanto seu desempenho financeiro, permitindo assim uma ideia da tendência futura.

E não só, questionados sobre quais os pontos cuja análise considera ser mais importante para a compreensão da posição econômico-financeira da CMC Accounting & Serviços Lda, todos os entrevistados foram unânimes em destacar que o resultado líquido do período e os aspectos operacionais, além da liquidez e a solvabilidade, bem como o endividamento e a rentabilidade, eram os pontos mais importantes para compreender a posição econômico-financeira da entidade. Para os restantes todos os pontos eram considerados importantes para a sobrevivência da organização.

Deste modo, esta situação é consistente com Rosa (2013), que em seu estudo apresentou conclusões semelhantes aos depoimentos dos entrevistados no parágrafo acima, pois o resultado do período em análise no estudo destaca a solvência e a liquidez, que foram os pontos considerados como importantes na análise das demonstrações financeiras.

Tabela 6: Metodologias usadas pela CMC Accounting & Serviços Lda no processo de tomada de decisões

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido Crescimento nas Vendas	1	10.0	10.0	10.0
Análise Horizontal	2	20.0	20.0	20.0
Análise Vertical	1	10.0	10.0	10.0
Análise por indicadores	6	60.0	60.0	60.0
Outros	0	0.0	0.0	0.0
Total	10	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Como se pode depreender e, em conformidade com as respostas dadas pelos entrevistados, os dados da pesquisa lastrearam a análise por indicadores como meio para a tomada de decisão, uma vez que a metodologia foi apontada por cerca de 6 colaboradores, correspondentes a cerca de 60% do total dos entrevistados. Ademais, dos 10 entrevistados 2 destes, correspondentes a cerca de 20%, destacaram que no processo de tomada de decisões a empresa usa também a análise horizontal como metodologia, e 10% dos entrevistados garantem que a empresa tem usado a análise vertical, assim como o crescimento das vendas.

Deste modo, a CMC Accounting & Serviços Lda faz-se valer pelo uso dos diferentes indicadores para avaliar a situação da empresa e, por conseguinte, chegar a um nível de conhecimento da realidade de empresa que permite fazer ilações mais acertadas e ajustadas às necessidades e prioridades da empresa. A tabela que se segue destaca as opções dos colaboradores na escolha e/ou seleção dos indicadores mais usadas pela empresa.

Tabela 7: Indicadores usados pela CMC Accounting & Serviços Lda no processo decisório

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido Margem bruta	2	20.0	20.0	20.0
Ponto de críticos	0	0.0	0.0	00.0
Liquidez	2	20.0	20.0	20.0
Endividamento	2	20.0	20.0	20.0
Rentabilidade das vendas	4	40.0	40.0	40.0
Total	10	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Tendo em conta a leitura dos dados acima apresentados, a pesquisa destaca que entre os diversos indicadores, CMC Accounting & Serviços Lda utiliza a indicação da margem bruta, e que tendo sido indicado este em cerca de 20%, segue o indicador da liquidez, cifrado em cerca de 20%. O indicador de endividamento também está em cerca de 20%, sendo que a maior percentagem vai para a rentabilidade das vendas, indicada em cerca de 40% no que diz respeito ao seu contributo para o processo de tomada de decisões. Ademais, questionados sobre se o gestor recorre às demonstrações financeiras em busca de informações que possam facilitar o processo decisório, todos os entrevistados foram unânimes em destacar que sim, há uma forte interdependência entre as demonstrações financeiras e as decisões tomadas no fórum diretivo, e normalmente, os planos de atuação da empresa, as políticas de marketing e de investimentos para o ano posterior dependem profundamente de uma análise das demonstrações financeiras, constituindo-se, deste modo, como espinhal dorsal das decisões da empresa.

E não só, os entrevistados foram questionados sobre os principais indicadores utilizados pela entidade para tomar as suas decisões, quer de investimento quer de financiamento, e os mesmos destacaram, de forma unânime, que CMC Accounting & Serviços Lda efetua regularmente um estudo de viabilidade econômica. Ademais, a empresa tem extraído o valor acrescentado líquido; o retorno sobre investimento e a taxa interna de rentabilidade visando obter melhores informações que possam auxiliar na tomada de decisões estratégicas.

No geral, os inquiridos da CMC Accounting & Serviços Lda reconheciam maior nível de utilidade das informações das demonstrações financeiras, principalmente para o processo de tomada de decisões. Tendo em conta a informação obtida na instituição, evidencia-se um grande uso dos documentos e das informações financeiras de modo mais abrangente e apresentando a maior rentabilidade, tanto das vendas como dos capitais. Ao nosso ver, a partir da observação aqui feita, poder-se afirmar que o nível de utilização da informação contida nas demonstrações financeiras tem, eventualmente, alguma relação com a rentabilidade das entidades no estudo em apreço. Contudo, parece poder-se afirmar, ainda, que existem fatores intrínsecos que afetam quer a utilidade das demonstrações financeiras, quer a rentabilidade da empresa, sendo que para fundamentar esta questão deve-se investigar de modo profundo todas as informações sejam elas financeiras ou não.

Tabela 8: Análise Vertical dos Balanços Sucessivos da CMC Accounting & Serviços, Lda

CONTAS	NOTAS	2019	AV %	2018	AV %	2017	AV %
ATIVOS							
Ativos não Correntes							
Ativos Tangíveis		67046,62	3,51	99731,30	3,11	87357,30	7,57
Ativos Correntes							

Inventários		490000,00	25,65	609300,30	19,01	500450,00	43,38
Clientes		895830,06	46,90	1869931,53	58,35	140587,45	12,19
Outros Ativos Correntes		450000,00	23,56	131268,86	4,10	175000,00	15,17
Caixa e Bancos		7327,68	0,38	494423,73	15,43	250254,25	21,69
Total dos Ativos		1910204,36	100,00	3204655,72	100,00	1153649,00	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Com base na análise vertical feita, sobre as demonstrações financeiras da empresa em estudo, neste caso o balanço patrimonial, foi possível verificar que em 2017 o ativo corrente compreendia a 92,43% do total, e em 2018 houve aumento do ativo corrente para 96,89, o que significa que houve crescimento das dívidas a receber numa cifra de 58,35% e no ano 2019 houve redução do ativo corrente em 96,49, resultando numa diminuição de rubrica de disponibilidade para uma cifra de 0,38%, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 9: Análise Horizontal dos Balanços Sucessivos da CMC Accounting & Serviços, Lda

CONTAS	NOTAS	2019	AH %	2018	AH %	2017
ATIVOS						
Ativos não Correntes						
Ativos Tangíveis		67046,62	-33,00	99731,30	23,00	87357,30
Ativos Correntes						
Inventários		490000,00	-19,58	609300,30	-2,09	500450,00
Clientes		895830,06	-52,09	1869931,53	537,20	140587,45
Outros Ativos Correntes		450000,00	242,81	131268,86	157,14	175000,00
Caixa e Bancos		7327,68	-98,52	494423,73	-97,07	250254,25
Total dos Ativos		1910204,36	-40,39	3204655,72	65,58	1153649,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

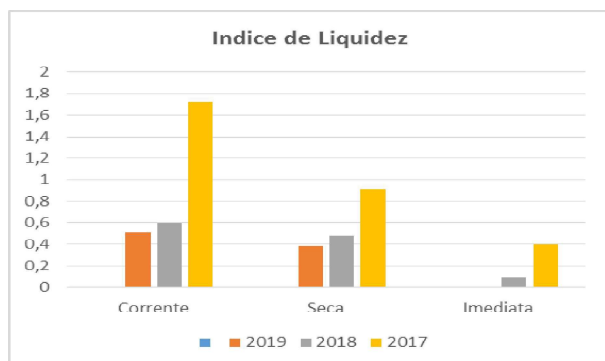
A análise horizontal feita evidencia-se na estrutura do ativo, verificando uma redução no ano 2018 para 40,39%, quando comparando com o ano base de 2019. Esta redução foi influenciada nas rubricas de ativo não corrente, bem como no ativo corrente nas rubricas de disponibilidade, clientes e inventários, numa cifra de 98,52%, 52,09 e 19,58 respectivamente.

Análise de Índices de Liquidez

Representa quanto a empresa possui no Ativo Corrente e Realizável a Longo Prazo, para cada 1,00Mt de dívida total. Quanto maior for à liquidez geral, melhor é para a empresa. Na

visão de Hoji (2010), esse índice representa a capacidade que a empresa tem em pagar suas dívidas a longo prazo. Se o resultado do índice for superior a 1,00Mt, significa que ela possui bens e direitos suficientes para liquidar seus compromissos financeiros. Porém, se der menor do que 1,00Mt a empresa apresenta problemas financeiros no curto prazo.

Gráfico 1: Índice de Liquidez Tabela 10:Índice de Liquidez



Fonte:

Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Liquidez	2019	2018	2017
Corrente	0,51	0,6	1,72
Seca	0,38	0,48	0,91
Imediata	0,002	0,09	0,4

✓ Índice de Liquidez geral ou corrente

Assim, a empresa em análise apresenta índices de liquidez geral ou corrente menor que 1,00Mt, sendo 0,60 para o ano 2018, e 0,51 para o ano 2019, o que mostra que em termos de capacidade que a empresa tem para pagar suas dívidas a longo prazo foi insuficiente para os dois anos. E no ano 2017 a empresa teve um índice de 1,72, o que significa que esta mostrou um equilíbrio financeiro considerável, com 0,72 acima do aceitável.

✓ Índice de Liquidez Seca

Compreende a realidade de uma empresa quando esta é possuidora de Ativo Líquido para cada 1,00Mt de Passivo Corrente (dívidas a curto prazo). Quanto maior for o índice de liquidez seca, melhor é para a empresa. Conforme Begalli e Prez Jr (2009), O Índice da Liquidez Seca é derivado da Liquidez Corrente, e demonstra a capacidade que a empresa tem de pagar suas dívidas a curto prazo, mesmo que esta não consiga vender seus estoques. No caso, se o quociente for 2.00Mt de direitos para cada 1,00Mt de obrigações, significa que mesmo sem vender seus estoques a empresa consegue cumprir com suas obrigações de curto prazo. O resultado encontrado através do Índice de Liquidez Seca indica que a empresa em estudo não tem a capacidade de cumprir com as suas obrigações de curto prazo, visto que tem o índice de liquidez seca menor que 2,00Mt tanto em 2017, como 2018 e 2019.

✓ Índice de Liquidez Imediata

Compreende a empresa que possui Ativo Líquido para cada 1,00Mt de Passivo Corrente (dívidas a curto prazo). Quanto maior for o índice de liquidez imediata, melhor é para a empresa. De acordo com Fernandes et al (2016, p. 113), “liquidez imediato reflete apenas o valor imediatamente disponível para fazer face ao passivo corrente, pelo que representa o grau de cobertura dos passivos de curto prazo por meios financeiros líquidos”, ou seja, depósitos.

O resultado encontrado através do Índice de Liquidez Imediata indica que a empresa em estudo não têm a capacidade de cumprir com as suas obrigações de curto prazo através de disponibilidade, visto que tem o índice de liquidez imediata menor que 1,00Mt tanto em 2017, como em 2018 e 2019. Daí conclui-se que a situação financeira da empresa não é boa, isso porque a mesma não consegue cumprir com todos os compromissos financeiros de curto prazo.

Análise de Índices de Atividade ou funcionamento

Gráfico 2: Índice de Atividade

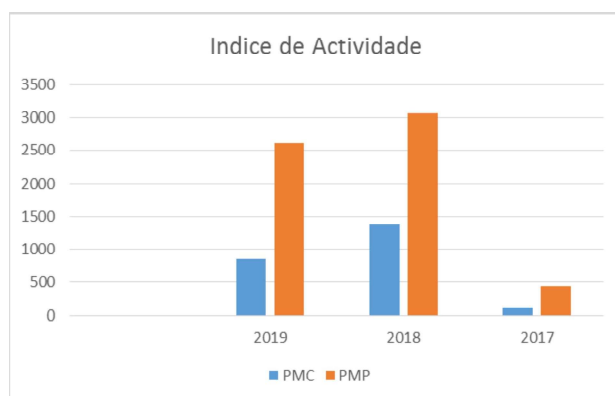


Tabela 11: Índice de Atividade

Atividade	2019	2018	2017
PMC	850	1385	133
PMP	2610	3062	447

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

O prazo médio de recebimentos, conforme ilustra a tabela acima, demonstra que em 2017 a empresa teve uma boa política de cobrança de dívidas de clientes, mas em 2018 e 2019, não dispôs de mesma performance, o que resultou nos dados apresentados. A empresa levou 447 dias em 2017, diferindo dos 3062 dias em 2018 e 2610 dias em 2019 para pagar os seus fornecedores, indicando que a empresa não está conseguindo honrar com os seus compromissos a curto prazo, num período de um ano, fazendo pagamentos de curto prazo acima de 365 dias, que é prejudicial na relação entre a empresa e o fornecedor devido ao tempo que esta fica sem pagar as dívidas.

Análise de Índices de Endividamento

Os índices de endividamento avaliam a percentagem dos recursos fornecidos pelos credores, neste caso para 2018 e 2019, o índice é de 1,61 e 1,86 respectivamente. A empresa

possui um nível de endividamento acima de 100%, o que mostra que a empresa está totalmente dependente de financiamento de capitais alheios, e tem um passivo superior ao ativo, o que não é saudável para a empresa. Em 2017 a empresa não dependia do financiamento externo para pagar as dívidas, porque o nível de endividamento é de 0,54, sendo o passivo é menor que o Ativo, conforme em anexo no gráfico nº 03 e na tabela nº 14.

A solvabilidade total traduz o risco que os credores de uma organização incorrem, através da comparação dos níveis de capital próprio investidos pelos sócios ou acionistas com os níveis de capitais próprios alheios, aplicados pelos credores. No caso da empresa em estudo, os índices de Solvabilidade total nos dois anos, 2018 e 2019, são de - 0,38 e - 0,46 respectivamente, o que significa que a empresa não se encontra numa situação financeira estável, mas em condição vulnerável. O que significa que o valor do capital próprio não é suficiente para cobrir o valor do passivo, conforme o gráfico e a tabela nº 03.

O rácio de autonomia financeira traduz a percentagem do ativo que está a ser financiada pelos capitais próprios da entidade. No caso da empresa, o rácio de autonomia financeira dos dois anos 2018 e 2019, tiveram uma autonomia financeira negativa porque os capitais próprios apresentam uma situação negativa, apenas em 2017 a empresa conseguiu cumprir com os seus compromissos de liquidação.

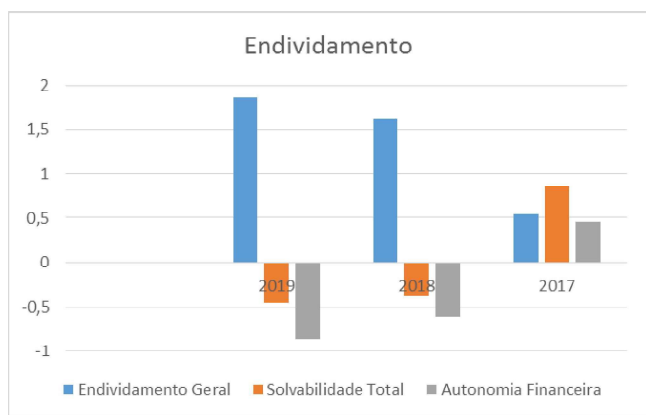


Gráfico 3: Índice de Endividamento

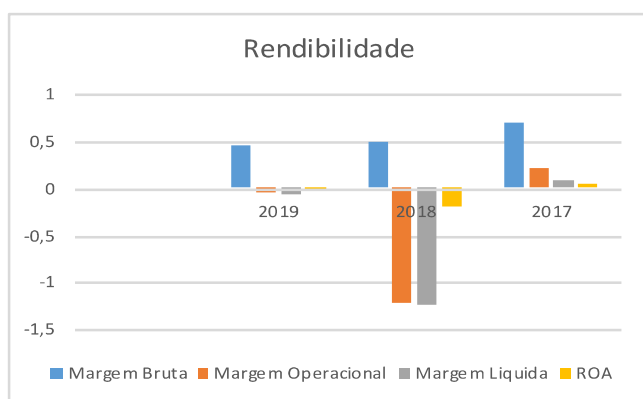
Endividamento	2019	2018	2017
Endividamento Geral	1,86	1,62	0,54
Solvabilidade Total	-0,46	-0,38	0,86
Autonomia Financeira	-0,86	-0,61	0,46

Tabela 12: Índice de Endividamento

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Análise de Índices de Rentabilidade

A margem de contribuição bruta decresceu de 2018 a 2019. Neste ano houve elevados custos das vendas, influenciando negativamente o lucro bruto, e conseqüentemente a margem bruta. Devido ao aumento das despesas operacionais, verificou-se uma queda do ano de 2018 para 2019, em termos do lucro operacional, o que influenciou muito a margem líquida, que também teve o mesmo comportamento, conforme é representado no gráfico e tabela a seguir:

Tabela 13: Índice de Rentabilidade

Rentabilidade	2019	2018	2017
Margem Bruta	0,45	0,48	0,69
Margem Operacional	-0,06	-1,23	0,2
Margem Líquida	-0,08	-1,24	0,07
ROA	-0,02	-0,2	0,05

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de pesquisa

Através da análise dos dados da Tabela e o Gráfico acima, é possível perceber a diminuição dos valores do ativo total e do lucro líquido de um ano para outro. Esse índice, de acordo com Matarazzo (2010, p. 113), “indica: quanto à empresa obtém de lucro para cada 1,00 de investimento total”, portanto, a empresa obteve retorno de - 0,02 a cada 1,00 investidos e - 0,2 em 2018 e 2019, respectivamente. Logo, o retorno sobre o ativo da empresa é preocupante por serem valores negativos em ambos os anos. Através dessa análise pode-se verificar que será necessário melhorar as políticas de gestão para os próximos anos, para que a empresa possa melhorar a sua situação financeira e desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as demonstrações financeiras são documentos ou relatórios contábilísticos que surgem através da conjugação de todas as operações financeiras, realizadas numa entidade durante um determinado período econômico, que ajudam aos utilizadores na tomada de decisões e avaliar a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade. Os resultados permitiram verificar que as principais demonstrações financeiras que são utilizadas na CMC Accounting & Serviços, Lda, no processo de tomada de decisão, são: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados. Observou-se que uma das grandes importâncias da análise das demonstrações financeiras é conhecer a situação econômica e financeira, tais como capacidade de honrar seus compromissos, características de suas obrigações, grau de endividamento, prazos referentes aos pagamentos de compras e recebimentos de vendas, lucratividade da empresa, e o retorno dos investimentos por parte dos proprietários e da empresa que auxiliem na tomada de decisão mais precisas pelos stakeholders.

O estudo permitiu constatar que a análise dos indicadores financeiros de uma entidade pode contribuir com as decisões de seus múltiplos usuários. Estes, pessoas de natureza física

e/ou jurídica, como os acionistas, investidores, financiadores, os gestores, os fornecedores, os clientes, os trabalhadores e o governo e seus departamentos, possuem necessidades diversas e buscam parâmetros adequados para direcionar suas decisões. Para isso, as empresas precisam adotar indicadores que permitam interpretar os resultados de forma objetiva, de maneira a auxiliar na formação de opinião pública, tanto interna como externa à entidade. Porém, ressaltam que não é mais adequada a utilização de medidas financeiras tradicionais de mensuração e de avaliação de desempenho, citando, dentre outros exemplos de restrições mais evidentes, o foco quantitativo e centrado na realidade passada, e a tentativa de projeções do passado para o futuro.

Esta análise feita sobre as demonstrações financeiras da CMC Accounting & Serviços, Lda, permitiu concluir que muitas empresas não fazem o uso da informação financeira para a tomada de decisão, porque não apresenta o cálculo e análise de índices económicos e financeiros. Na análise dos dados foram calculados os índices económicos e financeiros através das Demonstrações Financeiras da Empresa CMC Accounting & Serviços, Lda. Esta empresa não conseguiu obter um bom desempenho durante os anos em análise. Entendendo-se que se trata da primeira análise feita das suas atividades, espera que a empresa faça uso dessa informação obtida através da análise financeira feita, para tomar decisões em cada ano, de forma a melhorar o seu desempenho. Por fim, relativamente as hipóteses consideradas para este trabalho, e tendo em conta as conclusões acima apresentadas, a pesquisa concluiu que a hipótese 0 é válida e a hipótese 1 é inválida, ou seja, o estudo considera que *“As Demonstrações financeiras contribuem no processo de tomada de decisão na Empresa CMC Accounting & Serviços, Lda”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; MORGADO, Azevedo. **As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade**. Lisboa: Áreas Editora, 2007, 2ª Edição.

BRIGHAN, Eugene; WESTON, Jhon Francis. **Fundamentos da Administração Financeira**. São Paulo: MAKRON Books do Brasil Editora Lda, Brasil, 2000, 10ª edição.

DA COSTA, Carlos Baptista; ALVES, Gabriel Correia. **Contabilidade Financeira**. Lisboa: Rei dos livros, 2021, 10ª Edição.

FERNANDES, Carla; PINGUINHO, Cristina; VIEIRA, Elisabeth; NEIVA, Joaquim. **Análise Financeira-Teoria e Prática**. Lisboa: Edições Silabos, 2016.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração financeira**. São Paulo: PEARSON Education, 2004, 6ª Edição.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração financeira**. São Paulo: PEARSON Education, 2008, 10ª Edição.

- GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração financeira**. São Paulo: PEARSON Education, 2010, 12ª Edição.
- LOPES, Ilídio Tomás. **Contabilidade Financeira: Preparação das demonstrações financeiras, sua divulgação e análise**. Lisboa: Editora Escolar, 2017.
- CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade & Finanças “Para não especialistas”**. São Paulo: PEARSON, 2010, 3ª Edição.
- MATARAZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de Gestão: Um enfoque de sistema de informação contabilística**. São Paulo: Atlas, 2008.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de Gestão: Um enfoque de sistema de informação contabilística**. São Paulo: Atlas, 2009.
- RAMOS, Diego de Abreu Couto. **A Importâncias da análise financeira na tomada de decisão estratégica da empresa – Dissertação do mestrado, Business & Economics School: Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2019.**
- ROSA, Sérgio. **A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Activo Fixo Tangível – Tese de Doutoramento em Economia: Universidade Autónoma de Lisboa, 2013.**
- SANTOS, Ana Lúcia Feliciano. **A importância da informação contabilística para a gestão das microempresas portuguesas – Dissertação do Mestrado: Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Lisboa, 2015.**
- SERRA, Fernando Ribeiro; FERREIRA, Manuel Portugal; SANTOS, João carvalho. **Ser empreendedor**. Lisboa: Edições Sílabo, 2010, 2ª Edição.
- SERRASQUEIRO, Zélia Silva; NUNES, Lucília. **A informação contabilística na tomada de decisão dos empresários/gestores estudo sobre pequenas empresas, Portugal, 2004.**
- SILVA, Fernando; Matos, André. **Técnicas de Organização Empresarial**. Lisboa: Texto Editora, 2008.
- MOSCARDINI, Elaine Cristina Prado; GALVÃO, Lucas Junior. **Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Ed: Atlas, 2010.
- SOUZA, Márcio; SILVA George Agostinho. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. São Paulo: Ed: Atlas, 2011.
- SOLINO, António Silva, El- AOUAR, Walid Abbas. **O processo de tomada de decisões estratégicas: entre a intuição e a racionalidade. Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo: Ensaio: Caderno de Pesquisas em Administração, 2001.

Recebido em: 15/03/2022

Aprovado em: 12/12/2022



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

Alfredo Bacia Dumbo
João Sicato Kandjo
Waldmar Cahila

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

TRANSAÇÃO COMERCIAL ENTRE ANGOLA E AS MAIORES ECONOMIAS DA SADC: UMA APLICAÇÃO DO MODELO GRAVITACIONAL

**TRADE TRANSACTION BETWEEN ANGOLA AND THE
LARGEST ECONOMIES OF SADC: AN APPLICATION OF
THE GRAVITATIONAL MODEL**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal aplicar o modelo gravitacional, para verificar como o fluxo populacional pode explicar as importações e exportações entre Angola e os países da SADC, com vista a elaboração de uma estratégia de mitigação e subsequente aumento do comércio com os países que apresentarem maior fluxo. As principais fontes de dados utilizada na pesquisa foram o relatório da SADC Selected Economic and Social Indicators (2019) e a Balança Comercial Angolana de 2020, do Ministério das Finanças (MINFIN) que informa anualmente por meio do Portal da Administração Geral Tributária (AGT) o valor aduaneiro em dólar. Os resultados mostram que Angola tem maior fluxo com RDC, quando se tem como fator de atratividade a população economicamente ativa. Por outro lado, Angola tem maior fluxo com a África do Sul, quando o fator de atratividade é o PIB.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo Gravitacional; Transação Comercial; Fluxo.

ABSTRACT: This article aims to apply the gravity model, for verifying how the population flow of the imports and exports between Angola and countries of SADC, to elaborate mitigation's strategy and commerce with countries that have major flow increase subsequent. The mains sources of data used in this research was the report of SADC Selected Economic and Social Indicators (2019) and the Angolan Commerce Balanced of 2020, of Ministry of Finances (MINFI), that reports annually through the portal of General Administration Taxation (AGT) the customs value in dollar. The results showed that Angola has major flow with RDC, when it's considered as factor of attractive a economically active population. In other hand, Angola has major flow with South Africa, when the factor of attractive is GDP.

KEY WORDS: Gravity Model; Commercial Transaction; Flow.

TRANSAÇÃO COMERCIAL ENTRE ANGOLA E AS MAIORES ECONOMIAS DA SADC: UMA APLICAÇÃO DO MODELO GRAVITACIONAL

ALFREDO BACIA DUMBO¹
JOÃO SICATO KANDJO²
WALDMAR CAHILA³

INTRODUÇÃO

Depois de maior parte do continente africano ganhar as suas independências, para minimizar a questão da pobreza, da miséria, da fome e das construções de infraestruturas africanas criou-se os organismos regionais. Estes problemas, embora minimizados, continuam até hoje. Daí a extrema importância do presente trabalho. Uma vez que se começou a alcançar as independências verificou-se fortemente uma globalização que obrigou os países africanos a se definirem e se posicionarem no mercado internacional. Foi neste contexto que tiveram de se fazer opções que levou a tomar a decisão da criação de um organismo principal, a OUA (Organização da Unidade Africana) que em 2002 se transformou em UA (União Africana). Para dar passos sucessivos, este organismo se subdividiu em outros menores, mais práticos e regionais, dentre os quais se destaca a SADCC/SADC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral/Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) fundada em 1980 (SADCC)/ 1992 (SADC), e Angola é um dos países da linha da frente, cujos objetivos eram acabar com os conflitos que se passava na África do Sul, Namíbia e Zimbabué (*apartheid*, sistema de segregação racial) e alavancar a economia da região (KANDJO, 2020).

A elaboração de qualquer modelo visa fundamentalmente a descrição de uma realidade seja qual for a sua essência, problema que acarreta ou localização. O espaço tem se tornado um elemento-chave na descrição e solução de alguns dos principais problemas econômicos. Por esta peculiar relevância que vem ganhando e que se fortifica dentro de uma Economia Regional, é sempre um desafio para pesquisadores da ciência econômica, o uso de modelos e indicadores relacionados ao espaço como ferramenta de análise e possível solução de problemas afins. Dentinho (2010) declara, que os modelos gravitacionais servem para descrever e prever os fluxos de pessoas, de bens e de informação ao longo do espaço. Por outro lado, Alves (s.d) considera que as relações inter-regionais só se fazem entre as massas, que constituem o campo de

¹ Pós-Graduado em Análise Matemática e Licenciado em Ensino de Matemática pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo – ISCED-Huambo. Angola. Graduando em Economia pela Universidade José Eduardo dos Santos. Huambo - Angola - baciaalfredo@gmail.com

² Mestre em Ensino da História da África, pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente. Huambo – Angola. [sikatokandjo10@gmail.com](mailto:sicatokandjo10@gmail.com)

³ Mestre em Ensino da História da África, pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo – ISCED - Huambo. Angola. waldmar69@gmail.com

delimitação de todas as relações de tipo econômico, social, político ou outro, uma vez respeitando determinado número de hipóteses.

Numa visão holística da realidade econômica de Angola e tendo em conta as características do comércio internacional no passado recente, é possível notar um elevado nível de trocas entre o país citado e outros como Portugal e China (INE, 2020), que se encontram separados espacialmente por uma distância considerável. Vários autores, com maior realce Krugman et al (2015), fazem abordagem do comércio Internacional usando o modelo gravitacional. Por esta razão, o presente artigo visa refletir na seguinte pergunta: porque é que as relações comerciais entre Angola e o bloco econômico (SADC) são relativamente mais baixas em comparação a Portugal e China? Assim, no subsequente artigo de investigação trata de usar o modelo gravitacional, no fluxo populacional entre Angola e os demais países da SADC, com vista a elaborar uma estratégia de mitigação e subsequente aumento do comércio com os países de maior fluxo. Um objetivo ambicioso e desafiador que passa pela descrição detalhada dos elementos chave do modelo gravitacional, identificação da população ativa (PA), o PIB (Produto Interno Bruto) e a distância entre estes, e por conseguinte, o cálculo do Fluxo entre os países.

FUNDAMENTAÇÃO

Deste então, pode-se afirmar que as relações internacionais fundamentam sua interação em base a fins econômicos, os países subscrevem tratados comerciais através dos quais estabelecerão condições para favorecer o intercâmbio de bens, serviços e ativos financeiros, com o objetivo de garantir o bem-estar comum e ampliar a integração econômica. Deste modo, estas atividades impulsionam o comércio internacional por meio das exportações, conhecidas como a produção nacional que se comercializa no estrangeiro, na qual também inclui o mercado de tecnologia, capital e força de trabalho. De igual sentido, as importações também jogam um papel importante, já que os governos adquirem produtos e matéria prima no exterior para distribuí-los nos seus territórios e impulsionar a produção local.

O modelo gravitacional, como ferramental econométrico e devido aos bons resultados empíricos que fornece, começou a ser utilizado a partir da década de 1960 e, desde então, tem sido amplamente usado, pelos estudiosos do tema, no estudo dos fluxos de comércio entre os países (NASCIMENTO; JÚNIOR, 2013). Mas, em sede de Economia Regional existe desde o século XIX, como atesta Dentinho (2010): a adoção de modelos gravitacionais na análise de interações espaciais existe desde há muito com Carey (1858), Reilley (1931), Zipf (1946), Stewart (1948), Casey (1955), Carrothers (1956) e Schneider (1959).

São instrumentos analíticos muito usados em planejamento, geografia e ciência regional (WILSON, 1967, 1974; ISARD, 1975; MCFADDEN, 1978; ANDERSON, 1979; HAYNES; FOTHERINGHAN, 1984; FOTHERINGHAN, O'KELLY, 1989; LOWE; SEN, 1996; MIKKONEN; LUOMA, 1999), em transportes (HYMAN, 1969; EVANS, 1971; 1976; ERLANDER; STEWART, 1999), em demografia (PLANE, 1984; FOOT; MILNE, 1984), comércio e marketing (BERGSTRAND, 1985; DEARDORFF, 1998; HUFF, 1964; HUFF; RUST, 1984). De acordo com Nascimento e Júnior (2013), o modelo é também uma forte ferramenta na área de previsões de fluxos comerciais (importações e exportações), além de conseguir mensurar os efeitos dos acordos preferenciais sobre os fluxos internacionais de comércio. A hipótese básica dos modelos gravitacionais, de acordo com Dentinho (2010), é que a interação espacial (T_{ij}) entre duas entidades está diretamente relacionada com os atributos da origem (A_i) e do destino (B_j), e indiretamente relacionada com a distância que as separa $F_{(cij)}$. $T_{ij} = A_{(i)} B_{(j)} F_{(cij)}$.

Por outro lado, existe uma grande variedade de funções de distância, ou taxas de desconto do espaço, como indica Walter Isard (1975b) *apud* (Dentinho, 2010). Demonstra-se, contudo, Crowther e Echenique (1969), citado por Dentinho (2010), que a maior parte destas funções de atrito pertencem à mesma família, cuja fórmula geral pode ser adaptada conforme o valor dos parâmetros (α , β , θ):

$$F_{(cij)} = C_{ij}^{\alpha} \exp(-\beta c_{ij}^{\theta})$$

Uma das formulações mais elementares do modelo gravitacional é dada pela fórmula de acordo com a qual os fluxos de pessoas entre zonas urbanas é diretamente proporcional ao produto das populações ($P_i P_j$) entre essas zonas, e inversamente proporcional ao quadrado da distância que as separa (c_{ij}). Neste caso, a fórmula acima é adaptada com $\beta=0$ e $\alpha=-2$, resultando em:

$$T_{ij} = k [P_{(i)} P_{(j)} / C_{ij}^2]$$

De acordo com Souza (1981), os modelos gravitacionais - desenvolveram-se em estudos relacionados com os transportes e problemas urbanos (distribuição da população, fluxos de tráfego). O modelo básico consiste em supor que os fluxos entre dois pontos são diretamente proporcionais à população de cada centro, e inversamente proporcionais à distância entre eles, ou seja:

$$T_{ij} = k \frac{P_i P_j}{d_{ij}^a}$$

Onde: k é um parâmetro e a é a elasticidade de transação e varia de acordo com o bem considerado. A variável população P de cada centro (i e j) pode ser substituída, com vantagens, por variáveis econômicas de comportamento como renda, emprego, custo, importações,

exportações, etc. A equação de gravidade pode ser entendida como um tipo de representação mão-curta das forças da oferta e da demanda. Se o país i é de origem, então P_i representa o valor total que está disposto a oferecer aos seus clientes. De modo análogo P_j representa o valor total destinado que j procura. A distância atua como um tipo de imposto “peso”, impondo os custos no comércio, e resultando assim num equilíbrio mais reduzido do fluxo comercial (HEAD, 2003). No modelo o único parâmetro a calibrar é o de escala (k). Se colocarmos numa folha de Excel a matriz das distâncias e as populações por zona, podemos calcular T_{ij} para vários valores de k . Usando o «Solver» do Excel, o valor de k pode ser calibrado.

METODOLOGIA

O presente artigo tem uma abordagem quantitativa, sendo caracterizado como exploratório. Os dados da população ativa e da distância entre os países da SADC para o cálculo do fluxo foram coletados da *ASYB - African Statistical Yearbook – 2019* e do *Google Maps*, respectivamente. Quanto aos dados do PIB foram coletados da *SADC selected Economic and Social Indicators – 2019*, relatório que providencia dados em série e uma breve análise direccional das maiores economias, bem como das características sociais e sectorial da região da SADC para o ano de 2019, baseado no PIB, comércio, indicadores demográficos e sectorial para o período de 2009 – 2019. Segundo Chinganya *et al.* (2019), citado por África (2019), a ASYB foi produzido pelo Banco de Desenvolvimento Africano, Comissão da União Africana, e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para África. É resultante de uma colaboração saudável que existe entre as três organizações pan-africanas dentro do campo da estatística.

Esta colaboração sinérgica tem dois principais benefícios: (1) minimiza o risco de informação inconsistente ser produzido por três organizações e (2) reduz a peso do relatório dos estados membros, que de maneira contrária seriam obrigados a enviar os dados para cada instituição separadamente. Para Souza (1981), os modelos gravitacionais desenvolveram-se em estudos relacionados com os transportes e problemas urbanos (distribuição da população, fluxos de tráfico). Sendo assim, numa primeira fase procurou-se utilizar a população ativa como o fator de atração no cálculo do fluxo comercial entre os países da SADC, uma vez que esta franja da população, no entender de África (2019) engloba todas as pessoas empregadas e desempregadas (incluindo aqueles que procuram emprego pela primeira vez), ou seja, os trabalhadores, pessoas que trabalham por conta própria, trabalhadores salariais, os assalariados, trabalhadoras domésticas que não são pagas, familiares das cooperativas produtoras e os membros das forças armadas.

Um mercado é constituído por um grupo de compradores e vendedores, que carregam entre si uma característica em comum: a capacidade econômica, seja ela de poder adquirir os bens e serviços ou simplesmente disponibilizar, aprovisionar e transformar estes para poder oferecê-los, assim faz sentido olhar a população ativa como um fator de atração para o fluxo de comércio, por outra instância este grupo contribui diretamente para a produção agregada da economia explicada pelo PIB, tanto que de forma complementar é fundamental trazer nesta abordagem o peso agregado pelo PIB como factor de atração entre as economias da SADC, sendo um dado indispensável para a análise da descrição dos fluxos comerciais. Como atesta Keugman et al (2015), o tamanho das economias dita a relação comercial entre estados ou blocos regionais, ou seja, o grande fator de atratividade entre duas economias é o seu poderio expresso pelo PIB.

Após a coleta dos dados e a sua organização, foram feitos os cálculos dos fluxos comerciais tendo como os fatores de atratividade a população ativa (PA), bem como o PIB, os quais serão detalhados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tabela 1 mostra a população ativa (PA) ou a força de trabalho dos países da SADC e o PIB, variáveis que serão utilizadas para o cálculo do fluxo; uma nota importante é que na mesma fonte não está disponível os dados referentes à PA de Seychelles:

País	População Activa ('000)	PIB (milhão usd)
Angola	12744	92 753
Africa do Sul	22377	351 393
Botswana	1159	18 331
Lesoto	976	2 377
Madagascar	13499	14 105
Malawi	8316	8 016
Maurícias	608	14 011
Moçambique	13320	15 296
Namibia	1021	12 366
RDC	32751	47 318
Suazilândia	478	4 526
Tanzânia	27235	61 127
Zâmbia	7312	23 046
Zimbabwe	8371	26 816
Seychelles	0	1 699
Comoros	218	1 154

Tabela 1 - População ativa & PIB dos países da SADC, Adaptado de África, (2019) & Secretariat (2020)

Na tabela 2 estão discriminadas as distâncias (em km) entre os países da SADC, que se constitui uma variável de impedância no cálculo do fluxo, isto é, em princípio quanto maior a

distância menor é o fluxo entre os países. Utilizou-se as respectivas capitais econômicas como ponto de referência na análise das distâncias entre os países.

Tabela 2 – Distâncias (em km) entre os países da SADC, elaboração própria baseado em GOOGLE MAPS

A partir das informações da Tabela 1 e 2 foi possível mensurar o fluxo de circulação, conforme é apresentado na tabela a seguir:

	Angola	África do Sul	Botswana	Lesoto	Madagascar	Malawi	Maurícias	Moçambique	Namíbia	RDC	Suazilândia	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue	Seychelles	Comoros
Angola	0	2213	1433	2309	3219	4351	4351	2067	1308	1077	2219	1944	1105	1488	4199	3296
África do Sul	2213	0	931	423,4	2740	2772,1	3656	1832	1158,3	2950	1179	4042	2720	1812	4457	2264
Botswana	1433	931	0	883	2340	1454	3412	1200	639	2057	892	2084	1075	593	3848	2306
Lesoto	2309	423,4	883	0	2236	2545,8	3136	1423	1632	2922	803,5	3815,8	2557,8	1585,7	3983	2534
Madagascar	3219	2740	2340	2236	0	1218	1131	1193	2979	3180	1798	1892	2125	1745	1824	877
Malawi	3139	2772,1	1454	2545,8	1218	0	2587	1879	2614,3	1716	2171,8	1325,3	1153,5	1128,1	2511	1056
Maurícias	4351	3656	3412	3136	1131	2587	0	2315	4044	4263	8111	9205	8218	8137	1718	1784
Moçambique	2067	1832	1200	1423	1193	1879	2315	0	1832	2209	967	1369	1025	672	2666	1939
Namíbia	1308	1158,3	639	1632	2979	2614,3	4044	1832	0	639	1654	3542,5	2265,4	1503,7	4458	3035
RDC	1077	2950	2057	2922	3180	1716	4263	2209	639	0	2703	1476	1212	1848	3738	3180
Suazilândia	2219	1179	892	803,5	1798	2171,8	8111	967	1654	2703	0	3428,4	2161	1188,8	3521	2067
Tanzânia	1944	4042	2084	3815,8	1892	1325,3	9205	1369	3542,5	1476	3428,4	0	1708,9	2386,4	2286	704
Zâmbia	1105	2720	1075	2557,8	2125	1153,5	8218	1025	2265,4	1212	2161	1708,9	0	1062,4	3173	1674
Zimbábue	1488	1812	593	1585,7	1745	1128,1	8137	672	1503,7	1848	1188,8	2386,4	1062,4	0	3269	1487
Seychelles	4199	4457	3848	3983	1824	2511	1718	2666	4458	3738	3521	2286	3173	3269	0	1545
Comoros	3296	2264	2306	2534	877	1056	1784	1939	3035	3180	2067	704	1674	1487	1545	0

	Angola	África do Sul	Botswana	Lesoto	Madagascar	Malawi	Maurícias	Moçambique	Namíbia	RDC	Suazilândia	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue	Seychelles	Comoros
Angola	0,000	2,911	0,360	0,117	0,830	0,280	0,020	1,987	0,380	17,992	0,062	4,592	3,816	2,409	0,000	0,013
África do Sul	2,911	0,000	1,496	6,091	2,012	1,211	0,051	4,440	0,851	4,211	0,385	1,865	1,106	2,853	0,000	0,048
Botswana	0,360	1,496	0,000	0,073	0,143	0,228	0,003	0,536	0,145	0,449	0,035	0,363	0,367	1,379	0,000	0,002
Lesoto	0,117	6,091	0,073	0,000	0,132	0,063	0,003	0,321	0,019	0,187	0,036	0,091	0,055	0,162	0,000	0,002
Madagascar	0,830	2,012	0,143	0,132	0,000	3,783	0,321	6,317	0,078	2,186	0,100	5,135	1,093	1,855	0,000	0,191
Malawi	0,538	1,211	0,228	0,063	3,783	0,000	0,038	1,569	0,062	4,625	0,042	6,447	2,285	2,735	0,000	0,081
Maurícias	0,020	0,051	0,003	0,003	0,321	0,038	0,000	0,076	0,002	0,055	0,000	0,010	0,003	0,004	0,000	0,002
Moçambique	1,987	4,440	0,536	0,321	6,317	1,569	0,076	0,000	0,203	4,470	0,340	9,678	4,635	12,346	0,000	0,039
Namíbia	0,380	0,851	0,145	0,019	0,078	0,062	0,002	0,203	0,000	4,095	0,009	0,111	0,073	0,189	0,000	0,001
RDC	17,992	4,211	0,449	0,187	2,186	4,625	0,055	4,470	4,095	0,000	0,107	20,471	8,151	4,014	0,000	0,035
Suazilândia	0,062	0,385	0,035	0,036	0,100	0,042	0,000	0,340	0,009	0,107	0,000	0,055	0,037	0,142	0,000	0,001
Tanzânia	4,592	1,865	0,363	0,091	5,135	6,447	0,010	9,678	0,111	20,471	0,055	0,000	3,410	2,002	0,000	0,599
Zâmbia	3,816	1,106	0,367	0,055	1,093	2,285	0,003	4,635	0,073	8,151	0,037	3,410	0,000	2,711	0,000	0,028
Zimbábue	2,409	2,853	1,379	0,162	1,855	2,735	0,004	12,346	0,189	4,014	0,142	2,002	2,711	0,000	0,000	0,041
Seychelles	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Comoros	0,013	0,048	0,002	0,002	0,191	0,081	0,002	0,039	0,001	0,035	0,001	0,599	0,028	0,041	0,000	0,000

Tabela 3 - Fluxo de circulação dos países da SADC (PA como fator de atracção).

Fonte: autores.

O resultado do Fluxo de circulação, ilustrado na Tabela 3, mostra que há uma relação elevada entre RDC ↔ Tanzânia ($T_{ij} = 20,471$), bem como RDC ↔ Angola ($T_{ij} = 17,992$), indicando que os países em causa têm um número elevado de população ativa, ou estão relativamente muito próximos um de outro. Apesar de se obterem outros resultados interessantes de análise, como espelhado na relação Zimbábue ↔ Moçambique, Namíbia ↔ Comoros ou ainda Lesoto ↔ África do Sul, prenderemos o nosso horizonte de discussão nos resultados obtidos para Angola. A população reduzida, associada a considerável distância do continente das ilhas Comoros e Maurícias, contribuem para que estes sejam os países com o menor fluxo de circulação entre os integrantes do bloco. Um dos elementos que pode ser usado como explicativa do elevado fluxo apresentado em Angola ↔ RDC é o fator distância reduzida e o elevado número populacional apresentado pela RDC (o maior do bloco), tanto que muitos indivíduos congolezes se sentem atraídos pelo território angolano e vice-versa, conforme atesta matéria publicada em DW (2020), fruto de muitos anos de história e cultura compartilhada desde a era do tráfico de escravos e ocupação europeia do continente africano (LOPES; CAPUMBA, 2014).

Trazidos estes elementos, é possível aferir que o aumento de estratégias que facilitem as relações no comércio entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC) proporcionaria benefícios comuns. Entretanto, se o fator distância presume uma forte relação comercial entre Angola ↔ RDC, a mesma analogia aparenta ter um resultado controverso na relação Namíbia ↔ Angola, ou seja, tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes um do outro. O que pode ser explicado por Namíbia possuir uma baixa população economicamente ativa, e por manter fraca relação com a capital econômica de Angola. Para complementar a análise do fluxo de interação entre os países da SADC, é apresentado o resultado do fluxo comercial na tabela abaixo:

	Angola	África do Sul	Botswana	Lesoto	Madagascar	Malawi	Maurícias	Moçambique	Namíbia	RDC	Suazilândia	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue	Seychelles	Comoros
Angola	0	332,757802	41,39918	2,068	6,31290286	1,964	3,43233	16,6033182	33,521	189,2	4,262829	75,0133	87,532	56,16763	0,4468889	0,49264
África do Sul	332,76	0	371,5779	233	33,0092058	18,33	18,417	80,0737276	161,94	95,53	57,207115	65,736	54,729	143,4963	1,5026963	3,95563
Botswana	41,399	371,577925	0	2,794	2,36100843	3,475	1,10308	9,73579778	27,758	10,25	5,2136396	12,9001	18,278	69,89414	0,105167	0,1989
Lesoto	2,0677	232,964949	2,794241	0	0,33529624	0,147	0,16932	0,89777449	0,5518	0,659	0,833186	0,49895	0,4187	1,267509	0,0127283	0,02136
Madagascar	6,3129	33,0092058	2,361008	0,335	0	3,811	7,7248	7,57949171	0,9827	3,3	0,9873662	12,043	3,5993	6,210781	0,3601528	1,05816
Malawi	3,7729	18,3274918	3,475242	0,147	3,81071287	0	0,83308	1,736409	0,7252	6,44	0,3845941	13,9487	6,9421	8,445522	0,108001	0,41477
Maurícias	3,4323	18,4170416	1,103081	0,169	7,72479598	0,839	0	1,9994706	0,5297	1,824	0,0481953	0,50539	0,2391	0,28373	0,403261	0,25401
Moçambique	16,603	80,0737276	9,735798	0,898	7,57949171	1,736	1,99947	0	2,8179	7,416	3,7017704	24,9445	16,776	45,41542	0,1828188	0,23475
Namíbia	33,521	161,938548	27,75771	0,552	0,98272348	0,725	0,52972	2,81790393	0	71,65	1,0229226	3,01171	2,7765	7,332817	0,0528582	0,07746
RDC	189,19	95,5312495	10,24977	0,659	3,30000984	6,44	1,82404	7,41622381	71,651	0	1,4656114	66,383	37,118	18,57746	0,287681	0,26999
Suazilândia	4,2628	57,2071154	5,21364	0,833	0,98736623	0,385	0,0482	3,70177042	1,0229	1,466	0	1,17689	1,1168	4,293989	0,0310132	0,06112
Tanzânia	75,013	65,7360454	12,90012	0,499	12,0429785	13,95	0,50539	24,9444576	3,0117	66,38	1,1768867	0	24,119	14,39165	0,9936742	7,11645
Zâmbia	87,532	54,7294218	18,27826	0,419	3,59932269	6,942	0,23906	16,7762815	2,7765	37,12	1,1167876	24,1193	0	27,37685	0,1944549	0,47453
Zimbábue	56,168	143,496306	69,89414	1,268	6,21078119	8,446	0,28373	45,4154195	7,3328	18,58	4,2939893	14,3917	27,377	0	0,2131707	0,69976
Seychelles	0,4469	1,50269631	0,105167	0,013	0,36015281	0,108	0,40326	0,18281885	0,0529	0,288	0,0310132	0,99367	0,1945	0,213171	0	0,04107
Comoros	0,4926	3,95563375	0,198904	0,021	1,05815604	0,415	0,25401	0,23474593	0,0775	0,27	0,0611237	7,11645	0,4745	0,699758	0,0410688	0

Tabela 4 Fluxo de circulação dos países da SADC (PIB como fator de atracção).

Fonte: autores.

Numa análise comparativa aos resultados obtidos em relação ao PIB (tabela 4) com a PA (tabela 3) é possível encontrar um denominador comum referente as relações comerciais entre Angola ↔ Namíbia que permanecem relativamente fracas. Tendo em conta o próprio tamanho da economia, é possível verificar que a África do Sul detém o principal vínculo para todos países do bloco exceto a RDC, que tem Angola como o principal parceiro comercial na região.

De acordo com a INE (2020), o produto que Angola mais exporta é o combustível, representando 88,7% do total das exportações, ao passo que as importações estão equilibradas, sendo as Máquinas, Equipamentos e Aparelhos o principal foco das importações, representando 21,5% do seu total. O nível geral de importações intra-SADC de Angola (figura 3), sugere a existência de um fraco interesse de angolanos na busca de produtos e serviços oferecidos pelo bloco, visto que Angola é um dos países que menos importa aos países da SADC. Por outro lado, apesar do seu potencial econômico (descrito na figura 1) comparativamente aos demais países, Angola ostenta uma posição de fraco exportador (figura 4) para o bloco, o que contribui notoriamente para a sua balança comercial intra-SADC negativa (figura 2).

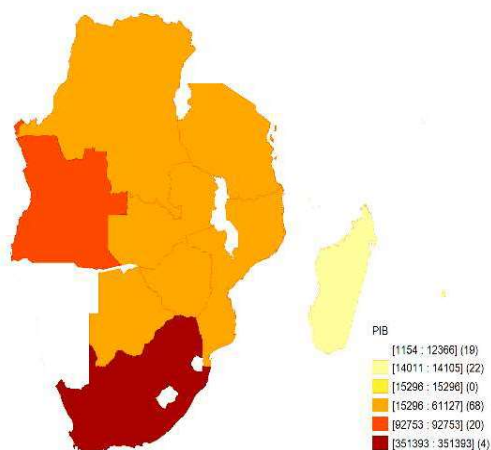


Figura 1 - PIB dos Países da SADC. Fonte: (Secretariat, 2020).

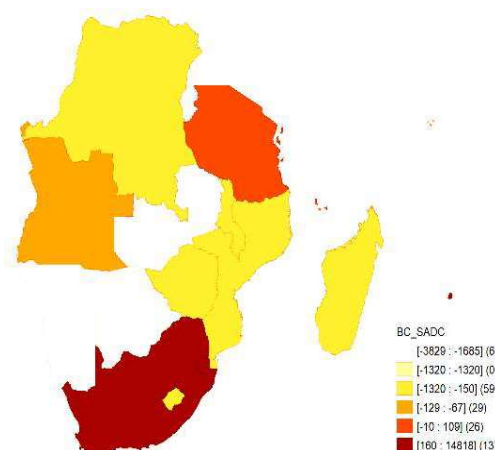


Figura 2—Balança Comercial intra – SADC. Fonte: (Secretariat, 2020).

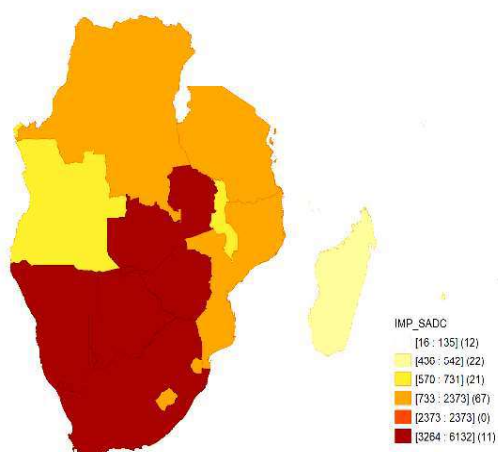


Figura 3 – Importações intra - SADC, Elaboração própria com base em Secretariat (2020)

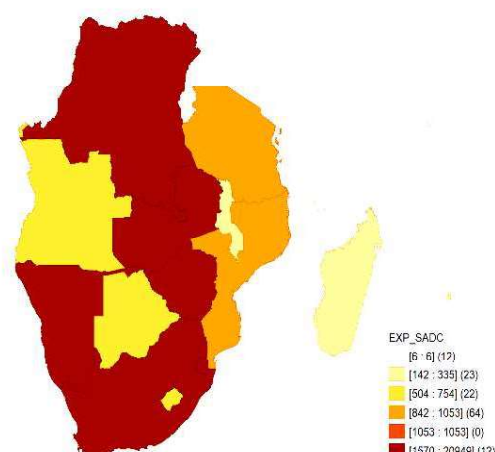


Figura 4 – Exportações intra - SADC, Elaboração própria com base em Secretariat (2020)

Pela sua capacidade econômica, extensão territorial e recursos naturais, é sensato imaginar que Angola se tornaria facilmente num gigante ponto comercial para a SADC, porém nenhum dos dados apresentados sugerem um forte interesse dos outros estados-membro em procurar os produtos oferecidos por Angola, nem um forte envolvimento desta nos assuntos comerciais intra-SADC. Os elementos apresentados nas figuras anteriores apontam que alguns países do bloco como Zâmbia, Zimbábue e Namíbia, apesar de possuírem economias fracas comparativamente a de Angola, contribuem mais para o comércio dentro do bloco em relação à esta, o que pode necessariamente explicar uma capacidade económica destes em adquirir produtos angolanos. Sustentando os resultados da tabela 4, o gráfico abaixo demonstra que Angola mantém pouca relação comercial com os países do bloco sendo os países como África do Sul e RDC os países que Angola mais exporta a nível da região. Por outro lado, verifica-se que Angola importa mais produtos da África do Sul, mantendo consistente os resultados apresentados, e da Namíbia, contrariando assim os resultados obtidos do fluxo das tabelas 3 e 4.

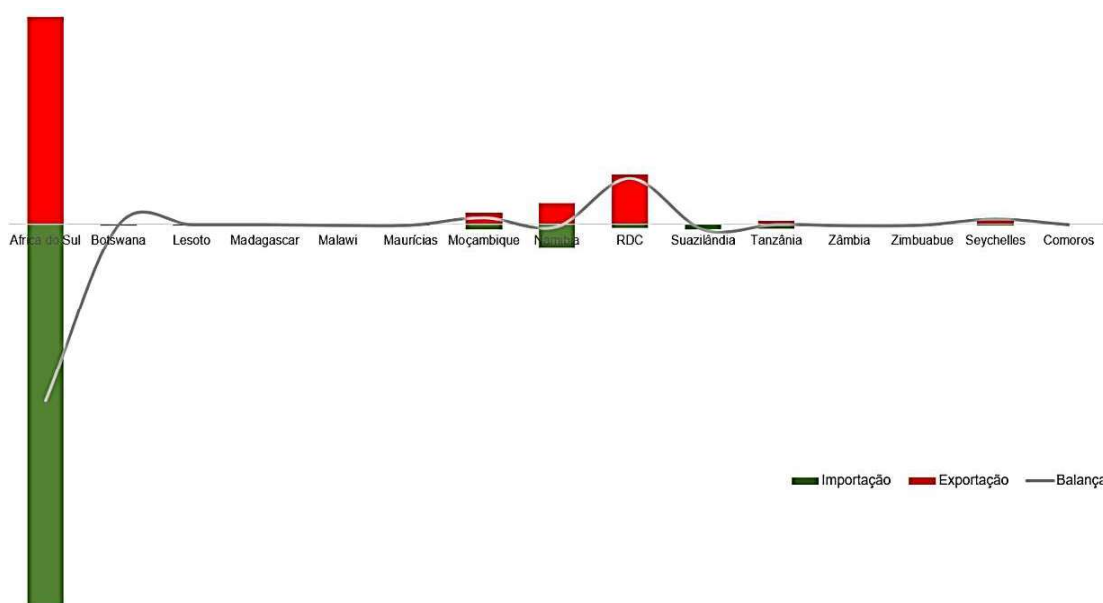


Gráfico 1 Balança Comercial de Angola intra - SADC, elaboração própria baseado em AGT (2020).

Para tornar mais explícito as relações comerciais de Angola com os países do bloco é apresentado nas figuras 5, 6, 7 e 8 o comércio de Angola intra – SADC, com recurso ao *Geoda*. Assim sendo, verifica-se na figura 5 que Angola mantém forte relação com a África do Sul, Suazilândia e Namíbia, mas pouca ou nenhuma relação com o Lesoto e Botswana quando se analisa os países do bloco que Angola importa produtos. A figura 6 revela que em termos do bloco, Angola exporta mais bens e serviços dos países como a África do Sul, Namíbia e RDC, mantendo pouca ou nenhuma relação comercial com países como Botswana, Lesoto, Suazilândia

e Malawi. Esta realidade deve preocupar o executivo angolano uma vez que sendo Angola a segunda maior economia do bloco, teria tirado vantagem de atrair a maioria dos países do bloco no que diz respeito às exportações. A estratégia a se desenvolver passa pelo princípio da especialização nos produtos ao qual Angola possua uma vantagem comparativa, conforme a visão Ricardiana sobre o comércio internacional (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Considerando combustível o produto de especialização de Angola, que constitui 88,7% do total das exportações (INE, 2020), esta poderia dele se servir para atrair as demais economias do bloco.

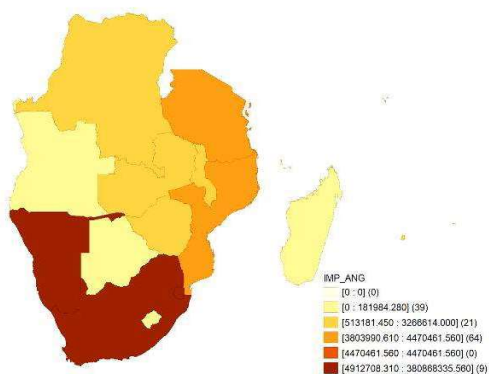


Figura 5 – Importações de Angola intra – SADC. Fonte: (Secretariat, 2020)

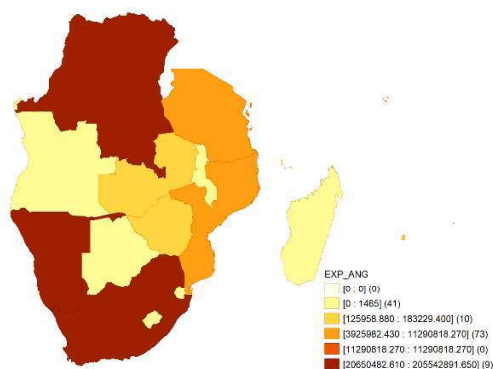


Figura 6 – Exportações de Angola intra – SADC. Fonte: (Secretariat, 2020)

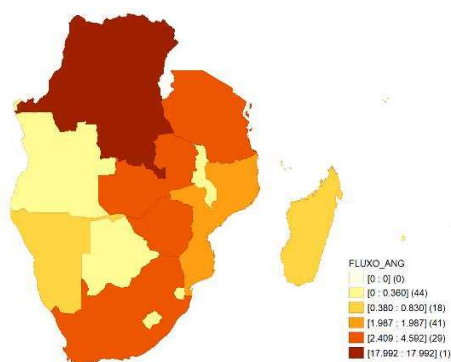


Figura 7 – Fluxo Comercial de Angola intra – SADC. Fonte: autores, com base na tabela 3.

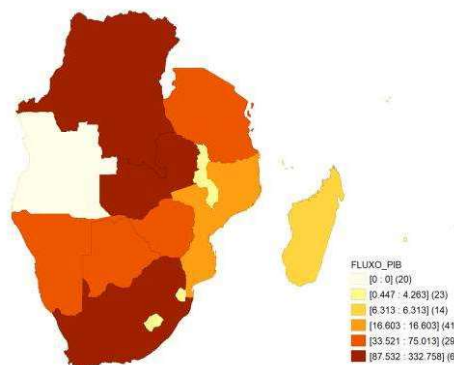


Figura 8 – Fluxo Comercial de Angola intra – SADC. Fonte: autores, com base na tabela 4.

Indubitavelmente pelo poderio econômico apresentado, o principal destino das exportações angolanas ao longo dos anos esteve em países distantes do bloco da SADC, o que contribui para a tendência crescente na perda de interesse dos outros países do bloco em comercializar produtos angolanos. O comércio tem um efeito *spil over* nas economias, o seu crescimento incentiva o aumento da competitividade, diversidade de bens e serviços oferecidos, bem como variações positivas nas principais variáveis macroeconômicas. Numa situação meramente hipotética, a abertura e especialização de Angola na exportação do petróleo e seus derivados nos 15 países membros da SADC, a tornaria um destino imprescindível para

empresários, a transformaria numa verdadeira potência africana, mudaria a imagem do país no geral se tornando um ponto de referência para o turismo.

CONCLUSÃO

As relações econômicas entre os estados dependem de dois fatores muito importantes, que são a população economicamente ativa ou o PIB e a distância que as separa. Ao longo do presente artigo propôs-se perceber a relação econômica entre os países da SADC com recurso ao modelo gravitacional, onde constatou-se que Angola tem maior fluxo com RDC, quando se tem como fator de atratividade a população economicamente ativa. Por outro lado, Angola tem maior fluxo com África do Sul, quando o fator de atratividade é o PIB. Os resultados alcançados tem conformidade com a teoria econômica, uma vez que para o caso da RDC, justifica-se porque representa o país que tem maior número de população ativa no que diz respeito ao bloco. A mesma aplica-se à África do Sul por ser o país que tem o maior PIB no bloco.

Portanto, pode-se concluir que o fator peso (população ativa ou PIB) tem maior explicação no fluxo que existe entre os países em detrimento da distância, sem pôr em causa outros fatores que influenciam em aspectos culturais e burocráticos. Isto também explica o porquê de Angola manter relações mais intensas com países como a China, Estados Unidos da América, Emirados Árabes Unidos, e Portugal, a título de exemplo, porque possuem um PIB muito elevado. Isto, nesse sentido, acaba por atrair Angola, tornando estes países seus principais parceiros comerciais.

A estratégia de mitigação que se pode sugerir é que face aos resultados encontrados, Angola poderia tirar vantagem desta realidade e atrair os países do bloco por possuir o segundo maior PIB do bloco, para que se torne um dos maiores exportadores dos países da SADC, dado aos vários recursos que Angola possui. Este artigo não pretendeu esgotar a discussão a respeito do assunto, pois trata-se de um tema relevante para a realidade angolana. Sugerem-se novos e complementares estudos a respeito do tema, podendo esta análise ser feita para outras regiões geográficas, setores, períodos, ou até mesmo para outros estados, bem como podem ser feitas análises mais específicas para determinadas localidades e atividades econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA, E. C. **African Statistical Yearbook**. ECA's African Centre for Statistics. Addis Abeba. 2019.

ALVES, M. D. V. **Algumas aplicações de modelos gravitacionais ao caso português**. Porto: Porto Editora, 1964.

BRUE, S. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson, 2006.

DENTINHO, T. P. Modelos Gravitacionais. In: _____ **Compêndio de Economia Regional**. Parede - Portugal: Príncipe Editora, Lda, 2010., p. 557 - 588.

DW. Notícias. DW, 14 Maio 2020. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/amp.dw.com/pt-002/279-congoleses-foram-deportados-pelas-autoridades-angolanas-diz-acnur/a-53437773>>.

FILHO, J. B. Introdução aos Modelos de Equilíbrio Geral. In: CRUZ, B. D. O.; FURTADO, B. A.; JÚNIOR, L. M. & W. R. **Economia Regional e Urbana: Teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília, Brazil: [s.n.], 2011. p. 375-398.

HEAD, K. **Gravity for Beginners**. s.l.: UBC - University British of Columbia, 2003. Disponível em:<. Acesso em: 18 Janeiro 2022.

INE. **Estatística do Comércio Externo**. Luanda. 2020.

KANDJO, J. S. **História da África, séculos XV-XX**. Luanda: NHConteúdos, 2020.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pearson, 2015.

LOPES, J. M.; CAPUMBA, P. A. **História 11ª Classe**. Luanda: Texto Editores, 2014.

NASCIMENTO, F.; JÚNIOR, D. P. A Evolução do Modelo Gravitacional na Economia. **Revista Saber Humano**, Brazil, 3 Junho 2013. 163-175.

SADC. [sadc.int/pt-pt/member-states](https://www.sadc.int/pt-pt/member-states). SADC, 2022. Disponível em: <<https://www.sadc.int/pt-pt/member-states>>. Acesso em: 18 Julho 2023.

SECRETARIAT, S. **Selected Economic and Social Indicators**. SADC. Gabarone. 2020.

SOUZA, N. D. J. **Economia Regional: Conceito e Fundamentos Teóricos**. Perspectiva Econômica, 1981. 67-102.

TRIBUTÁRIA, A. G. **Balança Comercial Angolana 2015-2020**. Administração Geral Tributária. Luanda. 2020.

Recebido em: 07/03/2022

Aprovado em: 12/09/2022



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

**LUCAS E. CUAGUAZINA
RODRIGUES N. CUMBANE**

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

FATORES DE ROUBOS EM CAMINHÕES DE CARGA NA LOCALIDADE DE CAPRIZANJE, DISTRITO DE MOATIZE, EM TETE (2015-2020)

FACTORS OF THEFT IN CARGO TRUCKS IN CAPRIZANJE LOCATION, DISTRICT OF MOATIZE, IN TETE (2015-2020)

RESUMO: O artigo investiga os fatores da ocorrência de roubo de carga em veículos pesados de mercadoria em Caprizanje, Distrito de Moatize, Província de Tete, entre 2015 e 2020. O estudo seguiu uma abordagem qualitativa através de aplicação de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, entrevista e observação, com uma amostra de 25 elementos, dos quais condutores de veículos pesados de mercadoria; membros da Polícia da República de Moçambique, do Comando Distrital de Moatize e lideranças da localidade de Caprizanje, escolhidos de forma intencional com base na adequação do seu perfil aos objetivos da pesquisa. Três fatores-chave explicam o problema: a existência de uma subida bastante íngreme na via, a fraca proteção policial e a vulnerabilidade socioeconômica da população local com escassez de meios de sobrevivência. A pesquisa recomenda o incremento de patrulha policial a pé e motorizada, de forma ostensiva, no cume da montanha, a montagem de postos fixos temporários ao longo do trecho crítico do aclive, e a adoção de pontos focais de segurança junto das comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Roubo de Carga; Veículos Pesados de Mercadoria; Caprizanje

ABSTRACT: The article investigates the factors behind the occurrence of cargo theft in heavy goods vehicles in Caprizanje, Moatize District, Tete Province, between 2015 and 2020. The study followed a qualitative approach through the application of bibliographic, documentary, interview and observation research techniques, with a sample of 25 elements, including drivers of heavy goods vehicles; members of the Police of the Republic of Mozambique, the Moatize District Command and leaders of the locality of Caprizanje, chosen intentionally based on the suitability of their profile to the objectives of the research. Three key factors explain the problem: the existence of a very steep climb on the road, weak police protection and the socio-economic vulnerability of the local population, who lack the means to survive. The research recommends increasing foot and motorised police patrols ostensibly at the top of the mountain, setting up temporary fixed posts along the critical uphill stretch, and adopting security focal points in the communities.

KEY WORDS: Cargo Theft; Heavy Goods Vehicles; Caprizanje.

FATORES DE ROUBOS EM CAMINHÕES DE CARGA NA LOCALIDADE DE CAPRIZANJE, DISTRITO DE MOATIZE, EM TETE (2015-2020)

LUCAS EVARISTO CUAGUAZINA¹
RODRIGUES NHIUANE CUMBANE²

INTRODUÇÃO

A criminalidade como um fenômeno social existe em qualquer parte do território que seja habitado pelo homem, independentemente de ser cidade ou campo, aliás, Rosa (2015, p.20) conclui que apesar da criminalidade ser mais saliente no meio urbano não é um problema exclusivo das cidades, pois, antes de outros atrativos, a ocorrência de crimes está dependente da existência e interação de pessoas num dado lugar. É nesta ordem de ideia que esta pesquisa estuda os fatores de roubo de carga em veículos pesados de mercadoria na Localidade de Caprizanje, Distrito de Moatize, Província de Tete, no intuito de contribuir na compreensão do problema e propor medidas policiais de intervenção sobre o problema.

O estudo baseia-se do conhecimento da Criminologia Ambiental para fundamentar a origem do crime de roubo de carga em veículos no local em referência, com a assunção de que se enquadra no triângulo do evento criminal, em que o crime resulta da coincidência de três fatores no tempo e no espaço, nomeadamente: a presença de um potencial criminoso, um alvo apropriado e ausência de um guardião capaz de impedir o fato criminal. A proposta de medidas de intervenção sobre o problema focaliza-se na redução de oportunidades, segundo a Teoria da Prevenção Situacional.

Santos (2016, p.66) revela que um dos fatores que pode condicionar a ocorrência de crimes no espaço público e os níveis de segurança é a disposição física da via pública. Aliás, Ferreira e Martins (2009, p.4), igualmente, acreditam na existência de uma ligação entre o comportamento criminal e o ambiente físico social, pois o crime não deve ser visto como um ato isolado e casual, mas algo inserido num contexto socioespacial de interação humana. Segundo Merton (1970), a motivação para o crime resulta da procura do sucesso a qualquer custo. Pode se entender o sucesso como sendo a satisfação das necessidades que afligem ao criminoso. Portanto, a vontade decorre da impossibilidade do indivíduo alcançar as metas desejadas, como por exemplo, o êxito econômico, em virtude de fatores sociais que impedem a sua realização.

¹ Funcionário Público do Ministério do Interior – Membro da Polícia da República de Moçambique. Mestre em Ciências Policiais na ACIPOL e Licenciado em Ciências da Educação - Ensino de Matemática com habilitações em Informática, na antiga Universidade Pedagógica de Moçambique (UP) - Delegação de Tete. lucascuaguzina@gmail.com

² Docente da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) em Maputo, Moçambique. Doutor em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Lisboa, Coimbra e Aveiro em Portugal. manyune@gmail.com

Carvalho (2005) argumenta que o crime é fruto de uma decisão econômica, ou seja, o delinquente faz um cálculo das vantagens que pode obter com o delito. Na mesma perspectiva, Ariza (1998) salienta que quando um delinquente identifica, numa certa circunstância, indícios que denotam oportunidade para o cometimento de um crime, decide, racionalmente, sobre a sua prática. Segundo Santos (2016, p.55), a teoria de controle fundamenta que todo o indivíduo é um criminoso em potencial, e o que define a ação criminosa são as oportunidades favoráveis à sua prática, sendo as estratégias de controle que dificultam a maioria das pessoas de praticar o crime. Sobre aqueles que o praticam, o fazem diante da fragilidade das forças de controle em operação. Da teoria de controle surgiram teses que consideram o espaço como sendo o elemento fundamental de influência na criminalidade, é o caso da teoria de prevenção situacional do crime. Segundo a mesma, o crime pode ser prevenido de duas formas: reduzindo as oportunidades presentes no espaço que favorecem a sua perpetração, e aumentando os riscos para o criminoso no que se refere à prática da ação criminosa (FREITAS, 2004).

Para Alberto (2014, p. 22) em Moçambique, a criminalidade, em parte, deve-se às diferenças entre as classes sociais que se manifestam pela exclusão social das camadas menos favorecidas e redistribuição desigual da renda nacional. Conforme Santos (2017, p.16), desde o século XIX cientistas debruçam-se sobre o estudo do crime, procurando compreender porque é que as pessoas se desviam do caminho da lei e que medidas são eficientes para a sua redução. Apesar de não haver consenso nos estudos criminológicos, há unanimidade de que o crime é explicado por uma variedade de fatores, de natureza diversa, pelo que o seu combate implica uma análise multifatorial.

Cumulativamente, são apontados como alguns dos fatores da criminalidade: as desigualdades sociais, a desestruturação familiar (famílias monoparentais), a pobreza (os pobres ingressam no crime porque não têm nada a perder), a riqueza (os ricos cometem crimes porque a confiança na impunidade faz com que se sintam livres de qualquer controle) (SANTOS, 2006). O mesmo autor relaciona os crimes de motivação patrimonial com a pobreza, considerando que certas pessoas enveredam pelo caminho do crime por falta de melhor opção para a sobrevivência (SANTOS, 2006, p.18). Na mesma linha de pensamento, Fernandes e Fernandes (2002, p. 389) argumentam que a falta de base de sobrevivência induz à classe pobre ao crime contra o patrimônio, gerando sentimento de ódio contra os possuidores de bens e agindo como fermento, fazendo crescer o sentimento de insatisfação, inconformismo e revolta. Nestas circunstâncias, a repreensão policial tem valor limitado para resolver o problema, pode combater uma parte maior ou menor dos efeitos, mas não é capaz de eliminar as causas. Por isso, se justifica a necessidade de reparar o problema na perspectiva de Políticas Públicas de Segurança.

Conforme Senra (2005, p.33), a Teoria da Informação preocupa-se em tratar a informação de maneira quantitativa. Conhecer algo implica a presença dos números, que constituem medida de objetividade como pressuposto fundamental do saber acerca das coisas. Na ideia do mesmo autor (p.58), "as estatísticas ajudam a tornar pensável e conhecido o mundo distante, ajudando a governá-lo". É nesse âmbito que se segue o panorama espaço temporal do problema em estudo. O Distrito de Moatize localiza-se na Província de Tete e compreende uma área de 8.462 km², além de uma população estimada em 292 mil pessoas, com previsão de atingir 450 mil habitantes até 2020.³ Possui três Postos Administrativos, nomeadamente Moatize sede, Zóbuè e Kambulatsissi. Excetuando Kambulatsissi, os dois primeiros são atravessados pela Estrada Nacional nº 7, fazendo parte do corredor de Moatize, que para além de permitir a comunicação da cidade de Tete com os Distritos de Angónia e Tsangano, facilita a ligação com o Malawi e serve de via curta para Tanzânia, saindo da cidade de Tete, o que a torna uma zona muito movimentada.

Desde a Ponte Kassuende, em Benga (limite com a cidade de Tete) até Zóbuè sede (fronteira com Malawi), é um trecho de cerca de 122 km de distância, sendo que na zona de Caprizanje, em Nhambulu, ocorrem roubos de mercadoria em veículos pesados de carga. De acordo com o Comando Distrital da P.R.M. Moatize, no período de 2015 a 2020, foram registrados, em Caprizanje, 35 casos de roubo de carga em veículos pesados. Segundo a mesma fonte, os roubos ocorrem, durante o período noturno, especialmente em trechos com aclives acentuados. Com vista a combater os roubos de mercadorias em caminhões, a P.R.M. tem adotado algumas medidas operativas. Inicialmente introduziu-se escoltas de veículos vulneráveis a roubos, dependendo da solicitação de cada condutor, segundo a sua avaliação de risco. A solicitação era manifestada de forma voluntária, parando no Posto antes de escalar a subida e expor o interesse de escolta.

Depois incrementou-se o patrulhamento motorizado particular (motorizadas individuais dos membros), por ser difícil escalar o aclive a pé, fazendo vai e vem. Mais tarde a mudança da localização do Posto Policial, do meio da comunidade, para baixo da montanha onde ocorre o problema, na suposição de que iria se garantir melhor controle e pronta intervenção. A outra medida tomada foi a fiscalização de trânsito através da realização de algumas operações bruscas de patrulha motorizada. A despeito da adoção das medidas mencionadas, o problema prevalece, o que justifica este diagnóstico com vista a identificar os fatores-chave sobre os quais se pode intervir. Assim, o presente estudo partiu da seguinte pergunta: Quais são os fatores de roubo de carga em veículos pesados de mercadoria em Caprizanje?

³ INE-Censo Populacional, 2017

A realização desta pesquisa pode ser explicada em pelo menos três perspectivas: pessoal, acadêmico e social. No âmbito pessoal, o mesmo surgiu do trabalho de fim do curso de Mestrado Profissional em Ciências Policiais do Lucas Cuaguazina, sob supervisão do coautor, Rodrigues Nhiuane Cumbane. Também se constitui em solução de um problema empírico que apoquenta a comunidade. No campo acadêmico, este é mais um contributo ao desenvolvimento das Ciências Policiais, parte da missão da ACIPOL, no âmbito das suas atribuições. Na área social, espera-se que a pesquisa venha reverter a situação e conseqüentemente contribuir para a segurança e bem-estar do grupo alvo, em particular, e da sociedade, em geral.

Referencial Teórico

Nesta secção apresenta-se o referencial teórico relativo à pesquisa e fundamento da teoria de convergência dos elementos essenciais de delito, como condição fundamental da criminalidade. Assim, o suporte da abordagem da gênese da criminalidade do local em análise é a criminologia ambiental, baseada no modelo de prevenção situacional, que nos parece mais eficaz e menos oneroso para as circunstâncias objetivas do caso em diagnóstico. Este modelo dá ênfase ao retorno da vigilância, da atividade policial e ao controlo social do crime, porque entende que o delito é oportunista e fruto de uma conjugação circunstancial de fatores.

A Teoria da Criminologia Ambiental

Esta teoria dá mais ênfase ao ambiente e aos fatores nele associados. Segundo Brantingham e Brantingham (1981), o crime comporta quatro elementos essenciais: o ofensor, o alvo, a lei e o local, sendo que a sua ocorrência pressupõe a confluência dos mesmos, no espaço e no tempo. A Criminologia Ambiental considera que o local onde o crime ocorre, pode ter características criminógenas e não apenas o ofensor e o alvo (WORTLY; MAZEROLLE, 2008). Esta posição significa que o lugar de ocorrência pode afetar o tipo de crime e o seu *modus operandi*. O uso da Teoria Ambiental nesta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como as características de aclave acentuado do troço de Caprizanje podem influenciar a ocorrência de roubos de carga em camiões que circulam naquele espaço físico e que medidas podem ser adoptadas para uma melhor intervenção sobre o problema.

Assim, torna-se pertinente fazer uma abordagem sintética das teorias de escolha racional, das atividades rotineiras e de prevenção situacional, que fazem parte da Criminologia Ambiental e se relacionam com o nosso objeto de estudo.

a) Teoria das atividades rotineiras

Na visão de Cohen e Felson (1979), o fator determinante para a ocorrência de crime não é a presença de criminoso motivado, mas a oportunidade adequada para tal. Estes autores alertam que se deve presumir que sempre haverá indivíduos, na sociedade, com diferentes graus de motivação e aptidão para cometerem crimes, a depender das oportunidades e de uma avaliação racional dos riscos e de recompensa. Baseado na premissa da condição fundamental da criminalidade, Rossmo (2000) equacionou a estrutura da oportunidade da seguinte forma:

$$\text{Crime} = (\text{ofensor} + \text{alvo} - \text{guarda}) (\text{local} + \text{tempo})$$

Deste modo, por muitos ofensores motivados que existam num certo lugar e tempo, mesmo que encontrem um alvo desejado, se o local não for adequado ou se houver presença de pessoas, estes nunca poderão levar a cabo os seus intentos. Portanto, o controle social tem grande influência na prevenção da criminalidade. Um alvo com um guarda eficaz é menos provável de ser atacado por um agressor potencial. Se o guarda estiver ausente, for fraco ou corrupto, pouca proteção prestará para o alvo, o que aumenta a probabilidade de ocorrência de crime. Por conseguinte, com base nesta tese, pode se aferir algumas fragilidades nas medidas policiais, até então, aplicadas localmente.

b) A Teoria da escolha racional

Esta teoria defende que o crime é uma ação racional realizada por pessoas normais como resposta a certas circunstâncias, como fatores econômicos (renda familiar, emprego), aspectos sociodemográficos, assim como oportunidades e indutores situacionais. O ofensor avalia a relação de custos e benefícios da ação criminosa e decide se vale a pena ou não (DASSAN, 2016, p. 394-397). A questão é verificar como as condições socioeconômicas da comunidade do local do nosso estudo podem ajudar a explicar a dinâmica do crime em análise.

c) Teoria de Prevenção Situacional

Conforme Dassan (2016, p. 398-399), a prevenção situacional é uma vertente criminológica que se ocupa na análise das circunstâncias e procedimentos inerentes à prática de determinados crimes, com objetivo de preveni-los ou dificultá-los com maior eficácia, caracterizada pelo incremento da vigilância policial nos locais mais propensos. O quadro da

prevenção situacional implica o envolvimento de medidas de redução de oportunidade criminosa e garantir a ruptura da cadeia que permite ao ofensor motivado cruzar com uma vítima interessante sem qualquer vigilância, obedecendo o seguinte vetor: *1 - Incrementar o esforço necessário para a prática do delito; 2 - Minimizar as recompensas do delito; 3 – Aumentar as probabilidades de ser neutralizado*. Este vetor é importante na proposta de medidas alternativas a serem adotadas para o controle dos roubos de mercadorias em caminhões de carga em Caprizanje, uma vez identificados os fatores-chave sobre os quais se deve atuar.

Metodologia

A realização desta pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, através das técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista e observação. A escolha do método qualitativo justifica-se pela sua flexibilidade e possibilidade de fornecer ao pesquisador uma visão privilegiada da realidade, captando assim questões do processo social e ambiental que explicam o problema estudado. Aliás Denzin e Lincoln (2000, p.1), defendem que a pesquisa qualitativa, ao envolver uma abordagem interpretativa e naturalista do objeto de estudo, analisará fenômenos no seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o problema como é percebido.

O trabalho de campo abrangeu 25 elementos seleccionados intencionalmente, nomeadamente: Chefe de Operações do Comando Distrital de Moatize, Chefe do Posto Policial, Chefe da Localidade, Líder Comunitário e Agente patrulheiro, todos de Caprizanje e motoristas de veículos pesados de mercadoria interpelados na Báscula de Mussacama, onde era fácil contactá-los por ser o local de passagem e paragem obrigatória, para efeitos de pesagem de carga.

Na consulta bibliográfica buscou-se a fundamentação teórica e o estado da arte sobre o tema com base na leitura de livros e artigos científicos do campo da pesquisa, enquanto a pesquisa documental consistiu na recolha e análise de documentos policiais como os planos operativos e as escalas de serviço. A entrevista foi estruturada com questões abertas dirigidas ao pessoal seleccionado e focadas na compreensão da dinâmica do crime de roubo de carga em veículos de mercadoria. A observação simples foi aplicada para verificar as características do ambiente, do dia-a-dia, referentes à frequência de pessoas, viaturas e patrulha policial no trecho estudado.

A crítica dos dados baseou-se na análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2006, p.38), é uma associação de técnicas de estudo profundo das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para decifrar o significado das mensagens, a fim de

deduzir, de forma lógica, os conhecimentos relativos ao objeto de pesquisa, com base em determinados indicadores.

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa

Nesta seção faz-se a apresentação, análise e discussão dos resultados da pesquisa, buscando-se as manifestações do problema resumido na questão de partida sobre: quais são os fatores do roubo de carga em veículos pesados de mercadoria em Caprizanje? A discussão considerou a sensibilidade tripartida dos atores-chave, nomeadamente: liderança da localidade, a Polícia e uma parte de motoristas cujo papel oscila entre vítimas e cúmplices do crime.

4.1. Características da zona de Caprizanje

Caprizanje é uma localidade da zona rural do Distrito de Moatize, que é atravessada pela Estrada Nacional nº 7 que permite a ligação da Beira ao Zimbabwe e passa pela capital provincial de Tete, indo até ao Malawi. A estrada passa por uma montanha chamada Nhambula, mais conhecido por Caprizanje, onde virou ponto de atenção ao nível do corredor de Tete-Zóbuè desde o incidente de explosão de um caminhão-cisterna de combustível que matou 115 pessoas em novembro de 2016. Dados colhidos localmente, indicam que Caprizanje tem uma população estimada em cerca de 33.756 habitantes. Deste universo, 14.264 são adultos e jovens, dos quais apenas 55 são funcionários públicos e o resto sobrevive da agricultura itinerante. Possui um orfanato com 27 crianças órfãs de pais vítimas de incêndio na explosão do caminhão cisterna de combustível, no caso já relatado e conhecido como tragédia de Caprizanje.⁴

4.2. Fatores dos roubos de mercadorias em caminhões de carga

Da observação *in loco* deu para perceber que há uma conjugação de fatores no problema de roubo de mercadorias em caminhões de carga em Caprizanje. Um dos fatores-chave é o relevo da região caracterizada por montanhas, e um aclive no trecho da via pública onde o problema acontece. Tanto as lideranças locais como as autoridades policiais, e motoristas entrevistados, assumem fragilidades e dificuldades, de entre as quais relacionadas com as características geofísicas do local. *Em relação à segurança, a Localidade tem registado alguns casos de roubos de carga lá na subida, praticados por cidadãos malawianos e moçambicanos. Mas, para além*

⁴ Entrevista de 11 de julho de 2020.

de roubos de cargas em caminhões, na povoação, registram-se também roubos de gado bovino, caprino e ovino, cometidos por jovens locais. ⁵

As lideranças comunitárias consideram que a Localidade de Caprizanje é vulnerável à fome, havendo muita dependência de agricultura de subsistência, nem sempre possível devido à escassez de chuva, fato que na sua ótica, pode contribuir para o envolvimento das pessoas em atos criminais em busca de sobrevivência. *Há muita fome na zona, os jovens andam de qualquer maneira, a depender da machamba, quando não há chuva tudo fica complicado.* ⁶

Os depoimentos indiciam algum desequilíbrio entre as condições existentes e as necessidades básicas de sobrevivência. Viana (2016, p. 188) argumenta que a etiologia do comportamento criminoso fica condicionada à ausência de sintonia entre as estruturas culturais e os meios para as alcançar, sendo que em sociedades em que os meios legítimos são suficientes para o alcance das metas culturais, há uma perfeita harmonia. Ao passo que em uma sociedade com estrutura sociocultural discrepante ou mal integrada, há tendência a impulsionar o comportamento desviante. Sobre o mesmo assunto, Viana (*op.cit.*, p.189) acrescenta que: "o comportamento desviante não é, portanto, uma opção do indivíduo, senão uma consequência da estrutura social defeituosa; nem tão pouco uma escolha, mas uma determinação gerada pela ordem social".

As autoridades policiais disseram que as condições geográficas do relevo do trecho que atravessa a Localidade condicionam a sua intervenção no combate aos roubos em caminhões cisternas. *É complicado falar de Caprizanje, como vê, aquela montanha só favorece aos malfeitores e complica as operações policiais, principalmente dada à insuficiência de recursos humanos e meios de transporte. Contudo, temos vindo a fazer o nosso máximo para garantir a segurança naquele ponto.* ⁷

Os crimes mais frequentes nesta zona são de roubos de animais, isso pode ser por falta de emprego dos nossos jovens. Para além do roubo de gado, temos um problema que, ao que tudo indica, é liderado por cidadãos do vizinho Malawi, estou a falar do assunto que estais a estudar, o roubo de carga em caminhões. Fazemos patrulha a pé mas, não tem sido fácil, porque implica escalar a montanha numa rotina diária de vai e vem, o que é muito cansativo. E parece que atualmente, chegam quadrilhas de outras zonas por atrativo do local, sabem que dificilmente conseguimos cobrir a área com patrulhamento. ⁸

Globalmente, as declarações dos entrevistados vão de acordo com os fundamentos de literatura de especialidade, desde Merton (1970), que encontrou ligação intrínseca entre a motivação criminosa e a impossibilidade do indivíduo satisfazer as suas necessidades básicas.

⁵ Entrevista de 15 de julho de 2020.

⁶ Entrevista de 17 de julho de 2020.

⁷ Entrevista de 17 de julho de 2020.

Com efeito, Santos (2016) reconhece configuração da via pública como fator condicionante da ocorrência de crimes. Igualmente, Ferreira e Martins (2009) associam o comportamento criminal ao ambiente físico social. Por seu turno, Santos (2016) considera a pobreza como fator-chave da criminalidade patrimonial. Alberto (2014) alude à necessidade de inclusão social e redistribuição equitativa de renda nacional como base de prevenção criminal. Assim, as dificuldades de subsistência por que passam comunidades locais, as características do relevo do local e as limitações de intervenção policial podem ajudar na compreensão do fenômeno de roubo de cargas em caminhões.

Aliás, alguns dos motoristas entrevistados consideram a falta de patrulhamento no local e a disposição do relevo como fatores importantes para a ocorrência de roubos de carga em caminhões. Seguem alguns depoimentos:

*Há roubos de carga porque não há patrulha da Polícia e os malfeitores aproveitam o movimento lento dos caminhões por causa da subida, escalam os veículos, rasgam lonas e subtraem os bens, e nós só agradecemos pela vida.*⁹

*Os roubos de carga acontecem porque os residentes desta zona são ladrões e aproveitam a subida para trepar os caminhões, e é difícil pedir socorro por aqui.*¹⁰

*O problema de roubos de carga tem a ver com Polícia, eu acho que come com os gatunos e não reage contra eles. Também com esta subida, os malfeitores aproveitam para fazer e desfazer.*¹¹

Os depoimentos dos entrevistados associam os roubos ao fator ambiente físico (relevo), corroborando com a tese do Santos (2006), quanto às características criminógenas do meio físico, mas também se referiram à fraca presença policial como um dos fatores do problema, ou seja, nas palavras de Rossmo (2000), alude-se à fraqueza e ausência do guardião. Outros motoristas até desconfiam dos moradores à beira da estrada e julgam que fazem parte do problema, por nada fazerem, em termos de socorro às vítimas do roubo, mesmo quando isso for, aparentemente, possível. Esta percepção dos moradores está mais alinhada com o pensamento do Valente (2015, p. 28) de que o criminoso atua na mesma região em que reside, reduzindo constrangimentos de percorrer grande distância, pois em função de oportunidades existentes, pode rentabilizar o esforço.

Considerações finais

⁸ Entrevista de 17 de julho de 2020 com outra fonte policial.

⁹ Entrevista de 18 de julho de 2020.

¹⁰ Entrevista de 18 de julho de 2020 com outra fonte.

O trabalho tinha como objetivo identificar os fatores da ocorrência do crime de roubo de carga em veículos pesados de mercadoria em Caprizanje, no Distrito de Moatize, Província de Tete em Moçambique. Podemos constatar que o problema é explicado por fatores de natureza ambiental, institucional e socioeconômico. Os fatores de ordem ambiental são o relevo da via que é caracterizado por aclive bastante íngreme que condiciona a velocidade dos caminhões, obrigando-os a circular lentamente, o que permite que os ladrões os escalem e executem os roubos. Os fatores institucionais estão relacionados com a fraca presença da atividade policial, o que cria a certeza de ação dos malfeitores. Por fim, os fatores de índole socioeconômico são caracterizados por falta de base de sobrevivência da população local.

As características do relevo de Caprizanje constituem o principal fator que influencia a ocorrência de roubos de cargas em caminhões naquele local, porque ao longo do corredor Tete-Zóbuè existem zonas, igualmente, com fraca presença policial e cujas comunidades enfrentam dificuldades de sobrevivência, mas ainda assim, não registram a mesma situação porque conseguem circular a velocidade fora do alcance de qualquer pretensão maléfica no sentido do problema estudado. Para a intervenção no problema constatado pela pesquisa, propõe-se a aplicação de medidas de prevenção situacional, para reduzir, de imediato, as oportunidades e tentações criminais. Estas medidas podem ser operacionalizadas pelo incremento de ações de patrulha policial apeado e motorizada, introdução de postos fixos ao longo do trecho crítico da subida, dentro de um plano flexível, e a formação de colaboradores locais de segurança, assim como no seio dos utentes da via. A presença policial será dissuasora e os colaboradores locais terão o papel de informantes e de multiplicadores de atitudes e práticas de segurança junto das respectivas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Isac José. **Análise do Policiamento Comunitário na Prevenção e Combate ao Crime na Cidade de Maputo. Dissertação de Mestrado.** Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: UEM, 2014.

ARIZA, Juan José Medina. El Control social del delito a través de la prevención situacional. *Revista de Derecho Penal y Criminología*. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, N° 2, p. 281-326, 1998.

BRANTINGHAM, Paul.; Brantingham, Patricia. **Environmental Criminology.** Beverley Hills. California: Sage Publications, 1981.

CARVALHO, Themis Maria Pacheco de. A ocasião faz o ladrão. Como prevenir a delinquência através do controlo situacional. **Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais**, São Paulo, N° 2, p. 179-195, 2005.

¹¹ Entrevista de 18 de julho de 2020 com fonte diferente.

COHEN, Lawrence; Felson, Marcus. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activities Approach. **American Sociological Review**. Califórnia, Vol. 44, No. 4, p. 588-608, 1979.

DASSAN, Pedro Augusto Amaral; GIL, Cassiano; FONSECA, Ricardo De Souza. A Nova Criminologia Administrativa. **Revista Jurídica**, Curitiba, vol.3, nº44, pp. 381-410, 2016.

ELIAS, Luís. A Gestão da Prevenção Criminal em Manuel Valente e Maria Martins (Coord.). **Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo**. Coimbra: Edições Almedina, p.443-491, 2008.

FERNANDES, Newton.; Fernandes, Valter. **Criminologia Integrada**. 2ª ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA, Jorge; Martins, José. **A Geografia da criminalidade**. eGeo – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional – FCSH - UNL, 2009. Disponível em: http://egeo.fcsh.unl.pt/sites/default/files/dl/artigos/JF_paper_final_VIICGP_Geografia_da_Criminalidade_rectificado.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

GLASER, William. **The Quality School – managing students without coercion**. New York: Parnian Library, 1990.

KUME, Hitoshi. **Métodos estatísticos para a melhoria de qualidade**. 4.ed. São Paulo: Editora Gente, 1993.

MOÇAMBIQUE, República de. **Lei nº 1/2018, de 12 de Junho: Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique**. Portal do Governo de Moçambique. Disponível em: <https://www.tete.gov.mz/por/A-Provincia/Perfil-dos-Distritos/Moatize> Acesso em: 16 out. 2022.

MERTON, Robert King. **Sociologia: Teoria e estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

ROSA, Aline Hubaide. **A Geografia do crime: Territorialização dos principais crimes e a influência do comércio ilegal, no tráfico e no consumo de drogas na cidade de Catalão (GO)**. Minas Gerais: Uberlândia, 2015.

ROSSMO, Kim. **Geographic Profiling**. Boca Raton, CRC Press, 2000.

SANTOS, Alberto Marques. **Criminalidade: causas e soluções**. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1978.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. Abordagens científicas sobre as causas da criminalidade violenta: Uma análise da teoria da ecologia humana. **Revista LEVS/UNESP-Marília**. Edição 17, p. 46-76, 2016.

SENRA, Nelson de Castro. **O Saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

VALENTE, Rafael Vinha. **(Re) contextualizando o Homicídio: A Perspectiva da Criminologia Ambiental**. 77f. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.

VIANA, Eduardo. **Criminologia**. 4.ed., s.l.: Editora JusPodivm, 2016.

WORTLEY, Richard; Mazerolle, Lorraine. **Environmental criminology and crime analysis: Situating the theory, analytic approach and application**. Nova York: Willan, 2008.

Recebido em: 08/06/2022

Aprovado em: 20/10/2022



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS E AS COLATERAIS ESTABELECIDAS PELA BANCA NO FINANCIAMENTO AOS START-UPS. CASO BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, 2015-2020

IMPLEMENTATION OF INVESTMENT PROJECTS AND THE COLLATERALS ESTABLISHED BY THE BANK IN THE FINANCING OF START-UPS. CASE OF BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, 2015-2020

Inácio Ernesto Minzo
Verônica Sibinde Mpanda

RESUMO: A integração financeira e econômica é uma preocupação, sobretudo para jovens com ou sem formação acadêmica, situação advindo da falta de emprego em Moçambique. A concepção de projetos de investimentos com perspectivas de geração de auto emprego pelos jovens é vista como porta de saída, no entanto, é uma solução dependente de obtenção de capital financeiro inicial. O objetivo do artigo é analisar a implementação de projetos de investimento mediante às garantias estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimentos (BNI) na concessão de financiamento aos startups. É uma pesquisa do tipo descritivo e de abordagem qualitativa em que recorremos as técnicas de entrevista e documental para recolha dos conteúdos, os quais foram analisados e interpretados, ao que concluímos que os startups não implementam os seus projetos de investimentos porque estão desprovidos de colaterais que minimizem os riscos de crédito.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento; Projetos de Investimentos; Garantias Bancárias; Startup.

ABSTRACT: Financial and economic integration is a concern above all for young people with or without an academic background, a situation arising from the lack of employment in Mozambique. The design of investment projects with prospects of generating self-employment by young people is seen as a way out, however, it is a solution dependent on obtaining initial financial capital. The objective of the article is to analyze the implementation of investment projects through the guarantees established by the National Investment Bank (NIB) in granting financing to startups. It is a descriptive research with a qualitative approach in which we use interview and documentary techniques to collect the contents, which were analyzed and interpreted, leading to the conclusion that startups do not implement their investment projects because they are devoid of collaterals that minimize credit risks.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
iwaldomarciano@gmail.com

KEY WORDS: Financing; Investment Projects; Bank Guarantees; Start-up.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS E AS COLATERAIS ESTABELECIDAS PELA BANCA NO FINANCIAMENTO AOS START-UPS. CASO BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, 2015-2020

INÁCIO ERNESTO MINZO¹
VERÔNICA SIBINDE MPANDA²

INTRODUÇÃO

Com o crescimento da sociedade, é notável a redução de empregos e consequente elevados índices de desemprego quer no setor privado quanto no público, e neste contexto Lima, Martins e Sproesser (2009) apontam que os jovens em particular e a sociedade no geral são chamados a criar formas alternativas de inclusão econômico-financeira, já que o emprego formal deixou de ser o referencial para a ocupação profissional. O empreendedorismo é sobejamente conhecido como alternativa para integração financeira. Portanto, segundo Fillion et al (2004), é conhecido que a atividade empreendedora é desenvolvida pelos empreendedores que tentam criar valor e fazer uma contribuição quando reconhecem uma oportunidade em um mercado a ser explorado.

Os problemas de emprego e integração econômico-financeira incidem em grande parte na população juvenil. Os jovens, num contexto de busca de alternativas, concebem ideias de negócios para transformá-las em micro ou pequenas empresas. Startup é a fase inicial ou de concepção das ideias de negócios, isto é, o processo de criação de um negócio. Trata-se de empreendedorismo, a via pela qual os jovens buscam independência econômico-financeira. O startup, segundo Ries e Saïbut (2012), pode ser definido como uma instituição humana recém-criada, projetada para criar novos bens ou serviços sob condições de extrema incerteza. O startup é visto como um indivíduo ou uma pequena empresa que pretende entrar para o mercado pela primeira vez, ou que intenciona lançar novos produtos implementando estratégias inovadoras com recurso a tecnologias de comunicação e informação.

Os startups em Moçambique não detêm recursos para implementação dos seus projetos, portanto, a banca tem sido a fonte constituinte para busca por financiamento. A banca é um setor financeiro, que no entender de Escher (2013) pode ser de caráter pública ou privada, prestadora de serviço de intermediação financeira, consistindo em captar recursos e recolocá-los novamente no mercado por meio de depósitos em cheques, moeda corrente, entre outros meios de

¹ Mestre em Finanças Empresarias pelo Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini, Licenciado em Gestão Comercial pela Universidade Eduardo Mondlane, Docente no Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini, inacio.minzo@isgegm.ac.mz

² Doutora em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique, especializada em Sistema de Avaliação e Garantia da Qualidade; Mestre em Gestion Integrada Del Conocimiento, El Capital Intelectual Y Los

pagamento, e a posterior conceder empréstimos às pessoas físicas/singulares ou jurídicas/coletivas para produção de lucro e garantia de retorno mediante um contrato pré-estabelecido.

Neste artigo destaca-se o financiamento pela banca e suas condições na implementação de projetos de investimentos de startup que, no entanto, tirando um trecho trazido por Aristóteles (384 a 322 a.C. apud FERNANDO, 2010, p. 18) considera que distribuir dinheiro é algo fácil e quase todos os homens têm este poder. “Porém, decidir a quem dar, quanto, quando, para que objetivo e como, não está dentro do poder de muitos e nem tampouco é tarefa fácil”, este pensamento lógico leva a um entendimento de que o financiamento requer a reunião de certas condições/colaterais nos candidatos ao crédito. Conforme Schrickel (1998), colateral é um bem tangível, (móvel ou imóvel) oferecidos pelos clientes (mutuário) com vista a minimização do risco de perda parcial ou total de montante de financiamento.

O artigo procura analisar a implementação de projetos de investimento mediante às garantias estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimento na concessão de financiamento aos startups. Foram definidos os seguintes objetivos específicos: descrever as formas de financiamento do Banco Nacional de Investimento aos startups na promoção de empreendedorismo; identificar as garantias que o Banco Nacional de Investimento determina no processo de concessão de financiamento de planos de negócio de startups; identificar as alternativas de financiamento aos startups; relacionar os projetos submetidos e financiados pelo Banco Nacional de Investimento durante o período em estudo, face as garantias determinadas, e descrever o nível de aceitabilidade de financiamento aos startups pelo Banco Nacional de Investimento na promoção de empreendedorismo face as garantias determinadas.

Quadro teórico

O tema apoia-se em quatro principais conceitos, a saber: empreendedorismo startup, financiamento e colaterais. Empreendedorismo consiste na concepção de ideias de negócios, cuja implementação, em grande parte, é condicionada pela disponibilidade de recursos materiais e/ou financeiros e a obtenção desses ocorre mediante a apresentação de colaterais. Autores como Schempeter (1988), Fillion (1991), Drucker (1998) e Zarpellon (2010), consideram empreendedorismo startup aquele que visa dar início a um novo negócio. Estes entendem que se baseia na análise do cenário, e diante de uma oportunidade apresenta um novo empreendimento. Os autores em referência defendem que este tipo, visa suprir uma demanda existente que não

vem sendo dada a devida atenção. As grandes metas deste tipo passam por buscar e representar diferenciais competitivos em um mercado já existente, vencer a concorrência, conquistar clientes e alcançar a lucratividade e a produtividade necessária à manutenção do empreendimento. O startup, segundo FERRÃO (2013), popularizou-se nos anos 1990 com o surgimento intensivo de internet nos Estados Unidos da América. É um termo que designa empreendedores com visão e capacidade de inovação, é forma de empreender com recurso a tecnologia.

Para Dornelas (2008), o startup é constituído com um capital próprio, familiar ou de amigos, sendo desafiante captar recursos financeiros através de empréstimo junto ao sistema financeiro por apresentar altos riscos do negócio a nascer, desprovido de garantias móveis e imóveis. Os investidores para startup entendem que o capital a desembolsar para este empreendimento é de risco, não pela possibilidade de perda de capital, uma vez que todo e qualquer investimento tem risco, mas pela aposta em empresas cujo potencial de valorização é elevado, e o retorno esperado é idêntico ao risco que os investidores querem correr. Consideram os investidores que grande parte se destina ao lançamento de produtos, serviços ou conceitos desenvolvidos, como também em marketing.

Um startup pode ser definido a partir da ideia que alicerça um projeto inovador, e ciente de que envolve risco e principalmente de escalabilidade. A escalabilidade de um startup, define-se por conseguir crescer exponencialmente sem comprometer o modelo de negócio. O empreendedorismo startup, na visão de inovação, reflete-se com maior enfoque em países desenvolvidos, visando incrementar a produtividade em todos níveis macroeconômicos. Em contrapartida, em países em vias de desenvolvimento, tal como Moçambique, todo indivíduo com aspirações de desenvolver uma atividade produtiva e de produção de renda, é designado por empreendedor startup apenas se demonstrar uma visão inovadora, porém em ações comerciais.

Quadro 01. Principais Startups em Moçambique

Nome da empresa	Sector de actividade
Anetix Serviços	Comércio e Serviços (venda de produtos reciclados)
BioMec	Indústria (Próteses mecânicas)
DoCamp Aquaponics	Aquacultura (peixe e vegetais)
Eco Reform-Farms	Ecossistema (Produtos orgânicos reciclados)
Inovagri	Agricultura e meio ambiente
Moz Eco-Hidraulica	Saneamento (sistemas hidráulicos)
Roots of Creation Studio	Indústria e Comércio (produtos de arte e design)
Start Up Empreendedores	Biotecnologia (Consultoria agrária, energias renováveis, gestão do meio ambiente)

Fonte: Associação Moçambicana de Energias Renováveis em <https://amer.org.mz/7633/>

Principais constrangimentos de startup em Moçambique

Acesso a oportunidades de mercado nas grandes empresas (informação e capacidade de satisfazer exigência; acesso à tecnologia de produção (custos de financiamento elevados); acesso

a financiamento (custo do crédito requisitos exigidos); estabelecer coligações de negócios; acesso a infraestruturas de base ZEE³, ZFI⁴ e parques industriais.

A necessidade de financiamento de projetos de investimento produtivo e o financiamento bancário

Daniel et al (2020, p. 10), entendem que o financiamento “é um instrumento de promoção social e geração de cidadania que não combina com uma política assistencialista, isso porque o assistencialismo apenas contribui para sustentação e não superação da posição socioeconômico na qual determinado grupo social se concentra”. Neste contexto entende-se que para o desenvolvimento econômico e integração financeira, há que existir um conjunto de investimentos que levam a geração de empregos e ampliação da estrutura do mercado de trabalho através de abertura de linhas de financiamento bancário inclusivo, de modo a atrair o capital e consequente sua retenção.

Pode se entender ainda que o financiamento de projetos de investimento produtivo constitui-se de uma operação financeira entre dois ou mais intervenientes, na perspectiva de que a parte financiada coloque o dinheiro concedido pelo banco para produção e ganhos recíprocos num prazo de amortização acrescido ao pagamento de taxas.

Os desafios de empreendedores na obtenção de financiamento para investimento de projetos rentáveis. Onde buscar o financiamento enquanto desprovidos de garantias impostas pela banca.

Machava (2017), dá a conhecer que a atividade empresarial que opera no mercado moçambicano conta com três principais formas de financiamento: o crédito bancário (bancos comerciais), o mercado de capitais (Bolsa de Valores de Moçambique) e capitais de risco. Contudo, acrescenta Machava (2017) que a dificuldade de acesso ao financiamento bancário no país, por parte de empreendedores com pretensões de iniciar um negócio, ou mesmo pelas empresas em funcionamento, é ainda um desafio grande motivado pelos custos elevados de crédito e pelas colaterais exigidas.

O Building Markets (2016), aponta razões pelas quais impedem a concessão de empréstimos aos startups ou às PME's nos seguintes fatores:

³ Zonas Econômicas Especiais

⁴ Zonas Francas Industriais

Os bancos muitas vezes podem ganhar altos retornos nos seus mercados, e têm pouco incentivo para o serviço do mercado das PME's que normalmente carrega um risco mais elevado;

Os bancos incorrem em custos administrativos mais elevados por empréstimos às PMEs, visto os montantes dos mesmos serem pequenos, e os custos de transação por empréstimo serem relativamente constantes;

Os bancos têm informações, habilidades e apoio regulatório? Limitados para ajudar na concessão de empréstimos às PMEs;

A falta de garantia para alguns devedores e/ou uma legislação específica que possa reivindicar a garantia complica as possibilidades para fazer empréstimo baseado em garantia;

Os bancos podem carecer de habilidades específicas para avaliar a solvabilidade das PMEs e, portanto, pedir taxas mais elevadas e requisitos de garantia (p. 15 e 16).

Ainda de acordo com guia de acesso ao financiamento de Building Markets (2016):

Os requisitos de garantia dos bancos podem representar um sério desafio para os startups com ideias de iniciar um negócio ou aos pequenos empresários que estão buscando fontes de financiamento para os seus negócios, as garantias de crédito são implementadas como um substituto parcial para garantia convencional. Os Bancos e instituições financeiras especializadas que oferecem garantias fornecem garantias aos devedores finais individuais. A garantia de crédito simplesmente substitui parte da garantia exigida a partir de um devedor. Se o devedor não pagar, a exposição do credor é limitada pela contribuição do fiador.

Prossegue a organização, indicando que os sistemas de garantia de crédito representam uma ferramenta-chave para abordar a lacuna do financiamento às PMEs, limitando-se o impacto sobre as finanças públicas e bancos comerciais. Além da falta de garantias, as PME e startups são tipicamente limitadas na sua capacidade de acessar o crédito devido ao histórico limitado ou inexistente de crédito e, muitas vezes, a falta de conhecimentos necessários para produzir demonstrações financeiras sofisticadas. Isto muitas vezes leva a uma resposta parcial ou negativa para a demanda de crédito das instituições de crédito. O mecanismo de garantia de crédito é uma resposta comumente usada para essa limitação do mercado (p. 19).

A banca e suas condições na concessão de financiamento aos projetos de investimentos em Moçambique

Segundo Maleiane (2014), são considerados seis princípios na avaliação de um pedido de crédito:

- **Patriotismo:** O analista parte de princípio de que com o crédito obtido, o mutuário pretende financiar a produção de produtos de exportação e vai cumprir os prazos fixados pelas entidades competentes para a entrada do produto líquido das exportações no fundo cambial nacional, evitando desta forma a fuga de capitais do país.

- Autoconfiança: Para que o analista avalie positivamente o pedido é necessário que o mutuário domine a área de negócio em que se pretende envolver, por experiência resultante da prática ou por formação profissional.
- Confiança: O analista tem plena consciência de que o mutuário não domina todas as fases de produção e comercialização do produto objeto do crédito, não possui fundos para participar, nem conhecimentos na área de contabilidade. Por estas razões, deve confiar noutros, formando uma sociedade onde possa obter as competências em falta e usar o crédito para complementar.
- Solidariedade: O analista exige que o potencial mutuário apresenta prova de que tem bens para garantia do crédito. Se o mutuário gozar de bom nome na praça, encontrará com facilidade alguém disponível para avaliar a operação de crédito.
- Participação: Obtido o crédito, é da responsabilidade do mutuário informar todos intervenientes no processo (banco e avalistas) sobre o grau de implementação do projeto financiado, de modo a evitar-se que os intervenientes só tomem conhecimento do descumprimento do pagamento das prestações depois do fato consumado.
- Transparência: Espera-se que o mutuário prepare relatórios financeiros, os submeta à auditoria externa e os publique nos órgãos de comunicação mais lidos da praça e do país.

Metodologia

A pesquisa é de abordagem qualitativa. Os pesquisadores estabelecerem um contato direto e prolongado com a fonte em causa. Quanto a sua natureza, é básica, uma vez que partimos do princípio de que seriam identificados possíveis problemas em volta da questão, e em seguida produzir conhecimento novo com vista ao enriquecimento da ciência. O paradigma recorrido é o fenomenológico interpretativo. Para Walsham (1993), a epistemologia parte do pressuposto de que todo o nosso conhecimento sobre a realidade depende das práticas humanas, e é construído por meio da interação entre as pessoas e o mundo no qual vivemos, sendo transmitido em um contexto social. Deste modo, o tipo de pesquisa é descritiva de um caso, onde Nunes et al (2016) afirmam que este tipo inclui o estudo observacional, isto é, compara dois grupos similares. Os autores acrescentam que visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com um determinado fenômeno.

Participaram na pesquisa cinco (5) colaboradores do Banco Nacional de Investimento (BNI), do gabinete de gestão de projetos. A seleção foi por conveniência e intencional. Foram considerados como critérios de inclusão, colaboradores afeitos ao Gabinete de Gestão Projetos, afeitos ao setor de concessão de crédito para implementação de projetos de investimentos, que lidam diretamente com as políticas e procedimentos de financiamento desenhados no banco. A pesquisa recorreu às técnicas de entrevistas e análise documental, e os instrumentos foram o guia de entrevista e o roteiro de análise documental. Para permitir o anonimato dos participantes, foram levados em conta os aspectos éticos, de tal maneira que atribuímos codificações aos cinco participantes da pesquisa, designadamente AGGP1, AGGP2, AGGP3, AGGP4 e PGGP5.

Resultados de pesquisa

O dilema da sociedade Moçambicana, com pretensões de iniciar um negócio formal, é um contraste porquanto o financiamento para efetivação dos projetos é um desafio evidente pelas dificuldades de reunião, de condições ou requisitos exigidos pela banca. Assim, a questão levantada para orientação na coleta dos conteúdos foi, “até que ponto os projetos de investimento são implementados mediante às colaterais estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimento (BNI) na concessão de financiamento aos startups”?

O roteiro de entrevista e consulta documental foram instrumentos que ajudaram na obtenção de diversos resultados, e nessa variedade, grande parte desses mostraram uma convergência entre conteúdos de entrevista, consulta documental e sustentação teórica, fato consumado através de recurso da técnica de análise de conteúdo com profundidade. Sobre políticas de financiamento de planos de negócio de startups, pelo Banco Nacional de Investimento (BNI), os nossos entrevistados deram a conhecer que:

[...], as políticas estabelecidas não preveem, salvo se surgir uma organização que pretende promover jovens graduados nos ensinos técnicos médios profissionais ou superiores na criação de seus respectivos postos de empregos, aí sim, o banco é solicitado pela organização que se propõe a sustentar o financiamento a lançar concursos [...], o banco financia planos de negócios de empresas já existentes que operam no ramo agrícola, processamento, piscicultura, tecnologias sustentáveis em benefício das comunidades como são os casos de produção de energias renováveis, assistência técnica na produção agrícola e pecuária, desenvolvimento de medicamentos de natureza local. Contudo, estas empresas devem apresentar um histórico formalmente e publicamente conhecido, que não tenha um índice de endividamento que torne o seu valor do mercado baixo. O outro aspecto fundamental a levar em consideração é a questão jurídica da empresa, estou dizendo que a empresa deve possuir o registo legal e cumprimento total de todas normas que regem a atividade por ela desenvolvida (PGGP5, 2022).

Na consulta documental, encontramos que as políticas de financiamento se cingem em projetos ligados nas áreas de agricultura e GNV⁵, refere-se à produção de comida que possa beneficiar as comunidades de baixa renda, desenvolvimento e expansão de GNV, visando melhorias na qualidade de vida das comunidades e sua mobilidade.

Nesta perspectiva, quer sob ponto de vista dos conteúdos conferidos pelo PGGP, quanto dos relatórios de EDPME's (2007) conjugados com os da página oficial do BNI, comungam com os resultados segundo os quais as políticas estabelecidas pelo banco no âmbito de financiamento dos planos de negócios de startups são remotas, enquanto a empresa esteja na fase inicial de sua criação. Significa isto que, o fato do startup não possuir colateral significativa, conjugado com a

situação de o mesmo não possuir um histórico financeiro reconhecido, não é elegível às políticas de financiamento. Notamos também que as políticas do banco consistem fundamentalmente na assimetria da informação. Inclui nesta questão o sistema de contabilidade organizada, o sistema de seguro, a segurança social, a documentação legal das atividades e a visão competitiva que garanta a sustentabilidade produtiva, produção das receitas e controle sistêmico de custos de produção. Estas regras estão estabelecidas para empresas já em atividades no mercado.

Relativamente, as garantias estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimento (BNI), no processo de concessão de financiamento aos planos de negócio de startups, foi dado a conhecer o seguinte:

[...] a concessão de crédito aos empreendedores iniciantes é mediante a apresentação de avalista [...], dele, nós exigimos como requisitos a totalidade ou parcial de bens que ele, assim como o garantido possuem naquele momento em que a liquidação for efetuada, do outro modo, exigimos outras formas de colaterais como são os casos de colaterais reais, porém esta modalidade não é aplicável para todos os casos, como por exemplo a alienação fiduciária, a fiança bancária, o penhor e a hipoteca. [...], mas sim, nesta forma de colateral, o banco prevê, portanto, o penhor em mercadorias ou produtos não deterioráveis [...] (AGGP1, 2022).

[...] aos startups que pretendem iniciar pela primeira vez, as garantias que exigimos na elegibilidade dos projetos em primeira instância devem reunir os diferentes requisitos previstos nas diferentes linhas que o banco disponibiliza como são os casos de FAE⁶, FDEGNV⁷, portanto, o primeiro assim como o segundo podem concorrer particulares, ou seja aquelas iniciativas como referem que nunca tiveram uma empresa registada anteriormente, desde que cumpram os requisitos tais como investir em agronegócios e gás natural [...]. [...] os candidatos às linhas acima mencionadas devem colaborar com o Vale do Zambeze com propósito de ampliar ou complementar a cadeia de valores na agricultura, e quando falo do gás natural, é quando os planos de negócios desses iniciantes perspectivam exploração através de meios/equipamento tecnológicos avançados, contudo devem possuir consigo uma nota promissora ou seguro de proteção de crédito [...] (AGGP3, 2022).

Os conteúdos deram a conhecer que as principais garantias, tanto para empresas já estabelecidas no mercado, quanto aos startups (objeto de estudo), estão constituídas por bens móveis em nome de uma entidade e não em nome individual, além da existência de uma garantidora que obtenha um histórico financeiro reconhecido e oficial. Estas garantias visam fundamentalmente assegurar que a renda destas seja suficientemente convertível a favor da contrapartida do banco, conforme sugerem Abramovay e da Viega (1999). Estes autores entendem que os bens móveis, e a clareza do histórico financeiro da entidade garantidora para negócios em criação, oferecem aos bancos garantias reais e contrapartidas, convergindo desta

⁵ Gás Natural Veicular

⁶ Financiamento à Agricultura e Empreendedorismo

⁷ Fundo para o desenvolvimento e expansão de gás natural veicular

feita com os dados apurados dos sujeitos. Por outro lado, as propostas de garantias de financiamento bancário aos empreendedores startups de Monticelli (2003), divergem com as apresentadas pelos entrevistados, na medida em que ele considera que as instituições financeiras exigem colaterais diretamente dos tomadores, comprometendo parte do patrimônio de recursos como medida de minimização de risco.

No que concerne as alternativas que o BNI propõe aos startups, na obtenção de financiamento dos seus planos de negócio, apuramos que:

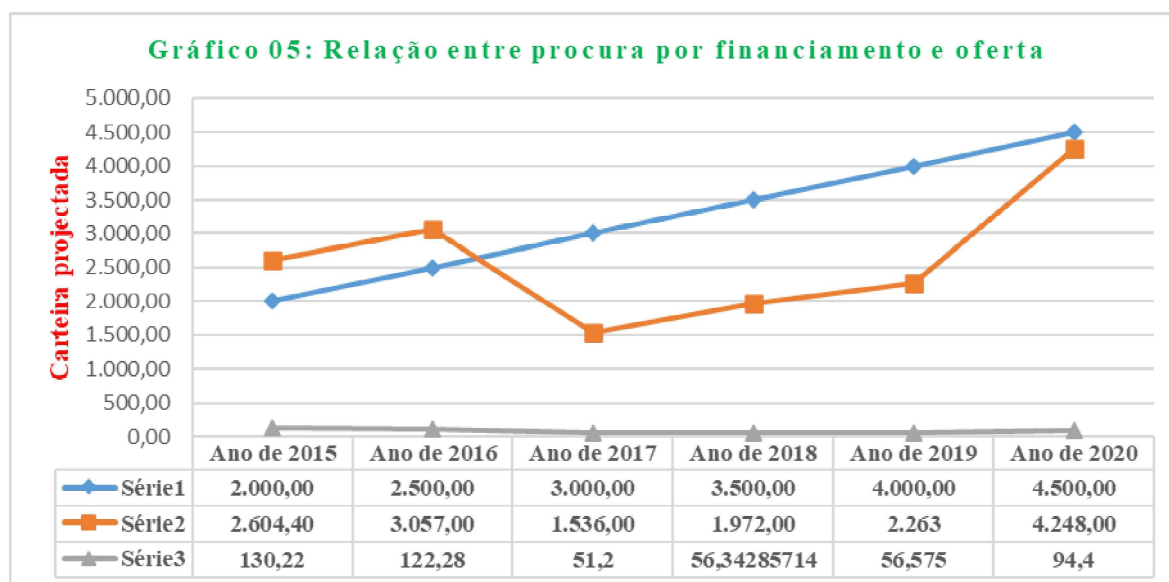
[...], penso eu que os jovens precisam encarar a realidade sobre as políticas de financiamento do banco, aliás, não só o nosso BNI, todos os bancos comerciais e outras instituições financeiras, não é de leve que decidem financiar seus projetos revestidos de todo tipo de risco, é por isso que para mim, nós jovens devemos partir das nossas poucas poupanças se queremos iniciar um negócio sem tanta pressão (AGGP3, 2022).

[...], olha, esta pergunta que me colocas, tem sido debatido quase todos dias entre nós aqui, porque sinceramente falando, muitas ideias dos startups estão cheias de ilusão, digo isso porque, o capital financeiro que é solicitado, mesmo para empresas que estão em operações no mercado, não tem solicitado. Não sei claramente as reais razões, mas acho que é a forma como somos formados porque também faço parte do mesmo sistema de ensino nas faculdades. Os docentes querem exemplos de ideias que envolvem grandes somas de dinheiros para iniciar um negócio, o que não concordo muito, porque é por este motivo que saímos das faculdades com pensamentos de que logo no início tenho que registar minha empresa, comprar todo mobiliário, comprar minha viatura para facilitar a deslocação de um lado para o outro, possuir um estabelecimento com todas condições, facto errado na minha óptica, o certo para mim, seria acarinhar os estudantes nas suas pequenas poupanças durante o tempo de formação, sendo um programa bem desenhado pela faculdade, e investir neles a pensar em negócios de pequena dimensão no início, nem que seja informal, ele vai crescendo até alcançar as capacidades de poder registar e caminhar sem sobre saltos [...] (AGGP2, 2022).

Apreciando os conteúdos, dando conta de que a melhor alternativa é pensar segundo as suas limitadas capacidades, isto é, poupança, os entrevistados dão a entender que enquanto projeto em concepção, não existem alternativas que possibilitem a implementação da iniciativa de negócio pelos startups de forma facilitada. Embora estes indicam, de forma unânime, que as organizações governamentais e não governamentais são as melhores alternativas que podem financiar o negócio sem passar muita pressão. Foram também unânicos, porém, em jeito de recomendação, de que é imperioso a existência de incubadoras nas instituições que têm em sua gênese a formação de indivíduos que possam criar seus próprios empregos. Nesta ordem de ideia, Longhini (2016) afirma que no sistema financeiro, em países em vias de desenvolvimento, verificam-se notáveis limitações no financiamento de projetos de geração de rendimento, devido as burocracias que as instituições financeiras possuem. É neste sentido, portanto, que surgem algumas organizações ou associações de ajuda aos jovens no financiamento dos seus projetos na

luta contra o desemprego e inclusão financeira, como principais alternativas. O autor prossegue com estas afirmações, e identifica convergência entre suas ideias e as dos sujeitos entrevistados mediante a pergunta que fizemos para ser respondida.

A pergunta, segundo a qual pretendia saber a relação existente entre projetos submetidos pelos candidatos, e os efetivamente financiados pelo Banco Nacional de Investimento (BNI), indicou as limitações dos entrevistados em fornecer dados concretos em termos numéricos, tendo eles recomendado os relatórios de atividades dos anos em referência para o presente artigo. Em resumo, segundo os dados obtidos com base nos relatórios de contas referentes ao período em análise, ficou evidente que a relação entre projetos submetidos pelos candidatos e os efetivamente financiados pelo Banco Nacional de Investimento (BNI) é monotônica, isto é, a oferta mostrou-se desequilibrada face aos pedidos dispostos no gráfico. Quanto aos projetos em fase de concepção, verificou-se uma relação negativa, se comparado com o número dos planos de negócios que deram entrada.



Sobre a aceitabilidade de financiamento aos startups pelo Banco Nacional de Investimento (BNI), na promoção de empreendedorismo mediante as garantias por si determinadas, deram a conhecer que:

[...], a avaliação que posso fazer é positiva, porque todos projetos submetidos via essas organizações foram financiados em número de 07 ou 08 se a memória não atraiçoa, temos vários projetos de estudantes de institutos agrários e politécnicos, mas com acompanhamento do Vale do Zambeze ou do instituto nacional de emprego [...] (AGGP4, 2022).

[...], no meu entender, a avaliação é positiva se considerar que todos os planos de negócios que pretendiam iniciar o negócio foram financiados, tendo em conta que o processo de seleção começa nas instâncias que lançam concursos de

financiamento das iniciativas de negócios para geração de rendimento, e quando chegam até nós, só discutimos as modalidades de financiamento e de pagamento. [...], bom é verdade que eles apuram porque fizeram uma análise de viabilidade econômica e financeira, mas quando nós recebemos, analisamos com base nos nossos instrumentos, só depois solicitamos uma auscultação conjunta entre os proprietários dos planos de negócios e os seus técnicos da agência que está tutorando (AGGP1, 2022).

[...], ao meu ver, quando os projetos seguirem todos requisitos estabelecidos pelo banco, independentemente se são de startups ou de empresas já em atividade comercial, todos esses são financiados de acordo com pacotes desenhados por nós, por isso, que minha avaliação em relação a pergunta é positiva, em contrapartida, tantos projetos que recebemos e analisamos, e por fim não são dados outra atenção se não “rejeição” é porque, quer as empresas em funcionamento assim como os startups simplesmente não observam os critérios necessários (AGGP2, 2022).

Segundo as declarações dos entrevistados, ficou evidente que as análises feitas estão divididas em duas partes, uma positiva e outra negativa. Foram tomadas duas realidades de solicitações e aceitabilidade de crédito, em que uma provém das empresas em atividades no mercado, que por sinal, tem sido o foco do BNI na sua política como banco de desenvolvimento e de investimentos, razão pela qual, os interlocutores fazem uma avaliação positiva. A outra realidade, a de solicitação pelos indivíduos ou grupos de pessoas que pretendem implementar pela primeira vez um determinado negócio, tem sido perpassada por muitas dificuldades devido ao alto risco que representa, logo, sua avaliação segundo os entrevistados é negativa.

Esta avaliação separada pode ser suportada pelos autores Pinho et al (2011), na sua abordagem sobre o paradoxo das políticas públicas em confronto às políticas de financiamento dos projetos de geração de renda. Os autores entendem haver uma controvérsia entre os estados nas políticas microeconômicas, desenvolvimento das rendas comunitárias e promoção do empreendedorismo local com as políticas de cobertura do risco pelos bancos. Prosseguem os autores, com o seu entendimento, indicando que as políticas dos estados devam conjugar com as dos bancos criados por estes para operacionalização plena ou de uma ou da outra. Diante do exposto pelos autores, percebe-se que o BNI, como banco de desenvolvimento da economia e promoção de empregos, seria de bom senso estender as linhas de crédito mesmo para os empreendedores novatos na arena empresarial, conforme as políticas do governo sobre a criação de postos de trabalho com base na promoção e desenvolvimento de empreendedorismo juvenil.

Em relação às principais linhas que o Banco Nacional de Investimento (BNI) lança para o financiamento dos planos de negócio dos startups, os participantes em pesquisa esclareceram o seguinte:

[...], ao nível do banco, existem várias linhas de crédito, que visam estimular a prática do empreendedorismo, sobrevivência e competitividade das PME's, no entanto, o banco estabelece três principais linhas para projetos em constituição,

trata-se do fundo de apoio ao jovem agricultor, fundo de garantia do sector agrário. [...], estas linhas têm como principais beneficiários estudantes recém graduados nas áreas de agricultura assim como para MPME's que exploram a mesma área de agricultura. [...]; o fundo para o desenvolvimento e expansão de GNV destina-se às PME's, pessoas singulares e coletivas que detêm infraestruturas e veículos movidos a gás natural. [...] estas são principais linhas que o banco vem desde sempre a trabalhar, através de concessão de crédito, assessoria financeira e estudos de viabilidade para mercados externos [...] (AGGP4, AGGP2, AGGP3 e AGGP1, 2022).

O BNI apresenta duas principais linhas em que os startups têm a oportunidade de recorrer à obtenção de financiamento. No entanto, os concorrentes para fazer uso destas linhas, conforme ia sendo relatado pelos interlocutores, precisam reunir duas grandes condições, no caso, uma vocacionada à formação agrária e associado ao Vale do Zambeze; o outro protocolo, portanto, tem a ver com formação em recursos minerais, e tal qual a primeira, esta também exige a posse de infraestruturas. Acima de tudo, esta é uma linha que não beneficia de forma direta aos startups. Uma linha de crédito como recurso para apoio ao empreendedorismo dos iniciantes, conforme relata Assaf (2003), visa fundamentalmente suprir as necessidades de investimento inicial dos projetos. As suas operações, dentro de uma política de especialização do sistema financeiro de um país, ainda de acordo com Assaf (2003), são realizadas por instituições financeiras bancárias, visando reforçar o volume de captação de recursos. No entanto, a visão de Schrickel (1998, apud DEITOS, 2003), sobre as linhas de crédito para o financiamento de projetos em fase de criação, demonstram-se escassas devido ao risco que estes representam.

Considerações finais e recomendações

A análise dos resultados conduziu-nos às seguintes considerações: o Banco Nacional de Investimento não concede empréstimos para projetos em fase inicial. Por isso que os startups não conseguem implementar os projetos, por não possuírem colaterais que minimizem o risco de crédito. Sugere-se ao Banco Nacional de Investimento (BNI) em particular, e a banca no geral, a necessidade de estender as linhas de crédito e dos serviços de incentivos à concepção de planos de negócios que respondam às suas políticas, assim como abrir áreas de parcerias com instituições de diferentes níveis de ensino e formação profissional, para garantia de uma iniciação integrada aos modelos dos negócios por si exigidos.

Aos startups encoraja-se a conceber projetos com base em poupanças individuais ou grupais. Às instituições de ensino nas áreas de negócio e empreendedorismo, devem definir políticas e unidades curriculares que estimulem a promoção à poupança e desenvolvimento de negócios, assim como a introdução de projetos de incubação de negócios e promoção de inovação criativa. Há necessidade de pesquisas sobre as condições de acesso ao financiamento

junto aos bancos comerciais, micro bancos e Bolsa de Valores de Moçambique; os principais indicadores de avaliação de risco de crédito em relação ao perfil de projetos apresentados pelos indivíduos com ambição de iniciar um negócio; o nível de concessão de crédito às PME's pelos bancos comerciais e micro bancos e a qualidade de amortização e desenvolvimento de seus negócios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, abril. 1999.

ASSAF, N. A. **Mercado financeiro**. (5ª Ed.). São Paulo, Brasil: Atlas, 2003.

BELCHIO, O. S. **Financiamento PME**. Maputo. Moçambique: Texto Editores, 2015.

DEITOS, C. M. B. **Proposição de uma linha de crédito estudantil no Banco do Brasil para o atendimento as carências do sistema vigente no Brasil**, 2007.

DE OLIVEIRA L. F. D., SPROESSER, R. L., e MARTINS, E. L. C. Empreendedorismo e jovens empreendedores. **Revista de Ciências da Administração**, vol. 11, no 24, p. 246 -277, 2009.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo na Prática: Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DRUCKER, PETER. The discipline of innovation. **Harvard business review**, 76(6), p. 34-75, 1998.

FERRÃO, Sara. Empreendedorismo e empresas startup: uma nova visão estratégica como motor de empregabilidade jovem. **Boletim de Sociologia Militar**, n. 4, 2013.

FILION, Louis Jacques. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 31, n. 03, p. 63 - 71, 1991.

LONGHINI, Tatielle Menolli. **Condições de financiamento reembolsável à inovação do setor de tecnologia de informação de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2016.

MACHAVA, Agostinho Raimundo. **Crédito Bancário em Moçambique: Será que o Sector Público “expulsa” o Sector Privado?** Maputo, Moçambique: IX Jornadas Científicas do Banco de Moçambique. 2017.

MALEIANE, Adriano. **Banca & Finanças: O Essencial Sobre o Sistema Financeiro**. Maputo, Moçambique: Madeira e Madeira. 2014.

MONTICELLI, Rodrigo. **Taxas de juros, crédito e inadimplência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2003.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 33, 2016.

PINHO, Carlos et al. **Risco Financeiro-Medida e Gestão**. Lisboa: Edições Sílabo, 2011.

RIES, Eric; SALBUT, Bartosz. **El método lean startup**, 2012.

RIVERIN, Nathaly; FILLION, Louis Jacques e VERSTINSKY, Daniel Musyka et Ilan. Global Entrepreneurship Monitor: Le Rapport Canadien 2003. **Development économique Canada**, Cahier de recherche nr. 2004-12.

ROSARIO, Nelson Maria; DANIEL, Mutemba France; MUCHANGA, Aurélio Ernesto. Microcrédito e Empreendedorismo: Uma análise da Situação dos Beneficiários do Microcrédito da Cidade De Xai-Xai, Gaza, Moçambique. **Sociedade e Território**, v. 32, n. 2, p. 107 - 125, 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, sociedade e democracia**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

WALSHAM, Geoffrey. **Interpreting information systems in organizations**. Chichester: Wiley, 1993.

SCHRICKEL, W. **Análise de crédito: Concessão e gerência de empréstimos**. (4.^a Ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas, 1998.

ZARPELLON, Sérgio Cristóvão. O empreendedorismo e a teoria econômica institucional. **Revista Iberoamericana de Ciencias Empresariales Y Economía**, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2010.

Legislação

EDPME. Aprovada pela 22^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros em 21 de agosto de 2007. Maputo, 2007, p. 21-32.

Recebido em: 05/06/2022

Aprovado em: 30/11/2022